

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA**

ADILSON TOLEDO BERNARDES

**A Precarização do Trabalho Docente na Rede Pública Estadual Paulista:
possibilidades de uma análise territorial.**

São Paulo
2018

ADILSON TOLEDO BERNARDES

A Precarização do Trabalho Docente na Rede Pública Estadual Paulista:
possibilidades de uma análise territorial.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Léa Francesconi

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

B523 Bernardes, Adilson Toledo
A Precarização do Trabalho Docente na Rede Pública Estadual Paulista: possibilidades de uma análise territorial. / Adilson Toledo Bernardes ; orientadora Léa Franceconi. - São Paulo, 2018. 123 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. Trabalho. 2. Trabalho Docente. 3. Políticas educacionais. 4. Precarização. 5. Território. I. Franceconi, Léa , orient. II. Título.

BERNARDES, Adilson T. A Precarização do Trabalho Docente na Rede Pública Estadual Paulista: possibilidades de uma análise territorial. Dissertação (Mestrado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

...aos professores que dedicam sua vida à
construção de um mundo melhor, dedico...

AGRADECIMENTOS

À toda minha família, meu Pai, meu Irmão e minha Mãe, por seu apoio e amor incondicional;

À Professora Remidia, por ser um exemplo de esforço e perseverança na luta pela educação pública de qualidade.

Agradeço a todos os Professores que fizeram parte dessa pesquisa ao longo das entrevistas e me ajudaram a descortinar um pouco da realidade cruel a que se submete a escola pública.

Agradeço à Camila Pontin Novaes, minha melhor amiga, sempre presente nos momentos bons e ruins dessa trajetória, pelo seu amor e companheirismo, pelo seu apoio e, acima de tudo, por acreditar que eu seria capaz.

À Prof^a. Dr^a. Léa Francesconi por suas inestimáveis contribuições e auxílio ao longo dessa caminhada

Ao CNPQ pela concessão da bolsa de mestrado e pelo apoio financeiro para a realização desta pesquisa.

RESUMO

BERNARDES, Adilson Toledo. **A Precarização do Trabalho Docente na Rede Pública Estadual Paulista**: possibilidades de uma análise territorial. 2018. 123 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

A análise do processo de precarização do Trabalho Docente na rede pública Estadual Paulista é o objeto dessa pesquisa de Mestrado. Ao partir do conceito de Trabalho em seus aspectos ontológicos foi possível situar o processo de Trabalho no sistema capitalista como uma forma histórica de exploração do Trabalho. Dessa forma, foi necessário identificar a docência como uma atividade laboral dotada de particularidades, mas que apresenta também as influências gerais das determinações do modo de produção capitalista. A precarização do Trabalho Docente, nos últimos 25 anos, se manifesta a partir de um conjunto de políticas elaboradas sob a influência do pensamento neoliberal e postas em prática pelo Governo do Estado de São Paulo. Esse conjunto de leis e normativas produz uma degradação das condições de trabalho e de salário, aumentam a exploração de contratos temporários e tem inclusive rebatimentos na qualidade do ensino. Dessa forma, a proposta de analisar esse campo, que envolve o Trabalho Docente e as ações do Estado como agente de precarização, se amparam na análise dos conflitos gerados entre esses dois polos. Por isso, a categoria do Território se revela uma ferramenta importante para desvendar as relações de poder que se realizam no ambiente escolar. Nesse território, dotado de diferentes atores e formas de territorialização, a Escola Pública Estadual se apresenta como um invólucro de complexas relações de poder.

Palavras-chave: Trabalho, Trabalho Docente, Políticas educacionais, Precarização, Território

ABSTRACT

BERNARDES, Adilson Toledo. **The Precarization of Teaching Work in the State Public Network of São Paulo**: possibilities for a territorial analysis. 2018. 123 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

The analysis of the precariousness process of teaching work in the state public network of São Paulo is the object of this Master's research. Starting from the concept of Labour in its ontological aspects it was possible to situate the Labour process in the capitalist system as a historical form of exploitation. Thus, was necessary to identify the teaching work as an activity with its particularities, which also presents the general influences of the capitalist way of production determinations. The precariousness of Teaching Work, in the last 25 years, manifests itself from a set of policies elaborated under the influence of neoliberal thought and put to use by the Government of São Paulo. This set of laws and regulations produces a degradation of working conditions and salary, increase the exploitation of temporary contracts and it has even had repercussions on the quality of teaching. Thus, the proposal to analyze this field which involves Teaching Work and the actions of the State as an agent of precariousness is supported in the analysis of the conflicts generated between these two poles. For this reason, the Territory category is an important tool to unravel the power relations that take place in the school environment. In this territory, endowed with different actors and forms of territorialization the State Public School presents itself as an envelope of complex relations of power.

Keywords: Labor, Teaching, Educational policies, Precariousness, Territory

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA	10
CAPÍTULO 1 – O TRABALHO, DAS DETERMINAÇÕES GERAIS AO TRABALHO DOCENTE E SUAS ESPECIFICIDADES	13
1.1 - O conceito de Trabalho.....	14
1.2 - Processo De Trabalho na Dinâmica Capitalista	16
1.2.1 - A Mercadoria e o Trabalho Abstrato	19
1.2.2 - O Fetiche Da Mercadoria.....	23
1.3 – A Precarização do Trabalho.....	26
1.4 – O Trabalho Docente, elementos gerais e particulares.....	28
CAPÍTULO 2 – AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO E OS IMPACTOS SOBRE O TRABALHO DOCENTE	35
2.1 - Estado, Sistema Econômico e o Modelo Neoliberal.....	36
2.2 - Um Breve Panorama Do Processo De Precarização Docente.....	43
2.2.1 – Currículo e Bonificação por Mérito: Elementos De Uma Política Neoliberal	47
2.2.2 – Política Salarial e Desvalorização	52
2.3 - O Universo do Trabalho Docente No Brasil e o Caso Do Estado De São Paulo.....	54
2.4 - Flexibilização do Trabalho Docente: A Questão dos Contratos Temporários	55
CAPÍTULO 3 – O TRABALHO DOCENTE SOB A PERSPECTIVA TERRITORIAL	60
3.1 – O Conceito de Território e sua Diversificação	62
3.2 – O Poder E O Território Sob Uma Perspectiva Relacional.....	66
3.3 - A Escola Pública Estadual Como Um Território	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS	77
ANEXO – TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTAS COM OS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA ESTADUAL	82

Introdução e Justificativa

Essa pesquisa trata da precarização do Trabalho Docente na rede Estadual Paulista de Ensino Básico e tem como enfoque o processo de reforma colocado em prática no ensino público e seus rebatimentos no processo de Trabalho na Educação, especificamente a docência.

A questão de pesquisa se descortinou após a conclusão do curso de Licenciatura em Geografia em 2011. Após essa etapa passei a atuar como Professor de Educação Básica II na Rede Paulista de Ensino entre os anos de 2012 e 2015. Nesse período, também foi fundamental a atuação como Representante de Escola na APEOESP (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo). Ao participar das discussões dentro do Sindicato, muitas inquietações se apresentaram diante das diversas portarias, leis e orientações vindas da Secretaria de Estado de Educação que, como o Olimpo, modificava a vida de milhares de professores e cultivava nestes um sentimento de revolta e descontentamento. Diante dessa experiência, e mediante o contato com diversas histórias profissionais de insatisfação, aproximei-me do tema e o tomei como objeto de estudo nos anos finais da Graduação em Geografia, especificamente para a obtenção do grau de Bacharel.

O resultado foi um Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: “A precarização do trabalho docente no ensino público estadual de São Paulo: a hegemonia neoliberal na educação pública e suas consequências para a saúde do trabalhador – uma análise a partir de Ourinhos”. A produção dessa pesquisa na graduação foi um processo intenso de pesquisa-ação, e muitas vezes o papel de pesquisador se confundia com o papel de professor, uma vez que todo o cronograma de pesquisa foi realizado em concomitância com a atividade docente nas cidades de Piraju e Ourinhos.

Nesse trabalho, concluiu-se que havia uma correlação entre os problemas vivenciados pelos trabalhadores da Educação e a sua materialização em inúmeros problemas físicos e psíquicos. Ademais, as possibilidades que a temática trouxe colocaram a discussão em torno do papel da Educação Pública na manutenção das Relações Capitalistas de Produção. Nesse sentido, o trabalho docente se descortinou como um amplo tema de pesquisa, impossível de ser abarcado em sua totalidade no TCC mencionado. As inquietações permaneceram bem como os problemas vivenciados pelos professores, isso incentivou a realização da presente pesquisa de Mestrado.

A possibilidade de aprofundar e desenvolver novos temas na análise do trabalho docente e de ampliar o escopo da pesquisa, motivou a realização dessa dissertação. A escolha foi a de analisar a escola pública e a Rede Estadual de ensino Público Paulista como um Território, com o intuito de observar o Trabalho Docente a partir da perspectiva do campo das relações de Poder que se estabelecem entre o Governo do Estado e os Professores.

Por isso, as discussões que norteiam essa pesquisa referem-se ao conceito de Trabalho em sua historicidade e as condições de trabalho dos professores da Rede Estadual Paulista. Para entender como as condições de trabalho se formam, foi necessário partir para a análise das políticas públicas em seu papel de regulação e de mobilização do Trabalho Docente. Com base na análise da forma imanente do trabalho na dinâmica Capitalista e da forma como o Estado propõe a gestão dos seus professores, nota-se um processo que chamo de precarização do trabalho docente.

Dividido em três Capítulos, o texto busca compreender a Escola Pública como um Território de degradação do Trabalho, a partir da apresentação e da discussão do conceito de Trabalho, das Políticas Públicas estaduais sobre a educação e do conceito de Território.

No primeiro Capítulo, partimos de uma análise geral do conceito de Trabalho tendo como base as ideias de Marx e de autores que discutem o mesmo conceito a partir das considerações sobre a forma específica capitalista que o trabalho assume sob a forma mercadoria.

Indo do âmbito geral da dinâmica capitalista para a especificidade do Trabalho Docente, é possível inserir o professorado como um grupo de trabalhadores subsumido a uma lógica dominante de exploração do Trabalho, e que ao mesmo tempo possui suas especificidades. Estas especificidades serão exploradas a partir da noção de Trabalho interativo, apresentado por Tardif e Lessard.

No universo explorado, da educação pública, as práticas e regras se desenham a partir de arranjos institucionais e formas de controle e mediação do trabalho impostas a partir de um modelo de gestão estatal neoliberal.

Por isso, o segundo Capítulo está delineado para a compreensão do Papel do Estado na dinâmica do Capitalismo e a apresentação das principais Leis, portarias e políticas ligadas à Gestão do Trabalho Docente e sua mobilização. Um dos fenômenos observados foi o da Flexibilização do trabalho, exemplificado pelos Contratos Temporários, o que acarreta numa divisão dos docentes em diferentes Categorias e

denotam uma das facetas desse processo de precarização. Para além disso, a adoção de um currículo único no Estado e de uma prática centralizadora na execução dos conteúdos e avaliação dos mesmos foi encarada como mecanismo de gestão, controle e alienação do trabalho pedagógico, impactando a dinâmica dos professores e a sua relação com a atividade laborativa.

Nesse contexto, o Docente da rede estadual é um profissional que se insere na dinâmica de trabalho própria ao Capital, apesar de suas especificidades e se submete a um Estado que mobiliza seu trabalho nos mesmos moldes típicos ao modelo capitalista em sua busca incessante de mercantilizar a Educação Pública.

Dessa contradição, expressa nas relações de conflito entre o Professorado e o Governo Estadual, surgem disputas territoriais que se desenvolvem no ambiente escolar e tem como base as relações de trabalho e seus rebatimentos para os indivíduos em questão.

O Terceiro Capítulo tem a proposta de analisar a rede estadual de ensino e o campo do Trabalho Docente sob a perspectiva do conceito de Território. O conceito foi emprestado de Raffestin a partir de sua proposta de análise relacional do poder. Tomando como base a complexidade da rede estadual de ensino, identificamos um conjunto de relações que podem ser expressas em uma dinâmica de Poder, que coloca em conflito os múltiplos atores que vivem e produzem a Escola Pública.

CAPÍTULO 1 – O Trabalho, das determinações gerais ao Trabalho Docente e suas especificidades

Para analisar a questão que envolve o trabalho dos professores da Rede Pública Estadual Paulista, buscamos efetuar algumas aproximações que permitam colocar essa práxis laborativa inserida no contexto da sociedade capitalista. A ideia é partir do conceito de Trabalho e buscar estabelecer relações entre o trabalho abstrato historicamente determinado e a prática da docência.

Esse percurso teórico apoia-se na compreensão do trabalho humano como uma atividade fundamental, quase que indispensável a relação entre a sociedade e o meio natural. No entanto, sob a lógica de produção capitalista o trabalho humano se apresenta de uma forma mais complexa.

Essa distinção está no movimento típico do trabalho sob o capital em se tornar uma medida do valor das diferentes Mercadorias, fato que se esconde por trás das relações de produção. Nesse sentido, o trabalho humano é tornado abstrato, já que se submete não mais as necessidades concretas do homem, mas a um movimento fora do seu controle, em que não mais importa qual a especificidade das atividades exercidas, e sim a sua característica essencial de agregar valor àquilo que é produzido e trocado em um sistema de relações cada vez mais globais.

Superando seu caráter fisiológico de dispêndio de força corpórea humana e tornando-se um fator de igualação entre os diferentes tipos de trabalho numa forma abstrata, o trabalho passa a ser mediado por relações sociais subjugadas pela produção de Mercadorias e seu fetiche. Esse fetiche é interpretado aqui como uma inversão, típica do modo capitalista de produção que coloca o trabalho abstrato em uma condição passiva e não mais de ativa das ações do homem. É como se o produto dos diferentes trabalhos humanos se desvencilhasse dos seus criadores e passasse a ditar o modo como esse trabalho é realizado. Marx, usa a metáfora de que as Mercadorias assumem vida própria e passam a se relacionar com os homens, como se fossem independentes e a determinar inclusive o modo como o Trabalho é interpretado.

Um ponto central nessa reflexão reside no fato de que o Trabalho também torna-se uma Mercadoria, uma vez que uma considerável parcela da sociedade possui apenas a possibilidade de vendê-lo como tal, à classe detentora dos meios de produção, que irá explorar a capacidade do trabalho de produzir mais valor, e de produzir o capital. Ao se sujeitar a essa relação, o trabalhador perde o controle sobre

seu próprio trabalho e sobre os resultados desse esforço, que como já vimos torna-se Mercadoria.

Uma das características mais marcantes do modo de produção capitalista contemporâneo é a degradação das condições de trabalho, sendo essa uma necessidade intrínseca ao processo de acumulação e reprodução do capital. Isso decorre justamente do fato de o Trabalho ser tomado como fonte de riqueza e ser também uma Mercadoria passível de compra e venda.

Nesse cenário de exploração do trabalho pelo capital é que buscamos inserir a prática Docente como uma modalidade nessa dinâmica geral e que também possui suas especificidades. Por ser um trabalho basicamente de relações humanas e de produção de escolarização, a docência tem sua relevância tanto para a manutenção quanto para a crítica das relações sociais.

No caso específico do trabalho docente em uma rede pública, entram elementos próprios da forma como o Estado organiza e mobiliza esse trabalho, não deixando de lado a influência das determinações do Capital e como elas se interpenetram no processo de trabalho dos professores e manifestam elementos semelhantes ao Trabalho Abstrato típico das relações capitalistas.

Essa perspectiva de partir do Trabalho ao Trabalho Docente traz um campo de análise que, embora esteja restrito ao limite de um tipo específico de trabalho, busca trazer elementos gerais consigo. Uma vez que o todo e complexo Trabalho Social, é produzido a partir de uma miríade de trabalhos específicos, estes, por sua vez, compõem esse tecido social formado em última análise pelo trabalho dos diferentes indivíduos.

1.1 – O conceito de Trabalho

O conceito a ser tratado nesse capítulo possui uma significação múltipla e complexa, e foi apresentado e discutido por diversos autores. Nesse texto, o enfoque dado ao Trabalho será o de compreender seu papel dentro em uma sociedade determinada pelas relações capitalistas, e seus desdobramentos sobre a forma como o trabalho se realiza e se manifesta nessa sociedade.

Para compreender o papel do Trabalho na dinâmica social, é necessário definir a amplitude deste conceito. Para isso, podemos partir da definição de trabalho dada por Marx (2012), apresentada em O Capital. Para o autor, o trabalho é:

“...um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, afim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida.” (MARX, 2012, p. 211).

O conceito, como apresentado parece referir-se a uma forma fisiológica, ontológica do trabalho, presente e necessário a todas as atividades humanas, independentemente do sistema econômico, sendo uma atividade transcendente do ponto de vista da história. Esse processo é entendido como um intercambio que se realiza para atender as necessidades mais básicas do ser humano e pode ser entendido como um pressuposto da análise do autor, para revelar seus aspectos mais gerais.

O conceito de trabalho, tal como apresentado, serve de base para analisar as mais distintas formas históricas de sociedade, uma vez que a primeira razão de ser do trabalho é justamente a de satisfazer as necessidades fundamentais, criando diferentes produtos (valores-de-uso), através do intercâmbio entre o homem e a natureza.

Esse processo de trabalho se apoia na interrelação entre três componentes, que são o próprio trabalho; a matéria sobre o qual se realiza o trabalho, ou objeto de trabalho; e os meios de trabalho, que é o instrumental adequado e necessário para que o trabalho transforme seus objetos em produtos, ou valores-de-uso.

O Trabalho é então uma atividade orgânica ao ser humano, e se destina a cumprir a função de “apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais” (MARX, 2012 p.218).

Essa organicidade do Trabalho é algo que Kurz (2018) destaca ao observar que, em sociedades pré-capitalistas existia uma unidade entre o Trabalho e todas as esferas sociais, sendo difícil distinguir o trabalho do tempo livre e de formas de manifestação da cultura. Nesse contexto, é como se o Trabalho fosse total, indistinto da vida cotidiana e inseparável do “tempo livre” das pessoas.

Essa visão do Trabalho é também corroborada por Kuenzer (1998), ao afirmar que o mesmo pode ser entendido como qualquer prática humana, material e não material, que tem como objetivo a criação das condições de existência da sociedade.

Um aspecto interessante do processo de trabalho como exposto por Marx, na obra citada, é a sua capacidade dinâmica de ser um agente de modificação da natureza, ao mesmo tempo em que transforma a própria natureza do homem, colocando em movimento o desenvolvimento de novas formas de realização desse mesmo trabalho. Nesse sentido, realizar trabalho é um processo intrínseco ao homem e é fundamental a sociabilidade e seu movimento histórico.

Nesse sentido, o Trabalho também é responsável por levar o ser humano a níveis cada vez mais elevados e complexos de sociabilidade. Logo, o trabalho é uma categoria social decisiva a autoconstrução humana e sua reprodução agindo como o conjunto de relações sociais encarregado da reprodução e avanço da base material da sociedade. (LESSA, 2012)

Mesmo sendo tratado como um pressuposto a existência e a reprodução do ser humano, o processo de trabalho (que envolve o Trabalho, os objetos de trabalho e o meio de trabalho) vai sofrer alterações à medida que se desenvolvem novas relações sociais e novas formas de mobilização do trabalho humano.

Novas categorias são necessárias para que o Trabalho seja compreendido em sua historicidade moderna, mesmo que a base ontológica desse conceito se faça presente. A complexificação das relações e, conseqüentemente do processo do trabalho ainda não fez com que o Trabalho humano deixasse de ser uma mediação essencial entre a sociedade e a natureza, mas colocou uma nova dinâmica sobre essa atividade.

A conformação do sistema capitalista de produção trará novas roupagens ao processo de realização do Trabalho. Logo, o conceito como apresentado anteriormente é insuficiente para descortinar as dinâmicas próprias do capitalismo e do trabalho dentro do sistema capitalista.

1.2– Processo de Trabalho na dinâmica capitalista

O Trabalho na dinâmica capitalista possui inúmeras particularidades, mas de forma geral apresenta três fenômenos característicos. Primeiramente, o trabalhador foi separado, alienado dos meios de produção, sendo estes propriedade de um terceiro, o capitalista. Em segundo lugar, o trabalhador realiza seu trabalho sob o controle do capitalista, de forma a atender os desígnios deste. Em segundo lugar, o produto do trabalho realizado pelo trabalhador, não pertence este, mas sim ao

capitalista que mobilizou o trabalhador para produzir um determinado item, alienando do trabalhador o produto de seu trabalho.

Logo, a Alienação se dá em três aspectos: aliena-se o trabalhador dos meios de produção a partir da propriedade privada; aliena-se o trabalhador do controle do seu próprio trabalho; e aliena-se o trabalhador dos produtos do trabalho apropriados pelo capitalista. Esse conjunto, próprio ao sistema capitalista traz impactos para a forma como o Trabalho, enquanto atividade vital, é encarado e realizado pelos indivíduos, e inclusive na forma como os produtos do Trabalho se apresentam para os Trabalhadores.

Um dos elementos importantes na relação de Trabalho sob a lógica capitalista, é a alienação não apenas dos produtos do trabalho, mas também do próprio homem, que se entrega ao processo não como indivíduo, mas como uma Mercadoria com o objetivo de ser pago com dinheiro. Há uma inversão no sentido e nas finalidades do processo de Trabalho, que só se desenvolve plenamente em uma sociedade determinada pelas relações do capital.

Ao buscar estabelecer a distinção entre a Sociedade capitalista moderna e as formas pretéritas de produção, Kammer (1998) aponta, segundo sua interpretação da teoria marxiana que:

...os elementos ou fatores decisivos que constituem a diferença entre a sociedade moderna, burguesa, e as demais sociedades, quais sejam: mercadoria, alienação e o caráter do trabalho, isto é, o trabalho abstrato constitutivo da possibilidade de existência dos dois primeiros. Mercadoria como forma básica elementar da riqueza, isto é, como forma básica, sob a qual se expressa o que se encontra intrinsecamente ligado à alienação, condição da forma predominante de apropriação. (KAMMER, 1998 p.143)

Mesmo tendo esse sentido particular, as categorias expressas não são exclusividade do capitalismo. Mercadoria e dinheiro também ocorrem em outras sociedades. O que faz do capitalismo uma relação particular é o fato de que as formas Mercadoria, dinheiro e Trabalho Abstrato são elementos dominantes na dinâmica entre os homens e na forma como os mesmos se apropriam da natureza e da riqueza.

Essa relação particular está baseada na compra da força de trabalho de um indivíduo que não possui acesso aos meios de produção, sendo o Trabalho interpretado como uma Mercadoria cujo sentido é servir para produzir outras Mercadorias. Para que ocorra esse processo um elemento fundamental é a propriedade privada dos meios de produção, sob controle do capitalista.

Do ponto de vista do capitalista, o mesmo:

...compra a força de trabalho e incorpora o trabalho, fermento vivo, aos elementos mortos constitutivos do produto, os quais também lhe pertencem. Do seu ponto de vista, o processo de trabalho é apenas o consumo da mercadoria que comprou, a força de trabalho, que só pode consumir adicionando-lhe meios de produção. O processo de trabalho é um processo que ocorre entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. (MARX, 2012 p.219)

Um aspecto que diferencia o Trabalho humano dentro do sistema capitalista de suas formas pretéritas é justamente o seu objetivo. Nas relações de trabalho que antecedem à dinâmica do capital, o objetivo central do intercâmbio entre o homem e a natureza era o de produzir bens essenciais à sobrevivência e às necessidades humanas (valores-de-uso). No modelo de Trabalho sob a lógica capitalista o processo de trabalho possui o objetivo de gerar bens voltados para a troca no mercado. O objetivo geral do Trabalho passa a ser produzir Mercadorias.

Ademais, o processo de produção de Mercadorias visa a extração de mais-valia do processo de trabalho que se realiza. Para Marx (2012), o que move o capitalista não é sua obsessão por valores-de-uso, mas a possibilidade de “produzir uma mercadoria de valor mais elevado que o valor conjunto das mercadorias necessárias para produzi-la.” (MARX, 2012 p. 220). Nessa conta, entram os elementos do processo de trabalho e inclusive o próprio Trabalho humano, comprado como um objeto.

A extração da mais-valia, se concretiza na disparidade entre o valor da Mercadoria força de trabalho e sua capacidade de produzir bens dotados de valor, que são tratadas como magnitudes distintas. O Salário pago pelo capitalista ao trabalhador não tem relação com o valor que o Trabalho realizado pelo trabalhador produz. Dessa forma, existe uma disparidade entre o preço pago pela força de trabalho e a sua capacidade de gerar valor. É nessa disparidade que se apoia a ampliação dos lucros e todo o objetivo da mobilização de trabalho na dinâmica capitalista. (MARX, 2012)

Não significa que o Trabalho mobilizado no modelo capitalista não atenda às necessidades humanas, afinal, para algo ser Mercadoria, deve ter alguma utilidade. O Ponto central é perceber que o objetivo do Trabalho humano se modificou, seu papel nas relações sociais agora está submetido a uma relação que visa essencialmente a produção de Mercadorias e sua conseqüente troca, com a finalidade de lucro.

1.2.1 - A Mercadoria e o Trabalho Abstrato

A Mercadoria figura como um conceito fundamental para o entendimento das relações de produção e da forma como o trabalho é encarado na sociabilidade capitalista. Por isso, é importante defini-la.

No primeiro capítulo de o Capital, Marx define a Mercadoria como:

...antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia. Não importa a maneira como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, objeto de consumo, ou indiretamente, como meio de produção. (MARX, 2012 p.57)

Essa definição é o ponto de partida para uma análise mais ampla que culmina em algumas relações importantes sobre a forma como esse conceito se relaciona com a atividade de Trabalho humano. Ao observarmos essa definição, nota-se que, essencialmente, a Mercadoria é posterior ao processo de intercâmbio do homem com a natureza, materializado nos diferentes produtos do trabalho, ou valores-de-uso. O que torna os valores-de-uso Mercadorias é justamente a sua capacidade de servir de invólucro do Trabalho humano no processo de troca por outro produto, qualitativamente diferente.

Primeiramente, toda Mercadoria é um produto do trabalho humano, mas se manifesta enquanto tal na medida em que se coloca sob uma relação de troca com outros produtos. Nesse sentido, todas as Mercadorias apresentam como semelhança o fato de serem cristalizações do Trabalho e veículos de troca entre diferentes tipos de trabalho, corporificados em seus produtos.

Esse complexo conjunto de troca em um contexto de divisão social do trabalho, é uma das características imprescindíveis para a existência da produção de Mercadorias. É num universo de produtores qualitativamente distintos que os diferentes produtos do trabalho são trocados. Nesse ponto, um aspecto interessante se coloca: o desenvolvimento das forças produtivas da sociedade dá origem a uma contradição. Se por um lado os produtores são independentes entre si, existe uma dependência material entre os mesmos, já que precisam se relacionar através da troca dos produtos do Trabalho, através das Mercadorias.

Aqui, sob a forma Mercadoria, o conceito de Trabalho se apresenta sob um duplo caráter. Primeiramente sob um aspecto qualitativo; é imprescindível que os produtores de Mercadorias possuam atividades de trabalho distintas entre si, para que

ocorra troca entre seus produtos. Em segundo lugar, o Trabalho se manifesta de forma quantitativa, como tempo de trabalho, pois é esse a medida que coloca na relação de troca um parâmetro quantitativo entre produtos qualitativamente distintos.

Na produção de Mercadorias, o Trabalho Humano passa a ser o instrumento que agrega valor aos valores-de-uso produzidos pelo conjunto social. Essa particularidade que o Trabalho humano assume nessa forma específica de produção, traz uma modificação na essência do intercâmbio do homem com a natureza. O Trabalho humano deixa de cumprir exclusivamente a função de atender as necessidades humanas a partir da criação de valores-de-uso e passa a ser um veículo de manifestação do valor das Mercadorias no processo de troca.

Assim, a mercadoria só pode se constituir enquanto forma de valor por sua relação direta com o trabalho. Não de qualquer trabalho, mas um tipo, uma forma determinada de trabalho, que somente na sociedade moderna pode constituir-se hegemônico, qual seja, o trabalho abstrato. (KAMMER, 1998 p.132)

Essa mudança na natureza do processo de Trabalho pode ser explicada como uma subversão do objetivo da realização das atividades humanas e o seu intercâmbio com o meio. A partir da ampliação das relações capitalistas e da universalização da forma Mercadoria, o aspecto essencialmente útil do Trabalho se desfaz, no âmbito da troca, dando lugar a uma nova espécie de Trabalho humano. Nas palavras de Marx (2012):

Ao desaparecer o caráter útil do dos produtos do trabalho, também desaparece o caráter útil dos trabalhos neles corporificados; desvanecem-se, portanto, as diferentes formas de trabalho concreto, elas não mais se distinguem umas das outras, mas reduzem-se, todas, a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato. (MARX, 2012 p.60)

O Trabalho Abstrato, então pode ser interpretado como a forma típica de realização das atividades humanas sob a égide do capitalismo. No processo da troca, a questão das proporcionalidades entre os diferentes produtos do trabalho humano faz com que ocorra uma equivalência entre os trabalhos de qualidade distinta, aqui o trabalho humano assume o caráter de trabalho abstrato, uma vez que se igualam as mais diferentes atividades sob a equivalência das mercadorias e do dinheiro. Em outras palavras, os diferentes Trabalhos concretos, expressões das mais diferentes profissões, são reduzidos a indiferença, a mera manifestação do valor embutido nas Mercadorias, uma abstração e uma síntese que se impõe como uma necessidade ao

processo de troca, que é o “processo de realização do Trabalho Abstrato” (KURZ, 2018 p.118).

Para Etges (1992), o trabalho abstrato é uma síntese do conjunto de trabalhos socialmente efetuados, que acabam por se manifestar no valor das mercadorias:

...o trabalho abstrato é uma síntese das ações e operações do homem com o mundo e das ações e operações que ele mantém com seus semelhantes: é o resumo de sua vontade objetivada no mundo natural e social; é a expressão posta por excelência de sua vontade, com tudo o que isto implica de construção de estruturas sociais e tecnológicas. (ETGES, 1992 p.88)

Como um processo que parece ser determinado e determinante, o Trabalho humano abstrato acaba por se apresentar não apenas como resultado dos diferentes tipos de trabalhos concretos expressos pelas diferentes atividades e profissões, mas também como uma forma determinante de como a sociedade se organiza e se reproduz.

Esse processo de abstração se desenvolve de uma forma muito mais profunda a partir da ampliação das relações da sociedade capitalista em que o trabalho humano apenas importa como um elemento capaz de produzir valor e de servir como parâmetro de comparação entre as diferentes Mercadorias.

Para Lessa, (2012), uma forma de definir o Trabalho Abstrato é entendê-lo como uma redução, uma generalização da atividade humana que agora se manifesta como um elemento passivo do processo capitalista de produção. Para o autor: “o trabalho abstrato é a redução da capacidade produtiva humana a uma mercadoria, a força de trabalho, cujo preço é o salário. Todas as atividades humanas assalariadas são trabalho abstrato.” (LESSA, 2012 p. 27)

Essa proposta de interpretação vem do fato de que o Trabalho Humano é visto como uma categoria fundante e se vê subjugado por um conjunto de determinações que modificam a forma de ser do próprio Trabalho. Da forma ontológica que cumpre a função de realizar o intercâmbio material essencial do homem com a natureza, o Trabalho Abstrato se torna o conjunto de relações sociais encarregado da reprodução do valor para uma classe social específica. Nessa linha de raciocínio, para Postone (2014), “a distinção feita por Marx entre o trabalho concreto e útil que produz valores-de-uso, e o trabalho abstrato, que constitui valor, não se refere a dois tipos de diferentes, mas dois aspectos do mesmo trabalho em uma sociedade determinada por mercadorias.”(POSTONE, 2014 p.169)

Para Kurz (2018), o princípio do trabalho abstrato no capitalismo está em separar o trabalho humano, aquele vital e ontológico, do processo de reprodução da vida cotidiana e subjugar-lo ao processo de exploração tipicamente capitalista que visa apenas a produção de valor. O autor afirma que uma das características do Trabalho Abstrato é a sua realização tautológica, ou seja, o objetivo da mobilização do Trabalho é a sua repetição como um fim-em-si mesmo em um ciclo de reprodução que o torna uma ação sem fundamento, ou cujo fundamento está justamente em atender a necessidade de movimento do capital.

O Trabalho abstrato é o fetichismo do trabalho como fim-em-si tautológico; mas o trabalho produz-se a si próprio sob uma outra forma: o trabalho vivo produz *trabalho morto*, ou “valor”. Este “valor” não é outra coisa senão a “forma de representação” social inconsciente do trabalho morto, ou passado, “nos” produtos que, assim, não “são” *socialmente* bens de uso sensíveis e materiais, mas sim mortas e “fantasmagóricas gelatinas de trabalho” (Marx). (KURZ, 2018 p. 65)

Essa afirmação se apoia na constatação de que aos olhos da dinâmica do “movimento da máquina social do valor”, é indiferente o que acontece aos componentes materiais nesse processo global, o que de fato importa é a sua reprodução ampliada em sua manifestação na forma do dinheiro.

O dinheiro acaba por se tornar a expressão acabada do trabalho abstrato, pois ele age como uma coagulação do trabalho humano fetichizado. É como a casca sem vida do trabalho abstrato que serve de equivalente geral para todas as formas de produto do trabalho humano abstrato. É justamente essa casca “morta” que move os indivíduos em seu processo cotidiano de reprodução, na lógica imanente de ampliar a riqueza indefinidamente.

O processo tautológico do trabalho abstracto apenas faz algum “sentido” na medida em que o fim-em-si do dispêndio da força de trabalho não se reproduz sempre ao mesmo nível (nesse caso tratar-se-ia realmente de um *mero* absurdo – indefensável – e nada mais). (KURZ, 2018 p.67)

Nesse ponto, a reprodução do processo de trabalho abstrato exposto por Kurz (2018) é apenas logicamente viável no sentido em que produza mais valor no sentido quantitativo da relação. Ou seja, o trabalho abstrato é absurdo do ponto de vista qualitativo, uma vez que “trabalho vira trabalho”; porém é viável sob a lógica quantitativa já que o objetivo de todo o processo é produzir um valor mais alto do que

o que havia sido posto em movimento, em outras palavras é uma reprodução espiralada, alargada.

É como se a necessidade de extrair mais-valia fosse o motor que coloca em movimento a reprodução tautológica do trabalho abstrato com o objetivo de produzir mais trabalho abstrato, que por sua vez tem por objetivo a sua repetição infinita e ampliada. Por essa razão, a modernidade é marcada pela hegemonização das relações sociais em torno da Mercadoria e do Trabalho Abstrato.

A universalização das relações que se desenrolam em torno do processo de realização do Trabalho abstrato e da produção de Mercadorias tem seu impacto sobre todas as esferas da sociedade. Por servir de máscara para o Trabalho abstrato, a Mercadoria não é apenas um bem, um produto. Ela será dotada de um conjunto de determinações, que cabe ser discutido mais a fundo.

1.2.2 – O Fetiche da Mercadoria

A Modernidade é marcada pela forte presença da forma Mercadoria e sua permeabilidade em praticamente todas as esferas sociais da vida cotidiana. A expansão da mercantilização das relações também produziu a mercantilização de praticamente todos os aspectos da vida em sociedade. Basicamente tudo é encarado como uma Mercadoria.

Por isso, a Mercadoria pode ser entendida como algo além do seu aspecto material de produto do Trabalho Abstrato e ser também uma manifestação de uma relação social. A medida que a Mercadoria se torna um lugar comum no cotidiano ela é capaz de esconder por trás da relação entre objetos materiais a sua verdadeira natureza como relação social.

Ao desdobrar a análise da Mercadoria, Marx constata que, além de seus aspectos materiais, revelam-se elementos estranhos, fantasmagóricos, que ficam encobertos pela máscara material dos valores-de-uso, que se manifestam como mercadorias. A esses elementos obscuros aparentemente intrínsecos às Mercadorias, o autor chama de Fetiche da Mercadoria.

Para avançar no entendimento dessa característica, é necessário partir de uma definição mais simples do termo “Fetiche” e relacioná-la ao conceito de Mercadoria. O Fetiche é a atribuição de aspectos místicos, sobrenaturais a um objeto, como um feitiço que incita uma forma de admiração, de culto a algo que é inanimado. Por ser

um elemento que supera sua dimensão material, a forma como a Mercadoria se manifesta no conjunto das relações de produção a coloca em um patamar onde é possível identificar que algo de Fetichista se desenvolve nas relações permeadas por essa lógica.

Nesse raciocínio, o caráter misterioso da mercadoria não provém dos distintos valores-de-uso que são produzidos, mas da própria forma que assumem, enquanto mercadorias, ao servirem também de igualadores para os diferentes trabalhos privados humanos sob a forma de produtos do trabalho, como valor.

Dessa forma, a Mercadoria se apresenta como uma mediação social preponderante, já que os produtores se relacionam entre si através do produto de seus trabalhos. Mas essa relação não é evidente, ela está escondida por baixo de uma casca morta do trabalho, uma máscara, que é a Mercadoria.

Mesmo sendo manifestações mortas do trabalho vivo dos homens, as Mercadorias parecem dotadas de movimento, a medida em que fazem dos homens seus instrumentos. Ao descrever a humanidade sob o processo de Fetichização da Mercadoria, Kammer (1998) diz que:

Os homens se tornam algo opaco, amorfo, eles perderam seu sentido e não podem se reconciliar mais com o que agora pertence à vida das mercadorias. Os homens são apenas os autômatos que reverenciam a glória que não mais lhe pertence e abstratamente se confundem e se perdem na massa indiferenciada de um *quantum* de trabalho que num piscar de olhos deixa de ser deles. (KAMMER, 1998 p. 113)

Ao interpretar esse processo, parece que as mercadorias ganham vida e se colocam em evidência em relação aos homens, fazendo com que haja uma inversão, dando a impressão de que a mediação da troca não se faz entre os seres humanos, mas a partir da relação entre as Mercadorias.

Em uma sociedade em que a produção de mercadorias se apresenta como a atividade fim do trabalho humano, o Fetichismo da Mercadoria determina e dá o tom das relações sociais em diversas esferas, das relações entre o trabalhador e o seu trabalho abstrato, às relações sociais. Como fica definido por Marx (2012):

“Aí os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas que mantêm relações entre si e com os humanos. É o que ocorre com os produtos da mão humana, no mundo das mercadorias. Chamo a isso de Fetichismo.” (MARX, 2012 p.94)

A relação entre os indivíduos, intermediada pela forma mercadoria e seu aspecto fantasmagórico, acaba por assumir um caráter semelhante a uma crença. Daí o Fetiche inerente ao conjunto social que se submete a essa forma-relação ser comparado a uma religião, a uma abstração que se apoia no conjunto material das relações de produção e no processo de Trabalho e, ao mesmo tempo, serve de base para essas mesmas relações. Nesse sentido, a abstração em torno da mercadoria, faz da própria sociabilidade moderna um conjunto imbuído de abstrações, que se manifestam através do Fetiche da Mercadoria.

O trabalho é escamoteado como o motor das relações construídas pelo homem para dar lugar a ilusão do movimento independente das coisas. Dessa forma, as Mercadorias se tornam fetichizadas, postas em movimento, aparentemente por si mesmas, enquanto, na verdade expressam a sua característica básica de ser invólucros do trabalho abstrato.

Para Kurz, a relação de trabalho que se estabelece na modernidade se baseia numa inversão própria da relação produtora de Mercadorias. À medida que as forças produtivas se desenvolvem, com destaque ao processo de industrialização e cientifização, a lógica de satisfação de necessidades básicas dão lugar a uma nova forma de coação social: “A forma de reprodução social da mercadoria torna-se uma “segunda natureza”¹, cuja necessidade apresenta-se aos indivíduos igualmente insensível e exigente como a da “primeira natureza”, apesar de sua origem puramente social.” (KURZ, 1993 p. 25)

Pensar o Fetiche dessa maneira evidencia que os homens perdem o controle de seus próprios atos, sendo sujeitados a uma espécie de consciência (dada pelo Fetiche da Mercadoria) que se apresenta de forma apriorística e desvela as relações de poder e dominação se conformam a partir do conjunto de relações tipicamente capitalistas embasados na abstração do trabalho.

Os impactos dessa lógica sistêmica serão sentidos pela classe trabalhadora que se submete a esse processo de exploração, muitas vezes já internalizado e naturalizado pelos indivíduos. O trabalho humano que outrora foi a realização das necessidades humanas se subverte em algo negativo, alienado e fetichizante. “Nisto,

¹ As noções de “primeira natureza” e “segunda natureza” podem ser comparadas ao sistema de mediações de primeira ordem e segunda ordem de Mészáros. As mediações de primeira ordem são aquelas fundamentais a manutenção individual e societal, ao passo que as mediações de segunda ordem derivam de aspectos socialmente e historicamente determinados.

a forma humana do trabalho que seria a humanização do homem, passa a ser a subjetivação das coisas, vendo nas coisas não sua humanização, não sua construção, mas seu purgatório.” (KAMMER 1998 p. 141)

Esse processo de desumanização do homem e de fetichização da Mercadoria e do dinheiro, acabam por garantir, de certa forma, a manutenção de relações de exploração que colocam a realização do trabalho em uma situação de precarização e de degradação, que se justifica pela necessidade já amplamente posta de gerar mais dinheiro, em uma relação de conflito entre os que controlam e os que produzem.

1.3 – A precarização do Trabalho

Para apreender com mais detalhes as características do Trabalho Abstrato e a forma como esse é imposto ao trabalhador, faz-se necessária uma melhor contextualização do processo de Precarização do Trabalho, e de que formas ela pode se manifestar concretamente para aqueles que são submetidos a dinâmica do processo de trabalho subjugado pelas determinações do capitalismo.

A precarização do Trabalho é um processo que se agudiza no período de reestruturação produtiva do Capitalismo, nos idos da década de 70 e se estende até os dias presentes. Agudiza-se, pois, para Antunes (1995), o Trabalho sempre foi precarizado no sistema Capitalista, e o que se processa no referido período é uma metamorfose do capital, possibilitando uma nova forma de organização da produção e da exploração do trabalho com efeitos positivos para a ampliação da acumulação.

Há nesse movimento a crescente redução de um lado do “operariado industrial e fabril; de outro aumenta o subproletariado, o trabalho *precário* e o assalariamento no setor de serviços” (Antunes, 1995. p.42). Em outras palavras, há uma heterogeneização do conjunto da classe trabalhadora que complexifica a sua estrutura com uma flexibilização sem precedentes das formas de exploração do trabalho humano.

Thomaz Jr. (2012), ao tratar do período de reestruturação produtiva nas últimas décadas do Século XX, aponta:

Está-se diante, pois, dos rearranjos da ordem metabólica do capital em nível mundial, que adota as formas e procedimentos derivados/combinados do taylorismo-fordismo para o toyotismo, bem como outras formas de organização do processo de trabalho que impactam diretamente na diminuição do operariado industrial tradicional, na expropriação de milhões de camponeses, no aumento

crescente da legião de desempregados, na profunda redefinição do mercado de trabalho. (THOMAZ JR., 2012 p.10).

A referida precarização do Trabalho pode ser entendida como um fenômeno que, além de ser intrínseco à dinâmica do modo de produção, tem relação com a prática de mediação entre o Capital (ou o Estado capitalista) e o Trabalho e que assume diferentes formas e processualidades de acordo com o desenvolvimento histórico do modo de produção vigente.

Como aponta Reis (2008), três elementos são de grande importância para que se possa caracterizar a precarização do Trabalho: “a) a subtração de direitos fundamentais dos trabalhadores cooptados nas espécies de trabalho flexibilizadoras; b) a fragmentação da classe trabalhadora, devido a perda do poder organizacional coletivo (sindicalização); e c) a degradação do meio ambiente de trabalho”. (REIS, 2008) Estes fatores são lugares-comuns na forma como mobiliza o trabalho no modo capitalista, e se fazem presentes em todas as formas de emprego, inclusive no trabalho docente, objeto de análise desta pesquisa.

É necessário apontar que o processo de precarização não é um fenômeno exclusivo ao trabalhador docente, mas faz parte da própria lógica inerente a luta de classes no sistema capitalista. Esse processo se manifesta atualmente no ataque ao conjunto de direitos trabalhistas conquistados ao longo do Século XX e da adoção de novas formas de contratos de trabalho.

A partir disso podemos entender a precarização do trabalho como uma ofensiva de classe que, amparada por ideologias hegemônicas, degradam e reduzem as condições de trabalho a partir da flexibilização dos direitos trabalhistas e das formas de contrato, com destaque para a informalidade e a subcontratação do emprego.

Como finalidade e resultado se desenvolve uma fragmentação da classe trabalhadora, agora cada vez mais pluralizada em suas manifestações, sendo a consequência desse processo a perda de seu poder de organização sindical e de seu poder de negociação por melhores condições de trabalho. E como uma consequência geral há uma degradação profunda das condições e do próprio ambiente onde se desenvolve o trabalho, com resultados visíveis a reprodução vital dos trabalhadores. Todo esse processo se desenvolve com o objetivo de extrair maiores taxas de lucro e produtividade a partir da precarização do trabalho, e ampliar a acumulação de capitais, ou reduzir os custos com o trabalho vivo e os salários em escala global.

Essas determinações negativas sobre o Trabalho se apresentam como uma característica imanente do modo capitalista de produção. Do Trabalho alienado tornado abstrato à fetichização da mercadoria percebe-se que o lugar comum referente ao processo de Trabalho, no sistema capitalista, é a degradação e a precarização. Isso é justificado pela lógica de extração de mais-valia e pela crescente busca pelo aumento da lucratividade do capital.

Os impactos sobre o Trabalho se fazem presentes em basicamente todas as formas de atividades, da agricultura ao setor de serviços, passando pela indústria, as determinações criadas a partir das relações fetichizadas se apresentam a todos os trabalhadores, que são sujeitados a típica inversão: de sujeitos do trabalho se tornam objetos na produção ao passo que as Mercadorias, ironicamente, parecem assumir o controle da vida.

O enfoque dessa dissertação é buscar apreender a situação do Trabalho Docente nas escolas da rede Estadual Paulista, e apresentar os elementos que permitem afirmar que a lógica inerente do capitalismo se expressa também aos professores. Para isso, é necessário passar do Trabalho em geral para o Trabalho Docente, em suas especificidades.

É importante ressaltar que a particularidade do trabalho Docente não traz em si todas as determinações do trabalho da Sociedade capitalista. No Entanto, o Trabalho Abstrato como um conjunto, é composto por diversas particularidades que, unidas compõem um todo complexo que se produz e reproduz a partir da dinâmica geral do trabalho na sociedade capitalista.

Em outras palavras, partindo do trabalho docente, é necessário reconhecer que sua particularidade é determinada e determinante para o complexo de mediações que compõem a sociedade capitalista. É razoável portanto afirmar que o Trabalho Docente não é a síntese do trabalho Abstrato, mas é uma parte integrante desse complexo jogo de relações.

1.4 – O trabalho Docente, elementos gerais e particulares.

Quais serão então os aspectos intrínsecos à Docência? Qual é a forma que se realiza enquanto trabalho? Qual é a especificidade do Trabalho docente e qual a semelhança com o Trabalho Abstrato geral? Qual é o papel do Trabalho Docente considerando a Sociedade Moderna e sua reprodução? A partir desses

questionamentos, buscaremos definir o contorno do objeto dessa pesquisa e avançar sobre a análise do universo do Trabalho Docente nas escolas públicas estaduais de São Paulo.

Para Tardif e Lessard (2014), há um vício dos teóricos em diferentes áreas em identificar o trabalho humano ao arquétipo do trabalho industrial. Essa característica denota que o trabalho material possui uma preponderância sobre formas ditas “secundárias” ou improdutivas. Para os autores, houve uma tendência de encarar o Trabalho Docente como uma atividade improdutiva, ou que servia apenas como preparação para a “verdadeira vida” iniciada no ingresso ao mercado de trabalho.

O Professor é o trabalhador que age sobre outras pessoas, com o intuito de produzir ou de reproduzir em seus alunos alguma relação de aprendizagem. Em muitos aspectos, o trabalho docente não produz diretamente elementos palpáveis, materiais, como as Mercadorias analisadas acima. Pode parecer inclusive que esse Trabalho é improdutivo do ponto de vista da produção de objetos materiais.

No entanto, a diferenciação entre Trabalho produtivo e improdutivo se desfaz se tomarmos como base o desenvolvimento das relações capitalistas e sua crescente cientifização. A medida que o processo de produção se universaliza ele incorpora novas técnicas e tecnologias e se apropria da ciência, o papel da escolarização dos indivíduos se torna um elemento cada vez mais importante para a realização das relações de produção. Por ser incorporado ao processo de Trabalho Abstrato, e se objetivar na dinâmica de acumulação e de (re)produção da mais-valia, o Trabalho Docente se torna Trabalho produtivo. Para Marx (2017):

A conceituação do trabalho produtivo e de seu executor, o trabalhador produtivo, amplia-se em virtude desse caráter cooperativo do processo de trabalho. Para trabalhar produtivamente não é mais necessário executar uma tarefa de manipulação do objeto de trabalho; basta ser órgão do trabalhador coletivo, exercendo qualquer uma das atividades fracionárias. (MARX, 2017 p.585)

A conceituação do trabalho produtivo expressa acima é, na verdade, derivada da forma como se organizam as relações que possibilitam a abstração do Trabalho, ou seja, os diferentes tipos de atividade humana, na sociedade capitalista são consideradas como trabalho produtivo uma vez que sirvam a função social inerente ao Trabalho Abstrato, da produção de mais-valia. Para demonstrar essa afirmação, Marx usa o caso dos professores:

Utilizando um exemplo fora da esfera da produção material: um mestre-escola é um trabalhador produtivo quando trabalha não só

para desenvolver a mente das crianças, mas também para enriquecer o dono da escola. Que este invista seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de numa fazer salsicha, em nada modifica a situação. (MARX, 2017 p.586)

O caso do Trabalho Docente é tomado como exemplo justamente para explicitar que, mesmo não estando inserido na esfera da produção material propriamente dita, a relação de trabalho aqui estudada está inserida em um conjunto especificamente social e histórico, o que faz da docência passível de análise como trabalho produtivo.

A docência não apenas pode ser interpretada sob a ótica do Trabalho, como também vem se tornando cada vez mais importante no quadro geral da sociedade. Tardif e Lessard (2014) defendem a tese de que “longe de ser uma ocupação secundária ou periférica em relação à hegemonia do trabalho material, o trabalho docente constitui uma das chaves para a compreensão das transformações atuais das sociedades do trabalho. (TARDIF e LESSARD, 2014 p.17)

Essa tese se apoia em algumas constatações obtidas a partir das mudanças no mundo do trabalho, mais especificamente nos últimos 50 anos. Ocorre atualmente um recuo do número de trabalhadores produtores em favor do aumento do número de trabalhadores no setor de serviços. Esse movimento faz com que os profissionais de serviços cada vez mais se empreguem em ocupações ligadas ao domínio de conhecimentos teóricos e à racionalização da produção.

Além dessa ampliação das ocupações ligadas a aplicação de saberes, há uma ampliação do papel do Trabalho Interativo. Esse trabalho interativo coloca em contato um trabalhador e um ser humano que usa os serviços daquele. O próprio processo de realização do Trabalho é constituído pela relação entre pessoas. “O importante aqui é compreender que as pessoas não são um meio ou finalidade do trabalho, mas a “matéria-prima” do processo de trabalho interativo e o desafio primeiro das atividades dos trabalhadores. (TARDIF e LESSARD, 2014 p.20)

No caso dos professores, o desafio é lidar com indivíduos que são obrigados a ingressar no sistema escolar e motivá-los a cooperar com um processo de trabalho que, muitas vezes, não corresponde aos anseios dos receptores. Esse fator interativo complica a natureza do trabalho dos professores, já que seu Trabalho não se deposita sobre uma matéria inerte, mas sobre indivíduos ou grupos que possuem iniciativa e são dotados da capacidade de escolher cooperar ou não.

Partindo dessa definição de Trabalho interativo, é possível perceber que o docente deposita seus esforços sobre outro indivíduo, em um processo relacional que tem como objetivo prestar um serviço educacional determinado por uma necessidade posta por relações mais amplas de produção.

Um outro fator que se apresenta como um complicador para a prática docente é justamente um duplo caráter que se expressa na contradição entre a padronização e a imprevisibilidade do Trabalho docente. Tardif e Lessard (2014) chamam os lados dessa contradição de “trabalho codificado” e “trabalho flexível”. O trabalho codificado, primeiro lado dessa moeda, é formado um conjunto de determinações que engessam o Trabalho Docente sob uma teia de normas, leis, avaliações e projetos. Essa codificação será analisada especificamente no próximo capítulo, que versa sobre as políticas educacionais e a gestão do trabalho.

O aspecto de trabalho flexível reside no fato de que ao lidar com seres humanos, algumas coisas fogem ao controle tanto do professor, quanto do mandante do sistema de ensino, seja privado ou estatal. Ou seja, há uma margem de manobra para a realização do trabalho ou até mesmo para resistir à codificação imposta pelo Estado, pelo patrão, ou até mesmo do professor sobre o aluno.

Tais particularidades do Trabalho docente, graças ao seu aspecto interativo, colocam os professores em uma situação interessante. Na mesma medida em que são submetidos a uma padronização do trabalho típica do capitalismo, sujeitos a horários, objetivos e práticas pré-determinadas, os docentes são seres humanos abertos a interpretações e lidam com seres humanos também imprevisíveis.

O que é preciso considerar é que o trabalho dos professores possui justamente aspectos formais e aspectos informais, e que se trata, portanto, ao mesmo tempo de um trabalho flexível e codificado, controlado e autônomo, determinado e contingente, etc.... Chamaremos de *heterogêneo* um tal trabalho que comporta uma combinação variável de elementos, não apenas diversos, mas também potencialmente contraditórios, diversificados, estranhos entre si. (TARDIF e LESSARD, 2014 p.45)

Mesmo sujeita a determinações sociais amplas advindas do capitalismo, a atividade docente é um terreno movediço por conta de seu caráter heterogêneo, e pela sua natureza interativa. Os alunos, assim como os professores, frequentam outros espaços de formação fora do ambiente escolar e carregam marcas de sua vida cotidiana para dentro das salas da aula, da mesma forma que levam para fora aquilo que vivenciam na escola.

Por isso, o Trabalho Docente é capilarizado para fora de sua esfera de realização ao mesmo tempo que incorpora elementos vindos da sociedade. Dessa forma, a sua crescente centralidade para a sociedade moderna se faz evidente. Isso se deve ao fato de que a escolarização está ganhando uma posição cada vez mais central na formação e socialização dos indivíduos a partir do cotidiano escolar.

A escola se organiza de forma muito semelhante ao modelo encontrado nos locais de trabalho produtivo da indústria, copiando desse sistema elementos de padronização e de gestão dos agentes envolvidos no seu cotidiano (Alunos e Professores). Esse processo de incorporação de uma lógica administrativa externa busca levar para dentro da escola as determinações do modelo do capital.

Ao passo que os governos enxergam a educação como um investimento que deve ser rentável, impõe-se ao trabalhador docente uma racionalização que organizacional e uma política de cortes de custos, semelhante ao anseio de rentabilidade que o capitalista imbuía nas relações de produção descritas anteriormente. Como a escola é composta pela ação de diversos agentes, sua organização será uma construção social.

A organização escolar na qual o trabalho é desenvolvido tampouco é um mundo fechado; ela não é autônoma, mas participa de um contexto social mais global no qual está inscrita. Esse contexto social não é uma abstração sociológica, nem um horizonte longínquo ou situado “fora” da escola. Pelo contrário, tal contexto social está tanto “dentro” quanto “fora” da escola, é ao mesmo tempo individual e coletivo. (TARDIF e LESSARD, 2014 p. 44)

Por isso a escola não é apenas um espaço físico, mas um conjunto de elementos que definem como o Trabalho Docente será repartido, realizado, gerido e até mesmo remunerado. No caso dos professores da rede Estadual Paulista, entram também aspectos políticos da forma como o Estado organiza e pensa suas políticas públicas.

Como uma práxis que se insere no contexto da modernidade, a docência é passível de ser interpretada e analisada sob a ótica das relações que se conformam sob a égide da forma Mercadoria e da precariedade inerente da exploração do trabalho sob a sua forma abstrata, incorporando em sua prática a fetichização condizente com a necessidade de se formar mão-de-obra capaz de atuar no mercado de trabalho atual.

Seguindo essa lógica, o trabalho exercido pelo professor é acompanhado das mesmas variáveis e determinações inerentes ao processo capitalista de exploração. Podemos considerar que a prática docente configura um campo de extrema importância nesse cenário por duas razões. Primeiramente, podemos considerar o trabalho docente como qualquer tipo de trabalho constitutivo da dinâmica da produção e reprodução social circunscrita às formações sociais capitalistas” (GONZÁLEZ; SALLES, 2008, p.221). E em segundo lugar: “O trabalho docente é essencial para a escolarização dos indivíduos na sociedade Capitalista” (GONZÁLEZ E SALLES, 2008, p.221).

Nesse sentido, o Trabalho Docente, mesmo não sendo um produtor material de Mercadorias, cumpre um papel na formação da mão de obra necessária a reprodução sistêmica e apresenta diversas características que permitem afirmar sua precarização e suas consequências para os professores, uma vez que a educação não ficou excluída dos paradigmas neoliberais, e passa a cumprir para esse mesmo processo um papel fundamental de pressuposto necessário ao processo de acumulação e reprodução do Capital.

O Professor, é nesse processo o profissional que tem como elemento central do seu trabalho o Ensino e a avaliação do mesmo, e tem como resultado então um produto de natureza imaterial que resume em si a humanidade produzida a partir do rol de conhecimentos acumulados ao longo da história da humanidade, como aponta Saviani(2009):

Trata-se aqui da produção de ideias, conceitos, valores, símbolos, hábitos. Numa palavra, trata-se da produção do saber, seja do saber sobre a natureza, seja do saber sobre a cultura, isto é, o conjunto da produção humana. Obviamente, a educação situa-se nessa categoria de trabalho não material. (SAVIANI, 2008 apud Costa, 2009 p.60).

Para que o trabalho cumpra sua função no sistema capitalista, ele se torna abstrato, alienado e estranhado; e já que o trabalho docente se insere nesse sistema, não é de se espantar que o estranhamento, a abstração e a alienação do trabalho também atinjam essa categoria de trabalhadores. No âmbito do neoliberalismo, a educação passa a ser incorporada mais profundamente como um nicho de mercado, e precisa ser regulada por mecanismos mercadológicos, condizentes com as determinações históricas vigentes.

No contexto de ampliação das relações capitalistas em escala mundial, as necessidades relativas à atuação do Estado também se ampliam, e tem impactos

sobre a forma como este mobiliza o Trabalho empregado para suas ações e serviços públicos. Aqui se encontra a Educação Pública, analisada como uma das várias ações necessárias à reprodução do Capitalismo.

Uma vez que o Estado Capitalista mobiliza o Trabalho docente nos mesmos moldes desta sociabilidade, é possível se verificar um intenso processo de alienação, estranhamento e degradação desse trabalho, tornando-o também trabalho abstrato. Unido a isso, o resgate da ideologia liberal, traz diversos impactos as formas de regulação do Trabalho e de gestão da Rede Escolar, com destaque a flexibilização do trabalho, ao corte de gastos a superlotação das salas de aula e a intensificação da exploração do trabalho docente.

A análise mais aprofundada das políticas educacionais e do processo de mobilização do Trabalho Docente, especificamente no Estado de São Paulo será o objeto do próximo capítulo, e buscará apontar a forma como se manifesta a precarização em seu sentido mais concreto.

CAPÍTULO 2 – As políticas educacionais do Estado de São Paulo e os impactos sobre o Trabalho Docente

No capítulo anterior, o conceito de Trabalho foi apresentado a partir de uma perspectiva que parte de uma noção ampla, passa pela dinâmica capitalista e vai em direção ao Trabalho Docente e suas especificidades. A ideia foi a de apresentar o Trabalho dos professores como um elo integrante do tecido social, ao mesmo tempo que essa prática se apresenta dotada de elementos particulares.

Um dos aspectos que adotamos de Tardif e Lessard (2014) foi a constatação de que o Trabalho docente se apresenta como um trabalho Heterogêneo, com aspectos Codificados e Flexíveis. O termo flexível, tal como aplicado ao conceito de trabalho pelos autores citados, deriva da natureza humana e relacional da atividade docente, sendo um trabalho por vezes imprevisível em seus resultados e em sua dinâmica cotidiana. Enquanto que a noção do Trabalho Codificado parte dos elementos normativos intrínsecos à dinâmica escolar, expressos pelo universo de leis, normas, projetos a que se submetem os professores para realizar o seu trabalho.

Nesse Sentido, este capítulo tem como objetivo descortinar os elementos do Trabalho Codificado, ao analisar as políticas educacionais que norteiam a organização da rede Pública Estadual e como essas políticas impactam o trabalho docente.

Como o Trabalho Docente aqui analisado se mobiliza a partir do Estado e de suas normativas, se faz necessário compreender como essa instituição se insere na dinâmica geral da acumulação e se organiza como um prestador de serviços a população.

Para tal análise, partiremos da discussão em torno das relações estabelecidas entre a atuação do Estado e a influência da lógica capitalista na esfera da Educação Pública e seus impactos sobre a forma como se organiza e se mobiliza o trabalho docente na rede pública estadual.

Em seguida, buscaremos analisar as normativas próprias da rede pública estadual em torno dos contratos de trabalho que se apresentam aos trabalhadores docentes. Nesse ponto, se faz necessário entender as distinções entre as diferentes Categorias de docentes, dos Efetivos concursados aos professores temporários.

Esse conjunto de perspectivas servirá para entender como a precarização do Trabalho Docente se apresenta e se aprofunda, em uma dinâmica que se apoia no Trabalho Abstrato e nas necessidades de reprodução do sistema capitalista.

2.1 - Estado, Sistema econômico e o modelo Neoliberal.

O Trabalho Docente na rede pública Estadual de São Paulo é considerado um serviço público prestado a população. Na dinâmica social da modernidade, a educação e a escolarização dos indivíduos se apresentam como elementos fundamentais para a reprodução das relações sociais. Para que se desenvolva, o ensino público estadual precisa ser regulamentado por políticas públicas, as quais acabam por carregar consigo as orientações políticas de seus proponentes.

No caso do Estado de São Paulo, ocorre um fenômeno político que pode ser fundamental para a compreensão do quadro de precarização que sofre o professorado. Nos últimos anos, mais precisamente, de 1995 até 2018, houve uma sucessão de governos estaduais comandados por políticos da sigla partidária do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), que a partir da década de 1990 representa a aplicação das políticas neoliberais no Brasil. Basicamente, nesses 23 anos, o Partido em questão comandou diretamente a máquina estatal paulista, com exceção de breves períodos, como o de março de 2006 a janeiro de 2007 e de abril de 2018 a janeiro de 2019, em que os vice-governadores de partidos aliados assumiram o governo após a renúncia de titulares do PSDB.

Essa relativa homogeneidade na sucessão política do Estado de São Paulo, foi acompanhada da ascensão da hegemonia do pensamento neoliberal no Brasil, o que em escala Federal², foi em grande parte, implementada pelo mesmo Partido Político. Esse processo trará impactos na forma como se administra e se organiza todo o conjunto das políticas públicas, inclusive as que se dão em torno da Educação.

O papel do Estado no modo de produção capitalista resulta numa identidade entre o Estado-Nação e o movimento de produção de Capital. A forma como o estado se organiza é apontada por Lefebvre (2013) em “Marxismo”:

“De fato, o Estado que exprime uma determinada sociedade, a representa tal qual ela é, isto é, traduz e sanciona sua estrutura de classes e, conseqüentemente, a dominação de uma dessas classes. Mesmo quando dá a impressão de estar protegendo os oprimidos ou os explorados, mesmo que de fato os proteja contra alguns excessos, ele conserva as condições necessárias para que haja a dominação de classe.” (LEFEBVRE, 2013 p.94)

² Os Governos de Luis Inácio Lula da Silva não serão expressões completas do neoliberalismo, mas aplicarão alguns mecanismos caros ao pensamento neoliberal, como a valorização do Ensino Superior privado e a ampliação de avaliações externas para realizar diagnósticos na educação.

Nesse sentido, dentro da dinâmica capitalista, o Estado cumpre a função de agir como um facilitador, para que as relações sociais imbuídas das determinações próprias do capitalismo se realizem e conservem suas características gerais. Dado o peso da forma Mercadoria, do Trabalho Abstrato e da lógica imanente desses elementos, não é de se estranhar que a instituição estatal se reproduza dentro desses parâmetros.

O processo de desenvolvimento do capitalismo sempre teve a influente atuação do Estado. A “dicotomia” entre o Estado (âmbito político) e a Economia, é para Kurz (1995), um movimento complementar, em que quanto mais as relações baseadas no sistema produtor de mercadorias se aprofundam, maior é a necessidade de atuação do Estado. Seja como gestor de crises ou como agente facilitador das relações econômicas, existe um processo de reciprocidade entre essas duas esferas.

Para o autor, o processo de modernização e de expansão das relações capitalistas no mundo, levado a cabo ao longo do Século XX, aprofundou, por um lado, a atuação do Estado, e por outro, evidenciou a sua falta de autonomia frente ao Mercado. A modernidade é carregada de determinações que se amparam na dinâmica própria da sociedade produtora de Mercadorias e do Trabalho Abstrato, dessa forma, a sociedade Moderna é vista como uma totalidade embasada no processo incessante e repetitivo de exploração das capacidades humanas e da reprodução do dinheiro.

Com o processo de modernização, houve uma tendência de separar os poderes político e econômico em esferas distintas, porém complementares. Na conformação dessas duas esferas, o limite de atuação desses atores torna-se nebuloso, ao passo que muitas vezes se confundem, ou até mesmo se apresentam como partes independentes, ou polarizadas, de um mesmo conjunto.

Para Kurz (1995), há um insistente debate em torno da preponderância de uma das esferas, econômica ou política na organização da sociedade e na apresentação de diferentes modelos de desenvolvimento das relações sociais. Esse debate se desenrola entre elementos representantes dessas esferas, o Estado e o Mercado. No entanto, o que se coloca perante o conjunto de relações é que ambos disputam uma posição de relevância enquanto elementos organizadores da sociedade. Em determinados momentos, ocorre uma predominância que ora se apresenta favorável ao campo do mercado, ora ao predomínio da esfera política, aqui verificada como o Estado planejador ou interventor.

À medida que o modelo produtor de mercadorias se desenvolve, emergem, com cada vez mais força, as suas contradições imanentes e o Estado acaba por assumir, segundo Kurz (1995), atividades cada vez mais amplas, ora para gerir potenciais crises, ora para garantir o funcionamento do paradigma de produção.

O autor aponta, basicamente, cinco níveis em que ocorre a atividade do Estado moderno, intrínsecos ao próprio processo da economia de mercado. São eles: a juridificação, que visa tipificar os sujeitos sob um conjunto legal apoiado na dinâmica capitalista ;a gestão dos problemas sociais e ecológicos, resultantes da própria dinâmica produtiva; a criação de agregados infra-estruturais, nos quais se incluem o serviços básicos, como a Educação Pública; as políticas de protecionismo ou de subsídios, que servem como “falsificadores” da dinâmica concorrencial presente no mercado mundial; e até mesmo no papel que o Estado assume como produtor de mercadorias, normalmente como um agente modernizador. (KURZ, 1995).

Dentro desse conjunto de funções, normalmente atribuídas ao Estado, pode-se notar que cada vez mais, sua atuação é fundamental para a reprodução das relações sociais. E, em muitos aspectos, o debate entre as esferas política e econômica não representa uma cisão, mas uma disputa de interesses de alas diferentes da mesma classe detentora dos meios de produção.

Nesse sentido, a participação do Estado na promoção da Educação Pública pode ser analisada como um pressuposto necessário (um “Input”, se usarmos o termo de Kurz) à própria dinâmica sistêmica do modo de produção, uma vez que o seu grau de modernização se amplia, e se configura cada vez mais um modelo de produção industrial cientificizado de mercadorias. Para Kurz (1995), “trata-se, aqui, da contradição interna do próprio sistema moderno de produção de mercadorias, que se reproduz em níveis cada vez mais elevados: quanto mais total for o mercado, tanto mais total será o Estado”. (p.197)

Corroborar com essa visão a análise de Harvey (2005) na obra “A Produção capitalista do Espaço”, que afirma a necessidade do Estado de formular e aplicar um sistema legal correspondente aos preceitos básicos do funcionamento do capitalismo, tais como a propriedade, a noção de “liberdade e igualdade” sob a forma do dinheiro, e o individualismo. Logo, para o autor, “O Estado capitalista não pode ser outra coisa que instrumento de dominação de classe, pois se organiza para sustentar a organização básica entre capital e trabalho.” (HARVEY, 2005 p. 85)

Dessa forma, não pensaremos a esfera de atuação do Estado como algo separado da dinâmica de produção baseada no Trabalho Abstrato e na Mercadoria. Na verdade, podemos entendê-lo como um elemento integrante da dinâmica geral que se apresenta cada vez mais integrado à lógica dominante das relações capitalistas.

Nesse sentido, o Estado atua sob a lógica de financiamento cristalizado do dinheiro, e suas ações dependem de investimento e de financiamento. Uma vez que a atuação do Estado se torna cada vez mais necessária ao modelo de produção vigente, mais custosas se tornam suas despesas.

Assim, o neoliberalismo apresenta-se como uma resposta ao aprofundamento da crise da financiabilidade das atividades estatais³, cada vez mais essenciais ao funcionamento do capitalismo. As contradições inerentes a esse quadro se intensificam, e dão origem a uma “forma política instável e contraditória” de atuação do Estado (HARVEY, 2008 p.75). Instável dado o caráter mutável da conjuntura da luta política entre as classes, e contraditória, pois precisa se estabelecer entre o postulado democrático de representação da Sociedade e sua prática evidentemente burguesa.

O neoliberalismo é muitas vezes definido como um resgate das ideias liberais para a economia e a aplicação de seu receituário, o que passa por uma redefinição das funções do Estado. Harvey (2008), define o neoliberalismo como:

...uma teoria das polícticoeconômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. *O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir a direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. Além disso se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), estes devem ser criados, se necessário pela ação do Estado. Mas o Estado não deve se aventurar para além dessas tarefas. As intervenções do Estado nos mercados (uma vez criados) devem ser mantidas num nível mínimo, porque, de acordo com a teoria, o Estado possivelmente não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais do*

³ Harvey (2012) apresenta a ascensão do Neoliberalismo como um movimento da classe burguesa que viu sua capacidade de exploração e de geração de lucros reduzida pelo conjunto de políticas típicas do Estado de bem-estar social. Essa forma de Estado tem uma especificidade histórica e espacial restrita aos países centrais do sistema capitalista. No caso da periferia do sistema, o Estado de bem-estar social não se desenvolve mas, mesmo assim, a ideologia neoliberal encontra um terreno fértil para se desenvolver.

mercado (preços) e porque poderosos grupos de interesse vão inevitavelmente distorcer e viciar as intervenções do Estado (particularmente nas democracias) em seu próprio benefício. (HARVEY, 2012, p. 12 grifos nossos).

Essa definição evidencia como passa a ocorrer um aparelhamento do Estado, em nome dos interesses econômicos de uma classe dominante. Ainda assim, o aparelhamento do Estado é defendido até um certo ponto, já que sob a ótica neoliberal, o Estado deve ser uma instituição de alcance e poder limitados ao interesse do mercado.

Esse modelo será aplicado em diversas áreas do mundo, e se apoia basicamente na aplicação do livre-mercado e na crença de que este poderia elevar as condições de vida da população. Para tal objetivo, o Estado deveria cessar com suas intervenções na economia e no mercado. Atribui-se assim “ao Estado o papel de promotor de condições positivas à competitividade individual e aos contratos privados, chamando atenção para os riscos decorrentes da intervenção estatal”. (FRIEDMAN apud HÖFLING, 2001. p. 37)

Nesse sentido, as práticas propostas pela ideologia neoliberal se apoiam em uma intensa mercantilização das relações humanas, em todos os âmbitos possíveis, já que para tal discurso a lógica do mercado e das trocas econômicas é capaz de elevar o padrão de vida dos indivíduos a partir da livre-concorrência. Tal discurso é transposto do cenário econômico e passa a ser incorporado, ou imposto, como uma nova ética a ser seguida por todos. É como uma reafirmação da lógica da forma mercadoria e de seu fetiche.

Reside aí uma contradição, uma vez que prega a minimização do Estado, o neoliberalismo, porém, não abolirá sua atuação. Muito pelo contrário, em algumas áreas a intervenção estatal é até mesmo bem-vinda, para criar, estimular e manter mercados e novas possibilidades de investimento e acumulação. Uma vez atendida essa função, o Estado deve novamente se reduzir a um mero facilitador da livre circulação de capitais, mesmo em serviços públicos essenciais.

A crítica ao intervencionismo estatal é pautada, basicamente, na noção monetária de balanços de gastos, sendo que estes precisavam ser reduzidos, uma vez que para os teóricos liberais, a capacidade do mercado para gerir a sociedade seria suficiente.

Ao analisar as relações entre a Política e a Economia, Kurz, (1995), aponta que os "gastos excessivamente elevados do Estado" são fruto do grau civilizatório da sociedade, e encerram em si uma crise sistêmica, um paradoxo, uma vez que esse ciclo tende a lógica expansiva e constante. Nas palavras do autor:

“Uma produção cientificizada com estruturas de interligação altamente sensíveis não pode transcorrer a longo prazo em meio a um oceano de analfabetismo, de miséria, de violência, de lixo, de doenças e de abandono. Se o nível civilizatório não é mais financiável, então isso significa apenas que a contradição sistêmica interna chegou à sua maturidade histórica.” (KURZ, 1995. p.203)

Nesse sentido, o neoliberalismo se insere na discussão acerca do papel do Estado na Gestão de suas políticas públicas e sociais. A medida que esse modelo ganha corpo, podemos entender os elementos que trazem suas consequências para a sociedade. Como aponta Höfling (2001):

“As políticas sociais – e a educação – se situam no interior de um tipo particular de Estado. São formas de interferência do Estado, visando a manutenção das relações sociais de determinada formação social. Portanto, assumem “feições” diferentes em diferentes sociedades e diferentes concepções de Estado. É impossível pensar Estado fora de um projeto político e de uma teoria social para a sociedade como um todo.” (HÖFLING, 2001, p.32).

Assim, para entender como atua o Estado, deve-se situá-lo em seu processo histórico e em uma formação social específica. No processo de consolidação do neoliberalismo como um modelo mais geral foi necessária a consolidação de uma forma de Estado que atendesse aos desígnios da classe dominante em questão e das contradições inerentes ao fetichismo moderno. O resultado, não é de se estranhar, foi uma forma incongruente de Estado, pois deve atuar como facilitador da circulação de mercadorias e capitais, reduzindo todas e quaisquer barreiras que impeçam a fluidez e a competitividade do mercado global, defendendo assim os direitos individuais pautados na lógica do dinheiro.

Esse paradoxo de passividade e atividade na atuação do Estado revela o descompasso entre o discurso e a Prática do Estado Neoliberal e é um dos elementos que mais torna evidente o caráter classista da ofensiva neoliberal e de suas falhas processuais em garantir os direitos de maiorias excluídas do Sistema.

Ao fazer um balanço do neoliberalismo no mundo, Anderson (1995), aponta:

“Tudo que podemos dizer é que este é um movimento ideológico, em escala verdadeiramente mundial, como o capitalismo jamais havia

produzido no passado. Trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional.” (ANDERSON, 1995, p. 12).

Apesar de ser considerado como um corpo ideológico consciente, a ideologia neoliberal não se demonstrou capaz de responder ao processo de crise imanente decorrente do desenvolvimento das forças produtivas. O que de fato se desenvolveu foi uma adaptação das diversas economias nacionais e suas infraestruturas, ou “inputs” (saúde, educação, transportes, etc.) para atender de forma mais ampla às necessidades de acumulação.

Nesse contexto, as finalidades tanto do Estado quanto da própria educação são invertidas, pervertidas pela lógica de mercado e das relações fetichizadas. Como afirma Souza (2008):

“Uma das grandes operações estratégicas das práticas neoliberais consiste em transferir a educação da esfera pública para a esfera do mercado. Entretanto, como projeto econômico, o neoliberalismo se inscreve na lógica de continuidades e rupturas que caracterizam as formas históricas de dominação nas sociedades capitalistas. Destarte, com a hegemonia da doutrina neoliberal, temos uma proposta de reforma do próprio Estado que busca reduzir seu papel intervencionista na economia e nos setores sociais para se tornar um estado gestor que carrega em si a racionalidade das empresas capitalistas.” (SOUZA, p.6, 2008.).

Dessa forma nota-se a evidente reciprocidade entre os âmbitos político e econômico, bem como o peso que o último, no contexto da sociedade produtora de mercadorias tem sobre as ações do espectro político. No caso dos trabalhadores que estão sob o controle do Estado, é notável o processo de proletarização, em outras palavras, o Estado passa a assumir formas eminentemente capitalistas na mobilização e regulação dos trabalhadores. Aplicando para tal, os mesmos moldes de exploração, e flexibilização do Trabalho⁴.

Apresentado como uma resposta ao processo de crise de acumulação, o neoliberalismo se faz interpretar como uma solução ideal para a retomada dos patamares de exploração. Para Frigotto (2008):

“No plano ideológico, a investida neoliberal busca criar a crença de que a crise do capitalismo é passageira e conjuntural. Mais

⁴ A Flexibilização do Trabalho é um fenômeno diferente da ideia de “Trabalho Flexível” de Tardif e Lessard (2014). A Flexibilização envolve o uso de novas formas de exploração do Trabalho, como por exemplo a terceirização, a informalidade e o uso de contratos temporários.

profundamente, busca levar à conclusão de que a única forma de relações sociais historicamente possíveis são as relações capitalistas.” (FRIGOTTO, 2008 p.78)

A noção posta pelos neoliberais de que o Estado é o responsável pela crise que se desenrola é, também, um palanque para apresentar soluções práticas condizentes com os interesses de seus proponentes. Uma vez que a proposta do Estado Mínimo visa atacar as conquistas e os direitos da classe trabalhadora, se pauta pela “lógica férrea” das leis do mercado, a realidade que se verifica é a de que o Estado mínimo significa o mínimo necessário aos interesses de reprodução ampliada do Capital. (FRIGOTTO, 2008)

A educação pública é frequentemente tratada como um elemento regulado pelo mercado o que resulta em “uma filosofia utilitarista e imediatista e uma concepção fragmentária do conhecimento, concebido como um dado, uma mercadoria” (FRIGOTTO, 2008 p.81) e aqui as relações de trabalho estabelecidas entre o Governo e o Trabalhador Docente também são interpenetradas por essa tendência.

No caso dos professores da rede pública estadual de São Paulo, é possível notar como o processo de precarização do trabalho se intensifica e traz consigo as influências do discurso econômico neoliberal. Esse é um elemento essencial para que possamos aproximar o Trabalho dos professores à dinâmica do Trabalho Abstrato na sociedade capitalista. Mesmo dotado de particularidades, a lógica de emprego é a mesma que se observa na sociedade como um todo.

Servindo como mão de obra para um Estado que assume para si as práticas neoliberais, os professores sofrem um intenso processo de precarização de seu trabalho que tem, como pano de fundo, a redução de investimentos em políticas públicas. Além disso, as práticas neoliberais irão aprofundar a lógica empresarial de gestão e de avaliação dos resultados escolares. Esses aspectos serão fundamentais para a compreensão do quadro de precarização que se construiu, mais profundamente nos últimos 20 anos.

2.2 - Um breve panorama do processo de Precarização Docente

A precarização do trabalho docente no Brasil não é um processo recente, no entanto é a partir dos anos 90 pela influência de um conjunto de fatores ocorre uma aceleração desse processo. A partir da publicação da Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9.394/96 (LDB) houve um recrudescimento de políticas

educacionais no Estado de São Paulo que acabaram por ampliar o processo de precarização do Trabalho Docente, sob a lógica neoliberal.

Nesse sentido, “a lógica do capital dos últimos 40 anos tem atingido diversas categorias de trabalhadores, tanto aquelas que realizam um trabalho manual, quanto as que realizam um trabalho intelectual, dentre elas, a categoria docente.” (PIOVEZAN e RI, 2016 p. 180) Alguns elementos da prática cotidiana do trabalho docente serão notavelmente degradados, e se produz um quadro gritante de piora das relações de emprego, dos níveis de salário e da organização da escola.

A degradação das condições de trabalho dos professores acompanha a própria história da educação no país. O processo de universalização do ensino dará fim ao que ficou conhecido como a “Era de Ouro” da Docência no Brasil. Esse termo é uma forma de demonstrar que durante as décadas de 1940 e 1950, as condições encontradas pelos professores eram bastante diferentes:

...pois foi nesse período que o Estado proporcionou aos professores melhores condições de trabalho quando comparadas às décadas posteriores. As principais características que geraram a denominação dos ‘anos de ouro’ foram a então reduzida jornada de trabalho, o controle do processo de trabalho, prestígio social e os dignos salários dos professores. Entretanto, essas condições de trabalho apenas eram possíveis em razão do acesso limitado ao ensino público e às classes sociais que frequentavam a escola.” (PIOVEZAN e RI, 2016. p.180)

Os docentes nesse período atendiam a um público bastante reduzido, uma vez que a escola tinha o papel de formar as elites dominantes, e, de acordo com o texto citado acima, tinham uma jornada de trabalho de no máximo 18 horas semanais. O prestígio social e a autonomia sobre o processo de ensino eram muito amplos, e os salários eram relativos ao poder de compra da classe média.

Foi nos anos 1970, com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases de 1971 que trazia a ampliação da obrigatoriedade do Ensino de quatro para oito anos, que se aprofundou a corrosão da situação de trabalho dos docentes, uma vez que a expansão do ensino obrigatório não foi acompanhada da devida expansão nas verbas destinadas a educação. Dessa forma, não seria possível manter o padrão salarial e de jornada aos docentes.

Para atender a expansão do número de alunos, surgem formas de contratação temporária, os chamados professores precários, que eram servidores sem concurso público e sem garantias da CLT. Os docentes passaram a se deslocar entre escolas para compensar o salário cada vez mais defasado. Para Piovezan e Dal Ri (2016) “é

passível de observação que o processo de precarização do trabalho docente, especialmente dos professores da rede pública paulista, teve início há mais de 40 anos”. (PIOVEZAN e DAL RI, 2016. p.182)

A necessidade de expansão da rede de Ensino e o limitado montante de recursos, justificou um processo de corrosão salarial, de flexibilização das relações de emprego e de superlotação nas salas de aula, criando um conjunto de condições que evidenciam o processo de precarização do trabalho docente, especialmente aquele que é contratado pelo Estado.

Os anos 1980 foram marcados pela atuação de movimentos sociais e de trabalhadores entre os quais podemos destacar o movimento de organização estadual e nacional dos trabalhadores em educação que lutavam contra o regime militar e conseguiram incluir na Constituição de 1988 uma série de direitos oriundos das demandas trabalhistas. Nesse cenário, a Apeoesp teve um papel importante na organização de greves na luta do professorado e na conquista de direitos.

“Apesar do forte movimento desencadeado pelas entidades e sindicatos no final dos anos de 1970 e nos anos de 1980, na década seguinte ocorreu, por um lado, o descenso do movimento popular e de trabalhadores e, por outro lado, a retomada do processo de precarização do trabalho dos professores. Destacamos três fenômenos que constituíram parte das medidas que deram origem à ampliação do processo de precarização no Estado de São Paulo: a intensificação do trabalho; a flexibilização nas formas de contratação dos professores; e o arrocho salarial.” (PIOVEZAN e DAL RI, 2016. p.183)

Nos últimos 20 anos, já sob a influência das políticas neoliberais, a situação dos professores não melhorou, uma vez que houve uma intensificação do trabalho, acompanhado por uma ampliação das contratações precárias (temporárias) e um arrocho salarial.

A intensificação do Trabalho docente é uma consequência do aumento do volume de atividades realizadas pelos professores dentro e fora da sala de aula. Esse fato ocorre em razão da expansão da quantidade de aulas lecionadas semanalmente, do número de escolas nas quais os docentes trabalham e à quantidade de alunos que cada professor atende. Além disso, vislumbrou-se um aumento do volume de atividades extraclasse realizadas, entre elas, o preparo de aulas, correção de trabalhos e provas, atendimento aos alunos, preenchimento de formulários e diários de classe.

A partir de uma pesquisa realizada pela APEOESP em 2011⁵, que versa sobre a saúde dos professores, é possível visualizar consequências para a saúde dos professores. Nessa pesquisa, nota-se que uma boa parcela dos professores realizam jornadas entre 36 e 40 horas semanais. Sendo que aproximadamente 10% dos professores do Estado estavam lidando com jornadas semanais acima desse patamar.

Ainda sobre a jornada de Trabalho, essa Pesquisa traz a constatação de que uma minoria dos professores trabalha apenas um período ao longo do dia, e aqueles que trabalham em dois períodos diários representam majoritariamente a categoria somando 56,7%, enquanto 22,7% trabalham no decorrer dos 3 períodos (manhã, tarde e noite). Desse modo, 79,4% dos docentes entrevistados pela APEOESP, na referida pesquisa, trabalham dois ou três períodos diariamente, restando-lhes pouco ou nenhum tempo livre para realizar outros tipos de atividade.

Dessa forma, os profissionais mobilizados pelo Estado para exercerem seu Trabalho na Educação Pública encontram então um sistema em crise, que amplia a degradação das relações de Trabalho, amparada por um sistema jurídico conivente com a exploração, o assédio e que reproduz em seu aparato legal as determinações impostas pelo modelo neoliberal de gestão.

Para Sanfelice (2010), as políticas voltadas para a gestão da educação no Estado de São Paulo, vem apresentando características marcadas “por empreendimentos pontuais, nem sempre duradouros, de efeitos midiáticos e de duvidosos resultados qualitativos.” (SANFELICE, 2010, p. 153) Dessa forma, os professores convivem com uma rede pública que se organiza de forma a abusar de contratos temporários, dos baixos salários e de problemas de aprendizagem dos alunos, fatores esses que evidenciam uma crise na educação pública do Estado, ou para alguns o desenrolar de um projeto educacional condizente com as necessidades do Mercado.

Dessa forma, se faz necessário uma compreensão mais ampla da forma como o Estado mobiliza os professores e organiza suas escolas. Por isso uma análise da legislação voltada ao Trabalho Docente pode dar pistas mais concretas da situação de trabalho dos professores.

⁵Essa Pesquisa pode ser consultada na íntegra no Link: <http://www.apoesp.org.br/publicacoes/saude-dos-professores/saude-dos-professores-e-a-qualidade-do-ensino/>

2.2.1 – Currículo e Bonificação por mérito: elementos de uma política neoliberal

Em consonância com um modelo de gestão mercantilizado, tipicamente neoliberal, o Estado de São Paulo fará uso de alguns mecanismos que trazem a tona formas empresariais de centralização curricular e de avaliações de desempenho das escolas, dos alunos e dos docentes na rede Estadual.

A proposta curricular, aliada a uma política de bonificação baseada em um sistema de méritos, podem ser interpretadas como um mecanismo conciso de controle e gestão do Trabalho docente, uma vez que se amarra a necessidade de aplicação um currículo único a um prêmio monetário, condicionado a um modelo de ensino que vem de cima.

Dessa forma, cada vez mais, o trabalho docente que passa a ser regulado de acordo com políticas que visam a aplicação do pensamento neoliberal vigente, através de “...avaliações externas, dificultando e impedindo o processo emancipatório, cabendo ao professor o papel de mero aplicador de receitas prescritas por “intelectuais” da educação compromissados com as reformas neoliberais e as políticas homogeneizadoras.” (FIAMENGUI, 2009, p.18).

O autor, refere-se ao processo de implantação da Proposta Curricular do Estado, que começa a ser discutida e elaborada em 2007, e chega as escolas no ano de 2008. Para Fiamengui (2009) houve pouco tempo hábil para que os professores se preparassem para a utilização do Material, e muito menos tempo hábil para que uma discussão ampla fosse efetuada com os membros da rede de Ensino Estadual. Ao descrever como se deu esse processo de implantação, o autor afirma:

Todo o material produzido e as ações propostas pela Secretaria da Educação do Estado chegaram até cada escola do Estado, com três dias úteis antes do início do período letivo do ano de 2008, sendo que, os professores da rede tiveram este tempo para poder refletir e poder se preparar com o material entregue (FIAMENGUI, 2009 p.63)

Como definido no próprio Currículo do Estado de São Paulo:

O Currículo se completa com um conjunto de documentos dirigidos especialmente aos professores e aos alunos: os Cadernos do Professor e do Aluno, organizados por disciplina/série(ano)/bimestre. Neles, são apresentadas Situações de Aprendizagem para orientar o trabalho do professor no ensino dos conteúdos disciplinares específicos e a aprendizagem dos alunos. Esses conteúdos, habilidades e competências são organizados por série/ano e acompanhados de orientações para a gestão da aprendizagem em sala de aula e para a avaliação e a recuperação. Oferecem também

sugestões e estratégias de trabalho para as aulas, experimentações, projetos coletivos, atividades extraclasse e estudos disciplinares. (SEE-SP, 2010, p.8).

Esse material vai levantar polêmicas em torno do processo de preparação e elaboração dos planos de aula, uma vez que se apoiam em um modelo que atualmente se assemelha a um apostilamento do currículo.

A adoção de uma nova Proposta Curricular também nos fornece pistas sobre como esse processo de articulação e implantação se estendem ao trabalho docente dando origem a novos mecanismos de controle e avaliação dos profissionais, em mais uma das facetas do processo de precarização, mas desta vez atingindo diretamente a autonomia do docente em elaborar e avaliar o próprio trabalho.

Dessa interpretação, e da percepção dos professores de que ocorre uma tentativa mais aberta de controlar a matriz curricular, por parte do Governo Estadual, resgatamos a noção de alienação do trabalho, discutida no capítulo anterior. Uma vez que o docente se vê alienado da possibilidade de estabelecer seus termos e de avaliar seus resultados, podemos perceber como a alienação do trabalho se faz presente a partir de uma colocação imperativa de um modelo de trabalho que se assemelha ao que se encontra na dinâmica do Trabalho Abstrato.

Um aspecto interessante reside na retórica adotada pelo Estado, em que se as políticas adotadas assumem ao mesmo tempo, um caráter centralizador e um elemento de submissão ao modelo mercadológico, tipicamente neoliberal. Por isso, foi possível se aproveitar da ideia de que o Estado neoliberal se apresenta de forma muitas vezes contraditória. De acordo com Costa (2009):

“Estabelece-se no sistema escolar a dialética da descentralização e da centralização, segundo a qual, por um lado, se tem um Estado que descentraliza a responsabilidade sobre as Tarefas de prover a educação escolar, fazendo uso de fontes privadas de financiamento e, por outro lado, se assume uma posição centralizadora no estabelecimento das normas do funcionamento e avaliação dos resultados.” (COSTA, 2009 p.61)

Ademais, a prática desse paradigma de Estado, faz com que surja uma faceta contraditória da Educação Pública. Em determinados momentos, o Estado se eximirá de suas responsabilidades, e passará a atribuir aos próprios docentes a culpa pelos resultados negativos da degradação do ensino público. Para isso, o culpado muitas vezes é personificado na figura do docente, que vivencia cotidianamente os resultados de políticas que o atingem de cima. Dessa forma:

Impõe-se ao professor que atue a partir de seu enquadramento numa escola pautada pela lógica das relações mercantis, em que ele enfrenta na sala de aula as consequências de políticas educacionais que concorrem para a deterioração da escola pública e sua privatização. (COSTA, 2009 p.61)

A retirada de autonomia do corpo docente e das unidades escolares em um planejamento pedagógico próprio, ocorre já que as regras estabelecidas na educação pública do estado de São Paulo se apresentam sob um véu de sugestividade, apenas na superfície, e desconsidera a autonomia do corpo docente como um elemento balizador do processo de elaboração de seus próprios parâmetros de avaliação.

Para garantir a aplicação de suas políticas e coroar os que seguem a sua cartilha, o Governo Estadual lança mão de uma estratégia que vai diretamente ao ponto mais fraco do professor brasileiro: o bolso.

A primeira iniciativa de apresentar estímulos financeiros aos professores que cumpriam as metas estabelecidas pelo Estado foi proposta na Lei Complementar n.º 891, de 28 de dezembro de 2000. No Decreto n.º 46.167, de 9 de outubro de 2001, o bônus pago foi atrelado à assiduidade.

A utilização de bonificações por mérito instituída em 2000, sofrerá quatro alterações: em 2001, 2008, 2009 e 2011. O conjunto dessas alterações reforçam o caráter meritocrático da avaliação dos resultados, vinculando o pagamento do bônus ao resultado obtido em avaliações externas, e ao atendimento de metas estabelecidas pelo governo Estadual.

De acordo com o Texto da referida Lei, pode-se notar as facetas dessa alienação, em especial quando se estabelece os critérios para o pagamento das bonificações, como aparece no Artigo 3º: “a Bonificação por Resultados - BR será paga na proporção direta do cumprimento das metas definidas para a unidade de ensino ou administrativa onde o servidor estiver desempenhando suas funções” (SÃO PAULO, 2008).

Do ponto de vista do trabalho dos docentes esse conjunto de políticas reforça ainda mais a alienação do Trabalho, uma vez que o professor tem sua autonomia de trabalho e a avaliação de seus resultados tomados de si, em função de uma bonificação salarial que acaba, em termos gerais, reforçando a competição entre os docentes as unidades escolares e coloca o dinheiro como o carro-chefe do planejamento do trabalho escolar, em seu aspecto mais fetichizado.

Ademais, o controle do Trabalho Docente se processa a partir de Mecanismos de controle e avaliação muito bem amarrados entre si, uma vez que a partir das notas do IDESP (Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo) e do SARESP (Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo), os professores são submetidos a avaliações constantes de desempenho a partir do rendimento de seus alunos, o que está diretamente atrelado a aplicação do currículo. Além disso, as bonificações financeiras ficam atreladas a esses parâmetros de avaliação.

A relação entre esses indicadores é explicada por Souza (2009):

O IDESP é um índice atribuído a cada escola, que oscila entre zero (quando nenhuma das metas pré-fixadas é atingida) e um (quando todas as metas são atingidas), tendo como quesitos fundamentais o desempenho dos alunos no SARESP – prova que avalia os alunos da rede pública estadual,... - e o índice de aprovação em cada série e escola. (SOUZA, 2009 p.120).

Tais elementos demonstram o aprofundamento das políticas de cunho neoliberal e a forma como elas são utilizadas para capitanear a educação pública e alienar o trabalho docente, ampliando ainda mais o controle e cerceando a liberdade dos professores de exercer sua autonomia.

Esse conjunto de mecanismos, a saber: o currículo e a Bonificação por Resultados, produz uma fragmentação na Categoria Docente, já que ocorre uma desigualdade de resultados e, conseqüentemente de Bonificações pagas aos professores de diferentes escolas. De acordo com um relato coletado em uma entrevista, a Bonificação por Resultados:

É justamente uma competição, veja bem: uma escola de uma comunidade mais pobre, sem condições de trabalho, não atinge as metas e não ganha bônus. Aí numa escola mais bem localizada, com uma clientela mais abastada o trabalho tem melhores condições de se realizar. Aí os professores ganham melhores bonificações. Isso é injusto... (Relato de PROFESSORA A, sobre o Bônus)

Além de ser observada como uma política que estimula a competitividade entre os professores, a Bonificação por Méritos institui um clima de cobrança constante em torno da necessidade de sempre buscar atingir e superar metas. De acordo com um outro professor, a política de bonificações usa metas comparadas:

Tem uma meta todo ano... depende da escola e das notas anteriores. Se você atingir aquela meta, maravilha. Se você passou, melhor ainda... você tem um bônus razoável, vai... só que assim a medida

que vai passando, as metas vão subindo... tipo, um funil. Uma chaminé.... (Relato de PROFESSOR B, sobre as metas para o pagamento do Bônus)

Essa fragmentação é um aspecto típico do modelo de mobilização do trabalho que se desenvolve no mundo moderno, a predominância da necessidade de se submeter ao poder do dinheiro encontra no docente uma vítima fragilizada pelo processo de precarização e pelos baixos salários. Isso acaba por internalizar nos indivíduos a tendência a competir e de não se perceberem como categoria, individualizando o professor do seu colega de trabalho e dos alunos. Como aponta Thomaz Jr. (2012), “a reestruturação produtiva do capital produz então, novas fragmentações no interior da classe e, conseqüentemente, novas identidades do trabalho estranhado” (THOMAZ JR, 2012 p.9).

O Docente passa então a ser privado do controle de seu próprio trabalho e o mesmo passa a se configurar como uma atividade sem sentido concreto para o profissional, sendo fetichizado, o que “significa dizer que sob o capitalismo o trabalho como atividade vital se configura como trabalho estranhado, expressão designativa de uma relação social encimada na propriedade privada, no capital e no dinheiro”. (THOMAZ JR. 2012 p.14).

Assim, não é muito difícil estabelecer paralelos nas condições de trabalho docente da rede estadual e os paradigmas mais recentes de exploração do trabalho no sistema capitalista, uma vez que:

Os professores são vistos socialmente como meros funcionários da escola, destituídos da liberdade da cátedra necessária para sua atuação como mediadores entre o conhecimento e as futuras gerações em formação e, por vezes, culpabilizados pelos problemas de seu local de trabalho (COSTA, 2009 p.65).

Corroborando com esse sentido de alienação a seguinte afirmação:

... o professor não pode ensinar o que quiser, como quiser, na ordem que achar a mais indicada para cada nível e modalidade de ensino, aplicando a avaliação do rendimento dos alunos da maneira que achar mais conveniente segundo seus conhecimentos técnicos, mas ensinar de acordo com imposições de políticas públicas para a educação que contrariam a própria natureza da atividade de ensino... (COSTA, 2009 p.75).

É nesse sentido que podemos identificar um processo que aliena do professor a decisão sobre seu próprio trabalho, seu formato e sua avaliação, padronizando sob uma ótica de produtividade mercantil, o processo formativo da educação pública. Assim, o Currículo e a Bonificação por Resultados, se apresentam como uma

estratégia de controle tanto do trabalho docente quanto de avaliação a respeito da implantação das políticas propostas pelo Estado. É dessa relação que extrapola-se o sentido do Trabalho Docente como trabalho alienado.

2.2.2 – Política Salarial e Desvalorização

Foi mencionado acima que a política de Bonificação por Resultados se aproveita da fragilidade financeira dos Docentes. Muitas vezes, o bônus é visto como um complemento salarial. No entanto, a sua implementação visa mascarar a realidade dos baixos salários e de disfarçar uma política de arrocho salarial que se arrasta ao longo dos últimos anos. Esse elemento pode ser percebido ao se comparar alguns dados do Salário dos professores com o Salário mínimo nominal. Para traçar um curto panorama desse processo tomaremos por base dois momentos recentes: 2014 e 2018. Para fins de comparação, os dados apresentados pelo Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP), serão confrontados com dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), mais especificamente os relacionados ao salário mínimo.

Em 2014, o salário mínimo nominal no Brasil era de R\$ 724,00, ao passo que o salário mínimo necessário era de R\$ 2.915,07⁶. O salário base dos docentes⁷, bem como o valor pago pela hora/aula, no mesmo ano não chega ao patamar de 4 salários mínimos, se considerarmos a Jornada de 40 horas, e se encontra abaixo do salário mínimo necessário proposto pelo DIEESE.

Para o ano de 2018, o salário mínimo foi estabelecido em R\$ 954,00, ao passo que o salário mínimo necessário atingiu patamares de R\$ 3.636,04, no mês de agosto. Se compararmos essas informações ao valor pago aos professores da rede pública estadual, podemos ter um pequeno vislumbre da desvalorização salarial. No ano de 2014, os docentes de 40 horas semanais recebiam 3,3 salários mínimos nominais e no ano de 2018 essa relação caiu para 2,7 salários mínimos. Nos dois cenários analisados, de 2014 e de 2018 o salário pago aos professores está abaixo do mínimo necessário do DIEESE.

⁶ De acordo com o DIEESE. <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html#2014>

⁷ Professores de Educação Básica I (Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano) e Professores de Educação Básica II (Ensino fundamental do 6º ao 9º ano e Ensino Médio)

**Salário Base – PEB I e PEB II por Jornada de Trabalho
São Paulo – Julho de 2014⁸**

	Inicial	
	Hora/Aula	Salário Base
Docentes com 24 horas		
PEB I	R\$ 10,43	R\$ 1252, 16
PEB II	R\$ 12,08	R\$ 1449, 53
Docentes com 30 horas		
PEB I	R\$ 10,43	R\$ 1565,19
PEB II	R\$ 12,08	R\$ 1811,91
Docentes com 40 horas		
PEB I	R\$ 10,43	R\$ 2086,93
PEB II	R\$ 12,08	R\$ 2415,89

Tabela 1 - Valor da hora/aula e salário base em 2014

Fonte: Boletim de acompanhamento de Pessoal – Secretaria da Educação
Elaboração: DIEESE – Subseção APEOESP

Salário-Base do Quadro do Magistério, de acordo com o LC 1.317/2018

	Inicial	
	Hora/Aula	Salário Base
Docentes com 24 horas		
PEB I	R\$ 11,16	R\$ 1339,81
PEB II	R\$ 12,92	R\$ 1551,00
Docentes com 30 horas		
PEB I	R\$ 11,16	R\$ 1674,75
PEB II	R\$ 12,92	R\$ 1938,75
Docentes com 40 horas		
PEB I	R\$ 11,16	R\$ 2233,01
PEB II	R\$ 12,92	R\$ 2585,00

Tabela 2 - Salário Base em 2018

Fonte: SEESP/DRHU – Departamento de Recursos Humanos
Elaboração: DIEESE – Subseção APEOESP
Organizado por: BERNARDES, 2018

Esse conjunto de dados sobre o salário aponta que a tendência a valorização do salário dos professores não acompanhou o aumento do salário mínimo. As consequências desse quadro se fazem sentir aos professores de uma forma bastante perversa, que veem seu poder compra corroído pela falta de uma política concreta de valorização. Além disso, é bastante comum aos professores a adesão a jornadas de trabalho extensas para compensar os baixos níveis salariais.

Praticamente nenhum docente entrevistado se mostrou satisfeito com o salário que recebia. Em alguns casos, o emprego na rede Estadual é acompanhado de um

⁸ Esses dados estão presentes na pagina: <http://www.apeoesp.org.br/salario-base/>

acúmulo de funções em outras redes, municipais ou privadas. Quando não ocorre de a docência servir apenas como complemento de renda. Nas palavras de uma Professora temporária:

Eu vejo que não é um salário que dá pra confiar se a gente tiver que sustentar uma família, se a gente não tiver outras opções, eu dou aula há 14 anos, mas há 14 anos eu tenho outro emprego junto, eu nunca fiquei só no Estado. Porque se eu ficar eu não me mantenho. (PROFESSORA C, sobre o aspecto salarial)

Esse processo de acúmulo de funções, e uma tendência a integralização da jornada de trabalho, mesmo fora da rede estadual tem seus impactos sobre a qualidade de vida dos professores, e também sobre as condições de realização do preparo e aprimoramento das capacidades docentes, o que acaba por dificultar uma atuação mais efetiva em sala de aula. Piovezan e Ri (2016) apontam esse processo:

Além de a intensificação do trabalho provocar consequências negativas para a vida e saúde do professor, reduzindo o seu tempo de descanso e lazer, configura-se como um ataque à autonomia e condições de trabalho e à disponibilidade para o aprimoramento profissional, pois o excesso de trabalho realizado restringe, cada vez mais, o tempo necessário para discutir, criar e efetuar um projeto escolar coletivo, haja vista que a maioria dos professores vivencia a mesma condição de intensificação do trabalho. (PIOVEZAN e RI, 2016 p.185)

Ademais a precarização do Trabalho também terá outros aspectos, que serão visíveis na diversificação dos professores em categorias e seus regimes de contrato, com destaque para os professores contratados de forma temporária. Antes, portanto será apresentado o panorama da rede estadual e seu universo de professores.

2.3 - O universo do trabalho docente no Brasil e o caso do Estado de São Paulo.

Para apresentar o modelo de regulação do Trabalho Docente no Estado de São Paulo, precisamos compreender a dimensão sobre a qual versa a miríade de leis que se apresentam como o mecanismo básico de gestão dos Trabalhadores.

De acordo com dados apresentados nas notas estatísticas do Censo Escolar de 2016, publicados em Fevereiro de 2017, o Brasil possui um universo de 186.100 escolas de ensino básico. Desse montante, mais de 61,7% são administradas pelo poder Municipal, 21,5% são privadas 16,5% são Estaduais e 0,4% administradas pela esfera Federal. O ensino médio é ofertado em 28.300 escolas no território nacional,

sendo que destas, 68,1% são Escolas Estaduais, e 29,2% são da rede privada. 1,8% são de escolas Federais e 0,9% de escolas Municipais. (Brasil – INEP, 2017)

O conjunto de escolas de educação básica no Brasil atende a 48,8 milhões de alunos, sendo que desse total, pouco mais de 1/3 está matriculado nas redes Estaduais de Ensino, mesmo essa rede respondendo por pouco mais de 16% do número de estabelecimentos. Esse dado dá o tom da super-lotação encontrada em muitas salas de aula no Brasil. No Ensino médio há um total de 8,1 milhões de matrículas, sendo que destes, 6,9 milhões de alunos frequentam as escolas da rede Estadual. Esse universo de alunos, é atendido por um total de 2,2 milhões de professores a educação básica e 519,6 mil no Ensino médio. (Brasil – INEP, 2017)

Esses dados, se analisados atentamente, apresentam algumas características interessantes. Se partirmos da estimativa do IBGE, para o mês de Julho de 2018, a população brasileira é de aproximadamente 208 milhões de habitantes, sendo que destes, quase $\frac{1}{4}$ está matriculada nas escolas do país.

Se observarmos os números da rede estadual paulista algumas considerações podem ser feitas. A rede estadual Paulista é composta por 5.700 escolas, o que corresponde quase 20% das escolas estaduais do Brasil (algo em torno de 30 mil escolas). Essa rede atende a um total de 1,4 milhão de alunos e emprega em torno de 200 mil professores, dos quais 130 mil são concursados e efetivos, 43 mil estão em situação estável e 27 mil são professores com contratos temporários.

Dessa forma, é importante entender como se dá essa divisão dos professores, de acordo com a situação de emprego.

2.4 - Flexibilização do trabalho docente: a questão dos contratos temporários

Além desse panorama de precarização do trabalho, nota-se na categoria docente uma tendência crescente de Flexibilização do Trabalho, com destaque a perda de direitos trabalhistas, trabalho sem estabilidade, arrocho salarial e pluralização dos professores em camadas com cada vez menos seguridade, como fica evidente no caso dos professores temporários das Categoria F e O.

Os professores da “Categoria F” foram estabilizados no emprego pela Lei Complementar nº 1.010/2007. São professores que possuem vínculo estável com o Estado, mas não possuem uma Jornada de trabalho fixa. Esses professores atuam

de acordo com as necessidades que surgem na rede e visam suprir vacâncias de professores titulares de cargo efetivo.

Apesar de serem estáveis quanto ao contrato de trabalho, não possuem estabilidade garantida no que diz respeito a constituição de sua Jornada de Trabalho, recebendo um salário equivalente a 12 horas semanais, podendo ampliá-las de acordo com a disponibilidade de aulas na rede. Essa forma de contrato exime o professor de uma estabilidade salarial, uma vez que seus rendimentos podem variar de acordo com a oferta de aulas na rede. Sobre esse regime temporário, uma professora demonstrou preocupação com a qualidade das aulas:

Eu acredito que isso não ajuda muito pra gente se renovar. Muitas vezes desanima, porque a gente tenta fazer um trabalho, você fica um tempo naquela escola, faz um bom trabalho ou tá começando dar resultado o teu trabalho e de repente alguém te tira de lá e te coloca num outro lugar. Isso eu acho um pouco complicado, tanto pro professor quanto pra sala de aula. (Professor Temporário)

Os professores temporários dividem-se em categorias distintas, de acordo com o período em que foram admitidos, resultado das diversas alterações das diversas normatizações a elas referentes. Apesar dessa diversificação, a tendência é a homogeneização dos professores temporários em torno da Categoria O, a partir da publicação da Lei 1093/09.

O Professor da Categoria O representa o exemplo de contrato temporário mais precário que se encontra na rede estadual. Esse professor é contratado através de um processo seletivo simplificado, organizado pela própria Secretaria de Estado da Educação. O contrato de trabalho se encerra imediatamente após o término do período de vigência (que atualmente pode ser de, no máximo, três anos), ou até mesmo antes desse período, por diversas razões, inclusive por conveniência da Administração. Nesse caso, uma indenização equivalente a um mês de salário.

Apesar de estar subordinado ao mesmo conjunto de deveres que o funcionalismo público estadual, o professor da Categoria “O” não possui a possibilidade de avançar na carreira docente, nem acesso à seguridade social própria do docente efetivo, ou do docente da Categoria F.

Após o fim do contrato, o docente contratado como Categoria O fica impedido de assumir novas aulas, como temporário, por um período de 180 dias, de acordo com a Lei Complementar Nº 1.277 de 2015. Esse período anteriormente firmado em 200 dias, sempre foi objeto de debate entre a Secretaria de Educação e a APEOESP,

tendo sido reduzido, em 2012, para 40 dias. Nesse período, o Docente fica descoberto de quaisquer direitos que possuía quando contratado. Após esse período de afastamento pós contratual, de duzentos dias, ou de 40 dias, o professor pode ser recontratado, mas deve realizar novamente o processo seletivo.

Por uma questão orçamentária é menos custoso para a Administração Estadual contratar um professor por um prazo determinado limitado, sem o registro na Carteira de Trabalho e sem o recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, do que manter regularmente um professor efetivo na função, que recebe salário no período das férias escolares. Essa é uma qualidade da política de Educação que desconsidera a qualidade de ensino e prioriza a contabilidade orçamentária. Além disso, os professores efetivos têm um plano de carreira, incorporam gratificações de tempo de serviço e evolução funcional aos salários e possuem todos os direitos trabalhistas de um servidor estatutário, enquanto os professores contratados recebem apenas as horas trabalhadas no período de seu contrato e são beneficiários do Regime Geral de Previdência Social.

A Contratação Temporária é uma forma que retira do professor uma maior seguridade no emprego, uma vez que seu contrato visa preencher lacunas que surgem na rede estadual, tanto em decorrência da necessidade de substituição de Professores Titulares Efetivos, como da constante falta de profissionais na rede de ensino. Em outras palavras, o Professor nessa situação de emprego não tem garantias de que poderá cumprir toda a vigência do contrato, uma vez que a regulação dos contratos é efetivada pelo Poder Executivo do Estado de São Paulo, e as rescisões de contrato não contam com indenizações para o Trabalhador.

A lei 1093/09 foi alterada cinco vezes⁹ desde sua publicação: em 2011, em 2012, em 2013, em 2015 e em 2017. Basicamente, as alterações versam sobre a renovação dos contratos, e a respeito da quarentena¹⁰ aplicada ao professor temporário candidato à recontração. Em 2012, a quarentena de 200 dias foi reduzida para 40 dias. Em 2013, os docentes que celebraram contrato temporário e fizeram jus ao intervalo de 40 dias podiam ser recontraçados, por um novo processo seletivo, mas com um intervalo de 200 dias de quarentena (ou Duzentena). Apenas em 2015, o contrato temporário teve seu prazo máximo ampliado para três anos de duração e sua

⁹ Lei Complementar Nº 1.132/11; Lei Complementar Nº 1.163/12; Lei Complementar Nº 1.215/13; Lei Complementar Nº 1.277/15 E Lei Complementar Nº 1.314/17.

¹⁰ O Termo quarentena é emprestado das discussões sindicais.

duzentena reduzida de 200 para 180 dias. Novamente em 2017, a quarentena de 180 dias entre um contrato e outro foi reduzida para 40 dias.

Esse vai e vem de alterações se apresenta devido a constante vacância de salas e de aulas na rede estadual. Para suprir a uma demanda de professores, o Governo Estadual foi tecendo um conjunto de regras instáveis e muitas vezes confusas para contratar servidores temporários. Esse labirinto de Leis Complementares denota que falta ao Estado um planejamento mais eficaz na gestão de seu pessoal, e sua política tem sido a de reagir a conjuntura que a rede estadual apresenta ano a ano.

Ao avaliar o conjunto de mecanismos que codificam o Trabalho Docente, Piovezan e Ri (2016), identificam uma característica que fica expressa a partir de:

...uma 'sofisticação perversa' na formulação de leis, decretos e resoluções estaduais paulistas, que tiveram a finalidade de ampliar a jornada de trabalho, flexibilizar as contratações e procrastinar os reajustes salariais dos docentes. E isso ocorreu com a implantação de métodos de controle e vigilância do trabalho, propiciados pelas inúmeras avaliações e pela bonificação por resultados. (PIOVEZAN e RI, 2016 p.192)

Dessa forma, o professorado deve conviver com a retirada de autonomia, a alienação e a flexibilização do seu Trabalho. Por isso, é possível aproximar o trabalho docente do prisma das relações de trabalho tipicamente capitalistas, no caso as relações são estabelecidas entre o Estado capitalista moderno e as práticas econômicas vigentes que empregam o trabalho do professor sob as determinações e abstrações inerentes ao conjunto social.

A complexidade das relações circunscritas nesse campo traz a tona a necessidade de discutir o papel do Estado na organização e manutenção da Sociedade capitalista, bem como o papel central da educação nesse processo. Para Frigotto(2008), os embates e dilemas em torno da educação pública e de sua crise só podem ser compreendidas no escopo mais amplo da crise do capitalismo.

Como uma práxis que se insere de forma central no contexto da modernidade, a docência é passível de ser interpretada e analisada sob a ótica das relações que se conformam sob a égide da forma Mercadoria e da precariedade inerente a exploração do trabalho abstrato, incorporando em sua prática a fetichização condizente com a necessidade de ser e de formar mão-de-obra capaz de atuar no mercado de trabalho atual.

Piovezan e Dal Ri (2016) analisam o processo de precarização na rede estadual a partir da aplicação das políticas estaduais para a educação e identificam a intensificação do trabalho docente, a flexibilização nas formas de contrato, o arrocho salarial e a bonificação por méritos como sintomas desse processo.

Dessa forma, há uma identidade entre o modelo de exploração do trabalho abstrato e a forma de mobilização do trabalho docente. Nessa relação desigual entre os professores e o Estado, este, claramente representativo de uma classe dominante, é que se desenrolam as disputas em torno da Educação Pública e da regulação do Trabalho Docente. É nesse contexto que se desenrolam relações de poder que tem a rede pública estadual, como um palco, um território de disputas.

CAPÍTULO 3 – O Trabalho Docente sob a perspectiva Territorial.

A partir das reflexões em torno do processo de Trabalho e seus elementos determinados pela dinâmica capitalista, foi possível inserir a docência como uma prática laboral dotada de elementos distintos, mas que se encontra também subsumida aos elementos gerais da dinâmica do trabalho abstrato. Essas distinções estão calcadas justamente no fato de que o Trabalho Docente se desenvolve em uma esfera relacional entre os indivíduos e o produto do esforço dos professores é justamente a produção da escolarização.

Por se tratar de um Trabalho que se mobiliza sobre os indivíduos a partir de indivíduos, a docência é um terreno movediço, já que é impossível determinar com precisão a forma e os resultados desse trabalho. A diversidade de atores que compõem o processo de trabalho na educação reforça esse caráter de imprecisão.

No entanto, ao refletir sobre a função da educação e da atividade docente em um panorama mais amplo, na ordem geral capitalista, pode-se perceber que em um contexto moderno, a educação cumpre um papel fundamental de organizar e de preparar, mesmo que de forma precária, os indivíduos para a dinâmica de exploração do Trabalho no mundo fora da escola. Essa antessala do Mundo do Trabalho para o aluno, é para o docente o próprio mundo do Trabalho, dotado de todos os ingredientes e aspectos intrínsecos à exploração capitalista.

No caso específico da educação pública, a relação de trabalho se estabelece entre o Estado e os professores, e é nesse campo que alguns mecanismos se desenvolvem com o intuito de centralizar e controlar alguns elementos do Trabalho Docente. Esses mecanismos de organização e gestão do trabalho se apresentam como a legislação específica explorada no capítulo anterior. Esse labirinto legal serve para delinear os objetivos do processo educacional, bem como as formas de organização e de gestão da Escola Pública do Estado e seus trabalhadores.

O Estado de São Paulo, graças a seu contexto político de sucessão partidária e uma relativa homogeneidade na concepção em torno das políticas públicas, adotou ao longo das duas últimas décadas um modelo de gestão alinhado ao neoliberalismo. Esse modelo vai trazer impactos importantes na forma como o Estado realiza a exploração dos seus trabalhadores docentes.

O papel da escolarização sob essa ótica neoliberal vai se aproximar de concepções mercadológicas tanto na organização das escolas quanto na gestão do Trabalho Docente. A adoção de um currículo unificado, de práticas de bonificação por

resultados e de flexibilização dos contratos de trabalho dão pistas sobre o aprofundamento da lógica mercantil na escola pública.

Nesse contexto de aprofundamento das relações de exploração do trabalho docente e de aplicação de mecanismos que acabam por aproximar a prática docente à lógica das empresas privadas, a Rede Estadual se apresenta como um campo permeado por relações de poder, por isso, passível de ser analisada sob a perspectiva do conceito de Território.

O Território, enquanto categoria de análise geográfica se baseia na constituição de relações de poder e nas relações entre atores que ocupam um determinado espaço. Na constituição das relações de trabalho capitalistas, forma-se um campo de poder expresso nas diferentes intencionalidades e na própria exploração do Trabalho Abstrato, dessa forma a docência se apresenta como uma atividade permeada de relações, logo relações de poder.

A perspectiva de análise do Trabalho Docente sob uma ótica territorial está apoiada nas relações de poder que se apresentam no cotidiano escolar. Tais relações se baseiam na ação do Governo Estadual na figura de empregador e de ator na exploração do Trabalho. O Docente figura como outro ator nesse campo de relações. Essa proposta de análise territorial se apoia na noção de que o conceito de Território pode ser interpretado sob diferentes escalas e diferentes pontos de vista, e abarca os interesses de diferentes atores.

Nesse sentido, as disputas que emergem do processo de precarização do trabalho docente colocam em conflito os diferentes componentes da Escola Pública: o Estado, o Professorado, os alunos e a comunidade. Esse conflito é expresso na resistência dos professores ao sucateamento das suas condições de trabalho, à recusa e à resistência dos alunos em se inserir no processo de ensino, na violência crescente dentro das escolas, na intensificação de discursos que intentam a apropriação da Escola sob uma ótica político-ideológica.

O contexto de elaboração dessa pesquisa também fornece elementos para pensar a escola como um espaço em disputa. O acirramento entre discursos sobre o papel da educação demonstra uma preocupação crescente, de diferentes setores da sociedade em se apropriar do discurso escolar e impor à escolarização um determinado viés ideológico, e muitas vezes de podar a diversidade de expressões dentro do espaço escolar.

É sob esse turbilhão que os docentes realizam seu trabalho, se submetem ou se inserem em discursos, em disputas e se apresentam também como atores desse contexto de disputa. Nessa complexa teia de relações e atores que vivem a Escola Pública Estadual, o conceito de Território pode ser uma valiosa chave de leitura, que visa auxiliar no desvendamento da natureza política do panorama atual da Escola Estadual.

Entender as políticas e as relações de trabalho criadas entre o Estado e os professores, as ações e resistências que fazem parte desse processo são elementos fundamentais para a compreensão dessa perspectiva Territorial. Para além disso, as relações interpessoais e profissionais entre alunos, professores, gestores escolares e a comunidade escolar também fazem parte desse universo de relações que permeiam o Território que será analisado. Para esse fim, uma apresentação conceitual do Território se faz necessária.

3.1 – O conceito de Território e sua diversificação

O Conceito de Território tem uma trajetória antiga e que se espalha em diferentes áreas do conhecimento. Se partirmos do princípio de que as relações de poder são discutidas em diferentes ciências e em diferentes épocas, a noção que emana desse conceito ganha aspectos que são historicamente próprios.

Ao tecer reflexões sobre o Território, Souza (2000) identifica na obra milenar de Sun Tzu “A Arte da Guerra” a necessidade de utilizar o Espaço, interpretado como o terreno do campo de batalha, como uma alavanca no exercício da superioridade militar e conseqüentemente na manifestação do poder. Essa comparação serve de apoio para que o autor desenvolva a ideia de que o Território passa por transformações e é aplicado de acordo com a situação histórica vigente. Apesar de sua historicidade, o autor aponta que essencialmente, o Território é “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 2000 p. 78).

Na geografia, o conceito de Território deriva da noção de solo pátrio, como um sinônimo do espaço concreto em si, dotado de aspectos naturais e que serão apropriados por um grupo social. Essa visão é proposta no século XIX, na Geografia Política de Ratzel, que associa o solo a constituição do poder do Estado-Nação.

Dessa forma, o Território se cunhou como um instrumento de ação e manifestação do poder do Estado, mais especificamente do Estado-Nação que se

manifesta dentro de suas fronteiras. Por isso, houve uma tendência em valorizar o Território em seu aspecto material, justamente na relação entre as possibilidades e recursos que um determinado solo fornecia ao povo que o ocupava. Essa noção amparada na dimensão material do Território vai ser amplamente utilizada como justificativa para ações do Estado-Nação na apropriação violenta de recursos.

No entanto, o Território se apresenta como um conceito mutável, dotado de historicidade e sua aplicação vai ser transformada pelo desenvolvimento de novos contextos históricos e políticos. Ao analisar a evolução do Conceito de Território, Gottmann (2012) aponta que o termo foi usado para delimitar o raio de ação, ou a jurisdição de um determinado grupo social e foi um instrumento importante para a defesa de um conjunto de objetivos. Para o autor:

Território é um conceito gerado por indivíduos organizando o espaço segundo seus próprios objetivos. Na teoria política, o território parece ter sido um termo utilizado nas línguas europeias desde o século XIV para definir primeiramente a jurisdição ou até mesmo a órbita econômica de unidades governamentais, tais como cidades livres, feudos ou reinos. O papel do conceito de território alterou-se ao longo dos séculos. (GOTTMAN, 2012 p.523)

Para ilustrar o processo de evolução do conceito de Território, Gottmann vai apresentar duas tendências de administração política do território que identifica ao longo da História, mas que ainda se apresentam nos dias de hoje: o isolacionismo e o cosmopolitismo.

Na visão isolacionista, as fronteiras eram parte fundamental do Território, pois serviam para proteger o núcleo territorial de ameaças externas. Nesse sentido, os conflitos se davam com outros grupos e culturas.

O conceito de Território colocado como o Espaço sob o qual uma determinada nação se organizava, por diferentes preceitos de coesão interna, foi utilizado como um meio para definir a área de Soberania de um determinado Estado Nacional. Isso foi possibilitado pela sensação de relativa segurança que o isolacionismo proporcionava aos habitantes contra as ameaças externas. Nesse contexto, o Estado assume a função de protetor e administrador de seu território. O Estado nacional, portanto, considerou seu território como a base fundamental da segurança e do bem-estar de seu povo. Tal modo de pensar fez com que as feições geográficas do território e de suas fronteiras fossem um aspecto cada vez mais importante à atuação das estruturas políticas. (GOTTMANN, 2012 p. 529)

Gottmann prossegue seu raciocínio e exemplifica essa tendência ao isolacionismo com o processo histórico de formação dos Estados Nacionais na Europa:

Não há dúvida, entretanto, de que, nos 500 anos que se sucederam após o início das grandes explorações marítimas pelos europeus ocidentais no século XV, cada vez mais o território adquiria o sentido de um porto seguro às pessoas que procuravam desenvolver seu próprio modo de vida e os recursos internos às suas fronteiras, segundo seus interesses particulares. (GOTTMANN, 2012 p. 529)

Ao longo do processo de desenvolvimento das relações comerciais mercantis e posteriormente, capitalistas, houve como produto a formação de um grande número de unidades Territoriais, relativamente autônomas. Nesse contexto de formação e de consolidação do Estado Moderno é que o pensamento de Ratzel se apresenta como uma visão clássica que serviu para organizar e sustentar os interesses de diferentes unidades territoriais que se preocupavam em estabelecer e defender seus limites dos avanços dos territórios ocupados e criados por outros grupos. No pensamento de Ratzel, o Estado é identificado e enraizado no Solo, em seu aspecto de espaço dotado de recursos e de possibilidades.

Ao tecer uma crítica a essa visão, Raffestin (1993) aponta que o pensamento Ratzeliano dá elementos para pensar o Estado, mas não se aprofundou nas questões de menor escala, onde diferentes manifestações de poder se apresentam. Dessa forma, as análises em torno da problemática territorial estavam limitadas a esfera de ação dos Estados Nacionais e da confirmação de sua jurisdição política e espacial.

De certa forma, o pensamento político que se desenvolve ao longo do século XX, vai superar uma visão Estadocêntrica e passa a considerar os diferentes elementos que também produzem disputas e discursos políticos. Dessa forma diferentes níveis de relação política se desenvolvem, e a superação desse modelo se dá mediante a análise dessas relações. (RAFFESTIN, 1993)

Com a Revolução Industrial, e a ampliação das relações de comércio no mundo, ocorre uma tendência à integração econômica e ampliação das relações políticas. O isolacionismo dá lugar a uma realidade cada vez mais interdependente e cosmopolita que se amplia mais tarde, com a Globalização econômica. Essa tendência, leva a um processo de ressignificação da atuação das estruturas políticas e conseqüentemente, do conceito de Território no mundo Moderno. Com a

consolidação, mesmo que relativamente estanque¹¹, de fronteiras externas, o foco da atuação do Estado-Nação agora passa a ser os aspectos socioeconômicos internos do Território.

Tal processo é causado pelo aumento das relações comerciais e pela dependência de recursos obtidos para além do território do Estado. A evolução tecnológica superou, de certa maneira, as imposições materiais de expansão territorial e conformou um conjunto de relações que se preocupa muito mais em organizar as estruturas internas do território, em detrimento da visão isolacionista. No mundo marcado pela globalização das relações capitalistas, as questões socioeconômicas internas aos territórios do Estado-Nação ganham força. De fato, a extensão do espaço controlado não é mais um elemento primário, mas sua organização, que agora é o objetivo político da maioria das nações. De acordo com Gottmann (2012):

Se certas funções que costumavam ser consideradas essenciais para o conceito de território estão hoje perdendo muito de seu significado, o território permanece uma preocupação fundamental da política contemporânea. É a natureza do conceito que está mudando; novos princípios agora norteiam a organização do território. (GOTTMANN, 2012 p. 532)

Ocorre uma ressignificação do Território, que abarca novas possibilidades de análise. Não significa que a atuação do Estado deixa de ser importante para o entendimento das relações de poder em um território, mas outros aspectos são também relevantes para a formação de novas dinâmicas territoriais, mesmo dentro do escopo da atuação política do Estado.

Nesse Sentido, o Território assume um aspecto mais multifacetado, em que novas formas e manifestações de poder podem ser analisadas sob essa chave conceitual. Souza (2000) dá indícios dessa riqueza de possibilidades que se desenham em torno do conceito de Território e aponta que sua associação com a figura do Estado não é mais uma obrigatoriedade. Para o autor, o Território:

...não precisa e nem deve ser reduzido a essa escala ou à associação com a figura do Estado. Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p.ex., uma rua) à internacional (p. ex., a área formada pelo conjunto dos territórios dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN); territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas,

¹¹ Essa estabilidade não significa que as fronteiras entre países perderam sua importância ou que deixaram de se transformar. O contexto em que essa afirmação se encaixa é o do Pós-Guerras, em que as relações comerciais se intensificam e se fluidificam em um contexto de ascensão das relações globais capitalistas.

anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica. (SOUZA, 2000 p 81, destaque nosso)

Essa transformação do conceito de Território, ou a diversificação das possibilidades envolvidas na análise das relações de poder, trazem novas perspectivas para o uso desse conceito, uma vez que seu cabedal passa a ser mais amplo. A definição dada por Gottmann (2012), ainda que pautada na atuação do Estado, permite uma análise diferencial:

Território é uma porção do espaço geográfico que coincide com a extensão espacial da jurisdição de um governo. Ele é o recipiente físico e o suporte do corpo político organizado sob uma estrutura de governo. Descreve a arena espacial do sistema político desenvolvido em um Estado nacional ou uma parte deste que é dotada de certa autonomia. (GOTTMANN, 2012 p.523)

A partir da análise das relações entre os diferentes atores e organizações em diferentes escalas que esse conceito ganha um sopro de diversidade e se amplia para uma perspectiva mais abrangente, no sentido de que novas formas de Território são produzidas nas mais diversas relações e em diferentes escalas. Por isso, a perspectiva relacional é de fundamental importância para a análise do Trabalho Docente sob uma ótica territorial.

3.2 – O Poder e o Território sob uma perspectiva Relacional

A abordagem relacional, como proposta por Raffestin (1993), em “Por uma Geografia do Poder” traz elementos que permitem desvendar a natureza territorial de basicamente todas as relações. Essa perspectiva permite entender as manifestações de poder em diferentes escalas e formas.

O autor parte da crítica ao modelo clássico de abordagem territorial, amplamente centrado na figura do Estado-Nação e busca elaborar uma nova abordagem para as questões relacionadas ao poder e a constituição de territórios.

Para o autor, o Poder ou poder, pode ter significado distinto se escritos com letra maiúscula ou minúscula. O Poder está associado ao escopo do Estado, ao passo que o poder está imbuído de outras escalas e atores. A análise dessa Pesquisa, ora se refere ao Poder, ora ao poder. Como o Trabalho Docente, nesse caso específico, está inserido em uma relação que traz o Governo do Estado como um polo, as manifestações de poder se dividem entre a ação do estatal e a ação dos professores.

Os Elementos constitutivos de uma relação de poder possuem seus atores ou organizações, as políticas dos atores e as estratégias de ação desses atores. Para a presente análise, o Governo Estadual se configura como uma Organização dentro dessa relação, e o Professorado como o outro polo. O campo de análise não se restringe apenas aos dois elementos, mas de uma complexidade de atores e organizações envolvidos. Nas escolas da rede Estadual, os alunos, a comunidade escolar e a própria sociedade em geral se colocam como elementos e atores nesse campo de relações. Para compor o campo relacional, Raffestin (1993) define os atores como sintagmáticos, aqueles que manifestam seus programas e intencionalidades.

O poder está embutido nesse conjunto de relações, e surge na ocasião mesmas. A questão é que no caso da relação em que o Trabalho Docente se insere, ocorre uma assimetria na capacidade de exercer o poder, e de fazer valer os interesses do professorado. Isso ocorre, pois, o Estado dispõe de recursos financeiros, simbólicos e coercitivos que desequilibram os espaços relacionais e, conseqüentemente produzem uma assimetria no exercício do Poder sobre os professores.

No caso das relações encontradas na mobilização do trabalho e da gestão dos trabalhadores docentes nas escolas estaduais percebe-se esse desequilíbrio. O Território que se propõe analisar depende de atores com diferentes capacidades de atuação.

Para Raffestin, o conceito de Território envolve esse conjunto de relações que se produzem em diferentes níveis, por diferentes atores ou organizações e que revelam em seu conjunto a manifestação do Poder na ação do Estado, ou do poder em diferentes esferas.

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço. (RAFFESTIN, 1993 p.143)

Nessa perspectiva, o território "é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação e que, por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder." (RAFFESTIN, 1993 p.144). Portanto, o Trabalho possui uma grande importância na constituição do Território e amplia as possibilidades de uso deste conceito, em seus aspectos escalares e temporais. Nas palavras do autor:

Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem “territórios”. Essa produção de território se inscreve perfeitamente no campo de poder de nossa problemática relacional. Todos nós combinamos energia e informação, que estruturamos com códigos em função de certos objetivos. Todos nós elaboramos estratégias de produção, que se chocam com outras estratégias em diversas relações de poder. (RAFFESTIN, 1993 p.153)

O Poder e, conseqüentemente o Território derivam de relações construídas entre diferentes atores. Ao analisarmos o Trabalho Docente, e sua natureza interativa, percebe-se que a relação é um aspecto fundamental dessa atividade. É a partir da relação entre o Governo do Estado e os professores que se constitui uma relação de trabalho. É a partir da interação entre alunos e professores que se produz a situação de ensino-aprendizagem. Dessa forma, a docência é permeada de construções territoriais que derivam diretamente de relações.

Por isso, o conceito de Raffestin se apresenta como uma chave de leitura que permite observar o Território constituído na escala escolar, tendo como ponto inicial as relações entre os diferentes grupos que vivem e produzem a escola. Dessa forma, podemos pensar a escola como um Território.

3.3 - A Escola Pública Estadual como um Território

Ao utilizar o conceito de Território para analisar o ambiente escolar, percebe-se que há um leque bastante amplo de possibilidades relacionais e conseqüentemente de territorializações. Ocorrem relações de poder que podem ser entre indivíduos do mesmo grupo (Alunos, Professores, Gestores etc.) ou entre indivíduos de grupos diferentes. Estas são necessariamente carregadas de uma hierarquia mais evidente.

Tardif e Lessard (2014) também observam que essas relações possuem uma horizontalidade e uma verticalidade, a depender dos grupos envolvidos. Os autores também pontuam que as negociações, conflitos e dilemas são parte integrante do cotidiano do Trabalho escolar, sendo assim, o Território escolar é dotado de diversas territorializações e modos operatórios, os quais dependem do grupo em que se inserem. Para os autores:

No plano organizacional, esses modos operatórios se inscrevem numa divisão técnica do trabalho que comporta dimensões horizontais e verticais que provocam entre os grupos relações marcadas, ao mesmo tempo, por controles e colaborações recíprocas, por conflitos e

negociações sobre a gestão do trabalho escolar. (TARDIF e LESSARD, 2014 p. 93)

Essa riqueza de relações produz uma miríade de situações em que ora predominam os conflitos, ora se apresentam as negociações, ora ocorre o consenso. Essa faceta do Território produzido no ambiente escolar é ainda mais evidente quando o foco é a realização do Trabalho Docente. Os professores são o elo que liga a atuação do Estado à população, expressa na figura do aluno e da comunidade escolar. Por isso, estão no bojo da construção desse Território e se posicionam no centro de todas as relações.

Inclusive, a capacidade de se inserir e participar desse campo de relações é uma habilidade fundamental ao professor, uma vez que:

Os professores trabalham, agora, em organizações mais complexas e mais amplas, nas quais precisam aprender a funcionar com diferentes grupos de agentes. A negociação, as transações com tais grupos tornaram-se parte integrante do trabalho (TARDIF e LESSARD, 2014 p.99)

Ao ser questionada sobre o ambiente escolar, e a sua capacidade de gerar e de lidar com os diferentes conflitos, uma professora apontou que conflitos são frequentes e diversos, em suas palavras:

Nesses quatorze anos eu trabalhei em 16 escolas, 17 agora. Em 17 escolas esse conflito com professores é um bocado, é frequente, é diário. Principalmente pela questão assim, de ideias: um professor gosta de tal ideia e outro é diferente aí já começa o conflito e se estende pra sala de aula. Existem professores inclusive que o diretor não faz o favor que ele quis, e aí ele desabafa pros alunos, coloca a direção contra os alunos, né. É frequente, não é pontual. (PROFESSORA A)

A presença de conflitos e situações contraditórias é algo típico de ambientes formados e caracterizados pela diversidade de pensamentos e pela natureza relacional e interativa do Trabalho Docente. O processo educativo é construído a partir de relações, e estas trazem em seu interior as manifestações dos diferentes programas e projetos individuais. Por isso, a enorme variedade de territorializações faz da Escola um ambiente cravejado de diferentes manifestações de poder, logo de diferentes manifestações territoriais.

O Governo do Estado, os professores e gestores, os funcionários e os alunos participam dessa teia de relações e produzem manifestações territoriais as mais distintas. Para ilustrar essa diversidade, uma professora se manifestou a respeito de situações de conflito que já presenciou:

Então, não acho que seja só uma questão de governo. Acredito sim que o governo tem muito a ver com isso e falha muito, mas acho que a sala de aula, o professor é o ponto principal da escola. Claro que o diretor é o cara que vai verificar tudo, mas o professor é o cara que é capaz de transformar.

É impossível que um professor que discute com o outro por razões religiosas, quer catequizar aluno, diz pro aluno: “olha aquele professor é do demônio” ... coisas desse tipo a gente escuta numa escola.
(Professora A)

Conflitos como o citado acima parecem ser comuns em ambientes escolares, e muitas vezes envolvem os diferentes grupos. As raízes desses conflitos podem ser as mais diversas, mas no caso da relação de trabalho entre o Governo do Estado e o professorado, os conflitos se originam do descontentamento com a situação do emprego.

Um dos aspectos que mais geram conflitos entre os professores e o Governo do Estado é justamente a forma como são constituídas as políticas educacionais e as normativas de gestão do Trabalho Docente. Um dos elementos apontados por uma professora é justamente a distância entre os proponentes de tais normas e o professorado:

Acho que das resoluções estaduais... a pessoa tá lá em cima, tá longe e não tá em sala de aula. E esse cara quer decidir ações pra resultar na sala de aula. Eu acho que já tá errado aí. Acho que todos na escola... acho que diretor deveria ter uma aulinha, coordenador também, pra ficar na sala e entender o que está acontecendo.

Imagina um cara que tá governando, nunca entrou numa sala, se entrou, foi há anos. Ele quer decidir a vida do professor.
(PROFESSORA A)

Por isso, pode-se afirmar que, entre os professores entrevistados, houve um consenso ao apontar que o Estado não corresponde aos anseios do professor, e não está aberto ao diálogo com esse grupo. Dessa forma, evidencia-se que ocorre uma assimetria na capacidade de exercer o poder e de colocar elementos nesse conjunto territorial.

Para sistematizar as relações de poder que permeiam o Trabalho Docente, Tardif e Lessard (2014) apontam que existem diferentes tipos de poder que se manifestam na forma como a escola funciona. Os autores apontam que:

...podemos considerar importantes quatro tipos de poderes que influenciam na organização do trabalho escolar:

- O poder de agir sobre a organização do trabalho escolar propriamente (controlando as relações entre os grupos, o planejamento do trabalho, o tempo, o espaço organizacional, etc.);

- O poder de agir diretamente sobre seu posto de trabalho (controlando a execução, a duração e a natureza da atividade, os métodos, os instrumentos de trabalho, etc.);
- O poder de controlar a formação e a qualificação (protegendo-a através de um diploma e um título, retendo-as por meio de uma corporação, etc.)
- O poder sobre os conhecimentos do trabalho (proibindo sua utilização por outros, monopolizando-os, tornando difícil o acesso a eles, etc. (TARDIF e LESSARD, 2014 p. 96)

Essa sistematização serve para comparar a assimetria entre a capacidade do Estado e dos professores em territorializar seus interesses. Ao comparar quem de fato detém o poder e possui uma preponderância no Território em questão os autores demonstram que o Estado, na figura do Administrador do sistema de Ensino, pode determinar os elementos que impactam o Trabalho Docente, mesmo antes de sua realização, como é o caso da formação dos professores, ou até mesmo na determinação do currículo.

A tabela abaixo é uma compilação que demonstra que o professorado é definido justamente pela sua incapacidade de exercer poder na organização escolar, mas que possui, mesmo que de forma reduzida, a possibilidade de escolher como vai tentar realizar seu trabalho. Essa possibilidade ocorre justamente na sala de aula, a célula básica do funcionamento escolar, onde o professor pode se desvencilhar, se julgar pertinente, das imposições verticalizadas do Estado.

		Tipos de poder			
		Poder sobre a organização escolar	Poder sobre o posto de trabalho	Poder sobre a formação	Poder sobre os saberes
Grupos de agentes	Administradores e gestores (ESTADO)	Sim	Sim	Sim	Sim
	Professores	Não	Pouco	Pouco	Não

Tabela 3 – Os agentes e as possibilidades de Poder
 Fonte: Tardif e Lessard (2014)
 Org: Bernardes, 2018

Estas imposições são justamente as políticas educacionais que se alinham ao pensamento neoliberal e atacam as condições de Trabalho dos Professores. Tais políticas se observadas do ponto de vista Territorial e da ação sintagmática do Estado,

configuram-se como uma ofensiva por parte do Estado, e uma forma de territorializar os ditames neoliberais no cotidiano escolar e na prática Docente.

Uma vez apoiada no conjunto de práticas do neoliberalismo, a ofensiva do Capital sobre a Educação e seus profissionais pode se configurar em uma tentativa de aprofundar a submissão do processo pedagógico, o convívio escolar e o próprio Currículo aos ditames do livre-mercado. Essa territorialização se efetiva, entre outros aspectos, a partir da degradação do Trabalho Docente, levada a cabo por diversos mecanismos institucionais que fragmentam a categoria e dificultam os processos de resistência dos professores.

Para a estratégia de territorialização neoliberal levada a cabo, a precarização do trabalho docente pode ser colocada como um aspecto imprescindível, pois a formação do trabalhador que é efetivada na educação formal assume a função de reproduzir o modo de produção capitalista.

As distintas ações e intencionalidades que permeiam o cotidiano do Trabalho Docente, as políticas educacionais, que também possuem seus próprios objetivos, fazem da Rede Estadual, um complexo emaranhado de atores que convivem, competem em torno da Escola Pública.

Nesse sentido, a visão relacional presente no Conceito de Território de Raffestin (1993) permite uma análise crítica das relações verificadas em torno da regulação da Escola Pública. A análise crítica é útil para revelar os desequilíbrios de poder entre os componentes da relação. Logo, é possível analisar a Rede Estadual Paulista como uma produção territorial que age como um invólucro das relações contraditórias de poder imanentes ao processo de trabalho na Sociedade Capitalista e do papel do Estado na manutenção dessa sociedade.

Ao tomar como elementos de análise o Trabalho Abstrato, o Estado; bem como o processo de avanço da ideologia neoliberal sobre a gestão da Educação Pública e do Trabalho docente; e o próprio processo de precarização do Trabalho, levado a cabo por diferentes mecanismos legais e pedagógicos, podemos considerar a Escola Pública como um Sistema Territorial (RAFFESTIN, 1993) que envolve as diferentes combinações de estratégias e conflitos e serve tanto como meio para exercer o Poder Estatal, como finalidade de possibilitar um projeto de sociedade.

Nesse Sistema Territorial concorrem diferentes atores que se projetam em torno da Escola com suas diferentes concepções e intencionalidades. Esse campo demarcado pelas relações de poder intrínsecas a esse contexto pode levantar a

possibilidade de visualizar o processo de Precarização do Trabalho Docente como parte integrante de um projeto de poder, que toma a educação como um aspecto em disputa, um Território.

Logo, a precarização do Trabalho docente pode ser interpretada sob o prisma territorial a partir das relações estabelecidas entre o Estado neoliberal e as práticas econômicas vigentes e seus rebatimentos para o Trabalho. Esse quadro, se interpretado do ponto de vista político das manifestações de poder, pode se definir como um campo de disputa que se desenvolve ao longo das esferas de atuação do Estado e conseqüentemente de uma Territorialização do Capital sobre o aparato da Educação Pública, o que afeta diretamente o formato de mobilização do trabalho docente e o submete à lógica dominante da exploração do Trabalho Abstrato.

Considerações Finais

Para situar o Trabalho Docente na dinâmica geral do sistema capitalista, foi necessário retomar as bases do conceito de Trabalho. Como uma práxis que se realiza no intercâmbio do homem com a natureza, a visão ontológica do trabalho não explica sozinha as particularidades da docência. Por isso, partimos para a análise do Trabalho na dinâmica Capitalista.

Nesse movimento, foi possível notar que a característica básica e determinante do Trabalho sob o jugo do capital é justamente a de não servir apenas às necessidades do trabalhador, mas de servir como uma ferramenta capaz de produzir riqueza para o capitalista, que explora a força de trabalho com o intuito de produzir Mercadoria.

A Mercadoria possui um duplo caráter, pois ao mesmo tempo que se apresenta como produto de um trabalho e é dotada de utilidade, ela serve como meio de troca no mercado. O aspecto que mais chamou a atenção na Mercadoria é justamente a sua capacidade de mascarar a natureza das relações sociais e parecer assumir o controle dos homens. Esse Fetichismo é de grande importância para colocar em movimento a exploração do trabalho humano e acaba por se transpor para a dinâmica social geral.

Dessa forma, o Trabalho humano, que é empregado como uma mercadoria, apenas importa como um dínamo na produção de valor. A esse modelo não interessa se o trabalhador é um professor, ou um vidraceiro. Apenas importa a capacidade do Trabalho em gerar dinheiro e de se reproduzir indefinidamente.

Ao igualar os diferentes trabalhos sob o equivalente do dinheiro, o Trabalho concreto torna-se abstrato. O Trabalho Abstrato é então a identidade do Trabalho no modelo capitalista, em que todas as relações visam a reprodução ampliada do valor.

Por essa razão, a precarização do Trabalho é algo intrínseco à lógica de produção capitalista e necessária para a sua reprodução ampliada. Os impactos dessa lógica sistêmica serão sentidos na pele pela classe trabalhadora que não tem alternativa a não ser a submissão a categorias que o próprio trabalho criou. Esse processo de exploração, muitas vezes já está internalizado e naturalizado pelos indivíduos. O trabalho humano que outrora foi a realização das necessidades humanas se subverte em algo negativo, alienado e fetichizante.

É nesse contexto que a atividade docente se apresenta como um elemento central na manutenção, ou na ruptura desse processo. Por se tratar de um Trabalho

que produz a escolarização, a docência é uma atividade que prepara a mão de obra para o mercado de trabalho, mas por si mesma está inserida no modelo geral. Mesmo não produzindo efetivamente mercadorias, o trabalho do professor depende das abstrações que a sociedade capitalista cria.

Dessa forma, o professor está subsumido ao Fetiche da Mercadoria e ao Dinheiro. Porém, o objeto de seu trabalho é o próximo e a interação entre indivíduos é sua oficina. As noções de Tardif e Lessard foram fundamentais para revelar as especificidades da docência como uma profissão de interações humanas.

Mesmo se apresentando com particularidades tão interessantes, o Trabalho Docente não foge à regra da exploração e da precarização. Fato esse que se revelou a medida que as análises sobre as políticas educacionais avançavam.

Nesse ponto, é preciso reconhecer que as propostas de reforma neoliberal tiveram seu peso na constituição de um cenário caótico para os professores. Ao mesmo tempo que ouvem uma retórica individualista e de valorização das liberdades individuais, o Estado de São Paulo monta um aparato de controle do trabalho escolar que amarra o currículo a avaliações de desempenho e bonificação por méritos. É justamente no bolso, o ponto fraco do professorado que os impactos se sentem de forma mais perversa.

É nesse quadro composto pela precarização do Trabalho Docente que surge a proposta de analisar a rede Estadual Paulista sob a influência do conceito de Território.

Como um conceito que se propõe a analisar as relações de poder e os discursos, o Território abriu um grande número de possibilidades para a compreensão das disputas em torno da educação pública. Em um contexto em que a censura se disfarça de liberdade de pensamento, o controle sobre os processos educativos se tornou pauta dos mais acalorados debates. E cada vez mais a figura do professor fica no centro desse embate, ora como vítima, ora como algoz.

Projetos como o “Escola Sem Partido” servem para demonstrar como a Educação é um ato político por excelência, e a escola um ambiente de disputa entre múltiplos atores e interesses.

Analisar o Trabalho docente na rede pública Estadual, permitiu a constatação de que há nesse universo um sistema territorial praticamente inesgotável, em que agem os professores, os alunos, o Estado e até mesmo a sociedade em geral. Longe

de esgotar o debate, o Território delineado no ambiente escolar se mostrou um ambiente diverso e movediço.

É, portanto, de suma importância a perspectiva de análise territorial, justamente pelo fato de que o Trabalho Docente se ampara em relações, as quais demonstram as múltiplas relações de poder intrínsecas a dinâmica do Trabalho Abstrato e da função educacional de formar indivíduos escolarizados.

Certamente o trabalho docente, mais certamente ainda, sua precarização, faz parte de um projeto de formação educacional e que busca formar indivíduos que atuem como ferramentas, obedecendo a comandos, inibindo o pensamento crítico e o autoconhecimento dos trabalhadores (incluídos os docentes).

Finalmente, tal situação levanta alguns questionamentos e hipóteses: seria a precarização do trabalho docente mais um meio de garantir uma formação educacional adequada à reprodução do sistema? Se o trabalho docente é importante para tal formação, porque sua situação é tão degradada? Ou seria essa degradação, ou precarização, decorrente justamente desse papel central? Tais questionamentos são importantes para as reflexões acerca da situação vivida pelos Trabalhadores da Educação e são essenciais para buscar superar a situação de precarização em que a docência se encontra no Estado de São Paulo.

REFERÊNCIAS

- ALFREDO, Anselmo. Negatividade e a Crítica à Crítica Crítica: sobre Espaço Tempo e Modernização. **Cidades**, São Paulo, v. 6, n. 10, p.381-414, 2010.
- ALFREDO, Anselmo. Crise Imanente, Abstração Espacial. Fetiche do Capital e Sociabilidade Crítica. **Terra Livre**, São Paulo, v. 134, n. 26, p.37-62, 2010.
- ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios da sociologia do trabalho. Londrina: Práxis, 2007.
- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: Sader, Emir e Gentili, Pablo (orgs) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p 09-23.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a centralidade do Mundo do Trabalho. Campinas: Cortez, 1995. 155 p.
- ANTUNES, Ricardo L. C. **Os Sentidos do Trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e anegação do trabalho. 2ª Ed. - São Paulo, SP – Boitempo, 2009
- COSTA, Áurea. Entre a dilapidação moral e a missão redentorista: o processo de alienação do trabalho dos professores do ensino básico brasileiro. In: COSTA, Áurea; NET, Edgard; SOUZA, Gilberto. **A proletarização do Professor**: Neoliberalismo na Educação. 2. ed. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2009.
- DEL PINO, Mauro Augusto Burkert; VIEIRA, Jarbas Santos; HYPOLITO, Álvaro Moreira. Trabalho docente, controle e intensificação: câmeras, novo gerencialismo e práticas de governo. In: FIDALGO, Fernando; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora; FIDALGO, Nara Luciene Rocha (Org.). **A intensificação do trabalho docente**: tecnologias e produtividade. Campinas: Papirus, 2009.
- DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**. Tradução: A. I. Paraguai e L. Leal. São Paulo: Cortez- Oboré, 5ª ed., 1992.
- ETGES, Norberto J.. CONCEITO DO TRABALHO, CONSTRUÇÃO DO CONCEITO E TRABALHO DO CONCEITO. **Perspectiva**, Florianópolis, n. 17, p.79-96, 1992
- FIAMENGUI, Gustavo. **Impactos do Projeto São Paulo Faz Escola no trabalho do Professor**. Santos, SP – 2008. Dissertação de (Mestrado em educação) Programa de Pós-graduação stricto sensu em Educação da Universidade de Santos;
- FRIGOTTO, G. “Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito”. in: **“Educação e crise do Trabalho**: perspectivas de final de século”. 5ª Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1998;

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. “Educação Básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do Mercado”. In: **Educ Soc**, Vol. 24 nº 82. Campinas. pg. 93 – 130, abril, 2003

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os Delírios da Razão: Crise do Capital e Metamorfose conceitual no campo educacional. In: GENTILI, Pablo (Org.). **Pedagogia da Exclusão: Crítica ao neoliberalismo em educação**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. Cap. 3. p. 73-102.

GASPARINI, S. M. et al. “O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde” In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 189-199, maio/ago. 2005

GONZÁLEZ, Jorge L. & SALLES, Fernando C. Trabalho docente na era das incertezas in: **Trabalho economia e educação: perspectivas do capitalismo global** pg. 205 – 231, 1ª Ed. 2008;

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 2, n. 3, p.523-545, 2012. Tradução: Isabela Fajardo e Luciano Duarte. Revisão: Fabricio Gallo.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HECK, F.M. Territórios da degradação do trabalho: os impactos na saúde e na vida dos trabalhadores de frigoríficos de aves e suínos no Brasil. In: **VIII Seminário de Saúde do Trabalhador** (em continuidade ao VII Seminário de Saúde do Trabalhador de Franca) e VI Seminário “O Trabalho em Debate”. UNESP/ USP/STICF/CNTI/UFSC, 25 a 27 de setembro de 2012, UNESP- Franca/SP. 2012. P. 1-19.

HECK, F.M. Uma Geografia da Degradação do Trabalho: O Adoecimento dos Trabalhadores em Frigoríficos. In: **Revista Percorso - NEMO** Maringá, v. 5, n. 1 , p. 03- 31, 2013.

HÖFLING, Eloisa M. “Estado e Políticas (Públicas) Sociais” in: **Caderno CEDES** – ano XXI, nº 55 – pp. 30 a 41 – Campinas, Novembro/2001

KAMMER, Marcos. **A Dinâmica do Trabalho Abstrato na Sociedade Moderna: Uma leitura a partir das barbas de Marx**. Porto Alegre: Edipucrs, 1998. 189 p. (Coleção Filosofia - 70).

KUENZER, Acácia Z. “Desafio teórico-metodológicos da relação Trabalho-Educação e o Papel Social da Escola” in: **Educação e crise do Trabalho: perspectivas de final de século**. 5ª Ed., 1998

KURZ, Robert. **O Colapso da Modernização**: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Paz e Terra, 1993

KURZ, R. A falta de autonomia do estado e os limites da política: Quatro teses sobre a crise da regulação política. **Indicadores Econômicos** - FEE, RS, V. 23, nº 1. 1995. <http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/921/1204>. Data de acesso: 03/10/2015

KURZ, Robert. **A honra perdida do Trabalho**: O Socialismo dos produtores como impossibilidade lógica. Lisboa: Antígona, 2018. 158 p. Tradução de Lumir Nahodil.

LEFEBVRE, H. **Marxismo**. 1ª Ed. – Porto Alegre, RS. L&PM, 2013

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política, livro I: O Processo de Produção do Capital. 30ª ed. Rio de Janeiro, RJ. Editora Civilização Brasileira, 2012.

LESSA, Sergio. **MUNDO DOS HOMENS: TRABALHO E SER SOCIAL**. 3. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012. 254 p.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política, livro I: O Processo de Produção do Capital. 30ª ed. Rio de Janeiro, RJ. Editora Civilização Brasileira, 2012.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro Primeiro - Volume II. 31ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. 937 p. Tradução de Reginaldo Sant'Anna.

MÉSZAROS, Istvan. **A Educação para Além do Capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

ORSO, Paulino José; GONCALVES, Sebastião Rodrigues; MATTOS, Valci Maria (Org.). **Educação e luta de Classes**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 136 p.

PIOVEZAN, Patricia Regina; RI, Neusa Maria Dal. A precarização do trabalho docente no estado de São Paulo: Vinte anos de reformas. **Etd - Educação Temática Digital**, Campinas, v. 18, n. 1, p.178-197, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8635567>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de Classes**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 198 p. Tradução de José Severo de Camargo Pereira.

POSTONE, Moishe. **Tempo, Trabalho e Dominação Social**. São Paulo: Boitempo, 2014. 483 p. Tradução de Amilton Reis e Paulo César Castanheira.

SANFELICE, José L. "A Política educacional do Estado de São Paulo: apontamentos" in: **Nuances: estudos sobre Educação**. Ano XVII, v. 17, n. 18, p. 146-159, jan./dez. 2010

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO – SEE-SP. **Currículo do Estado de São Paulo**: Ciências Humanas e suas tecnologias. FINI, M.I.; MICELI, P. (coord). São Paulo: SEE, 2010.

PAPARELLI, R. Saúde mental relacionada ao Trabalho: o caso de Educadores da rede Pública de ensino paulistana. In: LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza et al. **O Averso do Trabalho II: Trabalho, Precarização e saúde do trabalhador.** São Paulo: Expressão Popular, 2010. Cap. 14. p. 317-342.

POSTONE, Moishe. **Tempo, Trabalho e Dominação Social: Uma reinterpretação da teoria crítica de Marx.** São Paulo: Boitempo, 2014. 483 p. Tradução de Amilton Reis e Paulo César Castanheira.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder.** 1ª Ed. – São Paulo, SP. Editora Ática. 1993

REIS, Jair Teixeira dos. “Precarização das relações de trabalho no ordenamento brasileiro – Estágio de Estudantes”. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XI, n. 52, abr 2008. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=2498

SANFELICE, J. L. “A Política educacional do Estado de São Paulo: apontamentos” In: **Nuances: estudos sobre Educação.** Ano XVII, v. 17, n. 18, p.146-159, jan./dez. 2010

SÃO PAULO (Estado). Constituição (2008). **Lei Complementar nº 1078**, de 17 de dezembro de 2008. Institui Bonificação por Resultados - BR, no âmbito da Secretaria da Educação, e dá providências correlatas. Lei Complementar Nº 1.078, de 17 de Dezembro de 2008. São Paulo, SP, Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2008/lei.complementar-1078-17.12.2008.html>>. Acesso em: 22 maio 2014.

SÃO PAULO (Estado). Constituição (2009). **Lei Complementar nº 1093**, de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre a contratação por tempo determinado de que trata o inciso X do artigo 115 da Constituição Estadual. São Paulo, SP, Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/norma/?id=156956>

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de Território.** 1ª Ed. - São Paulo, SP. Expressão Popular, 2007

SOUZA, L. M. Estado e políticas públicas educacionais: reflexões sobre as práticas neoliberais. In: Simpósio Internacional: O Estado e as Políticas Educacionais no tempo presente, 2008, Uberlândia. **Anais...** . Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2008. p. 39 - 51. Disponível em: <<http://www.simpósioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/AC06.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2015.

SOUZA, M.J.L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.E. ; GOMES, P.C.C; CORREA, R.L. **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2ª ed, 2000.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O Trabalho Docente**: Elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 317 p.

TORRES, Carlos Alberto. Estado, Privatização e Política Educacional: Elementos para uma crítica do neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo (Org.). **Pedagogia da Exclusão**: Crítica ao neoliberalismo em educação. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. Cap. 4. p. 103-128.

VIANNA, Cláudia. **Os nós do “nós”**: crise e perspectivas da ação coletiva docente em São Paulo. São Paulo, Xamã, 1999.

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Genta. **História da profissão docente no Brasil**: representações em disputa. São Paulo: Cortez, 2009.

ANEXO – Transcrição de Entrevistas com os professores da Rede Pública Estadual

Transcrição de entrevistas

Professor Joana (Categoria F)

Bom, então estou aqui com a professora Ariana e queria que você se apresentasse um pouquinho. Seu nome, onde você dá aulas na rede Estadual, um pouco do seu perfil como professora

Bom eu sou professora Joana, sou professora há 14 anos na rede estadual, iniciei como eventual, ainda estava no primeiro ano de faculdade e era possível dar aulas como eventual, ainda não era dividido em categorias e qualquer professor poderia dar aulas. Era em caráter excepcional na época, mas a gente podia.

Houve um período em que a gente foi dividido em categorias. Eu não lembro exatamente o ano, 2007 mais ou menos. E aí eu entrei como Categoria F.

Então você virou Professora de Categoria F, em 2007?

O meu primeiro ano de trabalho foi em 2004, em 2007 entrei como categoria F, porque eu já era formada quando começou essa divisão. Até então a gente não tinha conhecimento, não tinha dimensão do que era, foi numa atribuição numa escola em Mauá. A diretoria de Ribeirão é em Mauá. E lá a gente foi informado por pessoas que estavam ali, professores e supervisores de ensino, e.. até então a gente não sabia o que era.

Então veio de cima uma novidade?

Isso, foi uma novidade. Aí com o tempo a gente foi entendendo que nós teríamos que ir pra escola, servir como eventual pelo menos por 9 aulas, e a gente recebe por 9 aulas tendo ou não aula. Certo? Por exemplo, se eu não tenho aula atribuída, eu tenho que ir pra escola cumprir 9 aulas.

Você tem que ficar lá?

Tem que ficar lá. Se tem aula, um professor falta, eu tenho que entrar na sala. Caso contrário eu fico aguardando meu horário e tenho que cumprir dois ATPC's, as reuniões pedagógicas semanais. E aí começou... e tem as atribuições. A gente é obrigado a ir nas atribuições, porque se a gente não vai, eles atribuem compulsoriamente. Os supervisores da Diretoria, eles olham quem não foi, olham o número de aulas e atribuem, eles podem atribuir no local que eles acharem interessante.

Nem sempre é viável para o Professor. Muitos professores como eu já foram jogados em várias escolas que eu nem tenho dimensão de onde que era, tem uma que eu realmente não fui perdi as aulas, era no Oratório, não compensava eram duas aulas...

Era longe...

Era longe e eram duas aulas assim, uma num dia e outra no outro dia, então não nem no mesmo dia. E aí não compensa. Mas isso com muita frequência, né... eu faltava pra perder a sala. Que é uma possibilidade. Nós somos obrigados a pegar, mas se eu não quero aquela sala, eu teria que faltar. Aí o Diretor tira essa aula da gente.

Então pelo que você me disse, me corrija se eu estiver errado, você é uma professora estável, porem com instabilidade na constituição de jornada, você tem um salário relativo a 9 aulas, cumpre horário dessas 9 aulas garantidas e à medida que o Estado precisa, ou que surjam aulas livres, você pode atribuir essa jornada. Então, a jornada Fixa é de 9, mas ela pode mudar...

O supervisor, a fixa que a gente recebe caso não tenha aula é 9. Aí houve um ano que ficou obrigatório a gente pegar aula atribuída, 19 aulas atribuídas. Teve ano que era 12. Eu não lembro qual foi o ano que mudou para 19.. e aí a gente agora é obrigado a pegar 19, mas a gente não recebe por 19 aulas se caso não tiver aula atribuída. É só por 9 mesmo. Mas a gente é obrigado.

Aí no caso como eu sou professora de história, como alguns outros colegas que são da área, que tem uma quantidade de aulas por sala muito pequena, a gente acaba ficando em quatro, cinco escolas. Em 20 aulas, a gente fica dividido assim.

Mas você tem uma escola da qual você é fixa?

Não, não existe isso. A aula, por exemplo. Vou dar um exemplo que aconteceu no ano passado. Foi 2016, eu entrei na escola Leico Akaishi, por aula compulsória. Eles atribuíram compulsoriamente. Eu fui na atribuição, não tinha mais nenhum F após, eu fui a última, então tinha que pegar porque todos os outros já tinham aula. E aí eu fui obrigada a pegar, foram 20 aulas. Aí eu fiquei no Leico Akaishi com 20 aulas. Até ai tranquilo. Uma Escola muito difícil, comunidade muito difícil, mas a gente tem que ficar, não tem escolha. Porem em alguns horários eu não conseguia, até por causa do Clarassoti. Eu também dou aula numa escola particular e eu não conseguia sair de uma, levar meu filho na escola e chegar a tempo. Mesmo pedindo pra direção dar uma alterada no horário, eu tive que abandonar uma sala. Como isso não é possível,

eu faltei um período. Cada ano sai uma resolução diferente em relação a qual é o tempo... teve um ano que foi 45 intercaladas e 15 seguidas. O ano passado reduziu esse tempo. Então cada ano vem uma resolução diferente em relação a esse tempo. E aí eu fiquei com 16 aulas. Tranquilo. Esse ano... só que essas aulas elas não são livres. É um professor também de História que também é categoria F e ele teve problemas de saúde e se afastou. Esse ano ele conseguiu inclusive ser readaptado. Então ele é um F readaptado, o que é possível também na Categoria. E Ele se readaptou e agora essas aulas são livres.

Porem, quando ele fez a readaptação, eu estava sem aula. Porque ele ainda não tinha se afastado, então eu entrava na sala dele, por que consequentemente era possível que eu fosse a professora, nesse intervalo a Diretoria atribuiu aula pra mim no Cruzeiro, Jardim Cruzeiro. Onde eu estou hoje.

Porem bate horário, tá? de manhã, com a escola particular e fica complicado.

Hoje você tem então uma carga de quantas aulas no estado?

20 aulas.. 20 aulas

E você tem então uma carga horaria compartilhada com o Clarassoti, a Escola Privada, e mais o Cruzeiro. Só o Cruzeiro?

Só o Cruzeiro. Tive, de certa forma essa sorte. Mas é uma licença que em junho já acaba.

E você sabe o que pode acontecer depois?

Quebrando a licença, lá vai ser minha sede. Por que só tenho aula lá e aí eu tenho que cumprir minha Categoria lá, 9 aulas. Até surgir uma nova escola, ou aula lá... onde for. Na diretoria de Mauá inteira, qualquer lugar que seja... eu já dei aulas em lugares assim, de chão de terra, na Içamo, em Mauá também. E isso independe... não é visado assim...

Foge do seu poder...

Exatamente, não tem essa preocupação com o Professor, que é uma chateação da maioria da classe, né. De como vai chegar até lá, se vai dar tempo, se vai chegar... Já trabalhei em escolas com 12 aulas e ia 5 dias na semana, longe, o horário todo picado... realmente são aulas que são sobras, e aí são atribuídas, assim...

É como se você fossem recursos, recursos tampão, a medida que vai surgindo a necessidade....

É... uma gambiarra do Estado. E de certa forma, a gente prejudica a sala de aula. Por que a gente não dá uma continuidade, a gente sabe que não vai continuar ali. Ou não consegue ir, então o aluno fica sem aquela aula...

É uma situação que tem muitos detalhes, muitas novidades... a cada ano você tem uma novidade pra lidar...

Pois é...O ano que vem vai ser diferente, é bem possível. Por que muitos professores estão saindo. Tá diminuindo a quantidade de crianças e de professor também... e as salas de aulas estão ficando muito cheias, também. Então os professores encontram dificuldade...

É existe um Estudo que fala sobre o fechamento de salas de aula. É uma questão bem polêmica, né. Envolve o perfil da população... Parece que o Estado, a escolha que o Estado faz não é investir na qualidade. Prefere fechar salas de aula e manter o numero alto de alunos

É porque gasta menos com o professor e manutenção e tudo o mais. Mas acredito que o F ele vai ser o futuro eventual fixo, porque outras categorias não conseguem pegar aulas porque entramos na frente. Como a gente já está sem aula quase, eles não chegam a pegar. Independente do tempo de serviço o F entra na Frente. Isso acontece, tinha colegas que saíram e voltaram, e como sou F entrei na frente. No caso do F e do O ele até pode ter mais pontos, mas como sou F, eu passo na frente, do O e de qualquer outra categoria.

A atribuição de aula como O é quase que no meio do ano...

Nossa, então se vocês pegam as sobras, eles pegam quase...

Quase o que não tem...

Talvez por isso, seja difícil completar os cargos, o quadro do Magistério...

Eu tenho como opção pegar só 20, mas tem possibilidade de 33, que dá a jornada de 40 horas... tem colegas que fazem. Eu, no meu caso, se fizer isso ficarei em muitas escolas e aí eu vou ser obrigada a pegar. Então eu deixo o mínimo possível para que a atribuição não seja obrigatória.

Então é uma opção pra você manter a jornada um pouco mais reduzida é justamente pra você ter o direito de moldar essa jornada de acordo com as dificuldades ao longo do ano.

Exatamente

Se você pega mais, enche a sua jornada você é obrigada a cumprir?

Se eu optei por 20, sou obrigada a pegar as 20. Mas é o mínimo obrigatório hoje. Se eu optei por 20 e quiser pegar 5 a mais eu posso também. Mas não sou obrigada a essas 5 a mais, mas se caso eu optar por 33, sou obrigada a pegar as 33.

Entao é uma escolha que você faz antes, na atribuição,

No começo do ano. Não, no ano anterior, na época da inscrição.

É uma espécie de aposta, todo ano você faz uma aposta...

Isso acontece com os F's que estão tentando a sala de leitura. Porque a sala de leitura antes bastava ser F ou mediador. E podia ter a carga mínima, sem problemas... a gente ia com o projeto e o diretor escolhia. Saiu esse ano, acho que foi no ano passado que iniciou isso, de que agora precisava ter a opção de 33. Então já é uma questão de sorte mesmo, você tem que optar por 33, tem que pegar essa sala de leitura ou a mediação ANTES que te atribuam aula. Se alguém te atribuir aula antes, você não consegue pegar.

Não era assim, por exemplo, mediador era 6 horas por dia. Entao ele conseguia conciliar os dois, o que eu acho interessante pro professor mediador, né. Ele continuar em sala de aula e mediar. Mas você podia ter o mínimo, pegava 12 aulas rapidinho e conseguia pegar o restante. Agora não tem essa possibilidade, você pega as 33. Se eu quiser ser mediadora agora eu tenho que arriscar.

Tem que arriscar, pegar a jornada cheia e torcer pra que surja uma sala de leitura, ou um projeto que você consiga conciliar...

Ou o diretor aceitar o meu projeto, por que vão outros colegas.

Então tem uma questão que envolve talvez contatos que precisa ter pra fazer um projeto além da sala de aula.

Ajuda

E você já foi mediadora? Ou sala de leitura?

Já fui mediadora, em Mauá, não lembro o nome da escola. Fiz o projeto e tudo, fui entrevistada e passei. Mas na época eu tava no João Roncon e tava complicado conciliar a questão da distancia mesmo. A Escola era muito boa, até tinha muito interesse, mas eu acabei optando pelo João Roncon perto de casa... eu fiquei um dia só.

Eu perguntei isso, pois uma das coisas que eu queria saber é Porque você escolheu ser professora? A escolha da Docência como profissão e meio de vida, o que te levou pra essa carreira?

Meu, eu fiz faculdade de Veterinária, fiz por quatro anos, faltava um ano. Minha família ficou doida. Na faculdade tinham uns colegas que estavam pra reprovar em Bioquímica, e eu estava indo bem na matéria e aí os professores indicavam os alunos que seriam bacanas pra ensinar os outros pra poder tentar passar de ano. Né os coitados não estudavam e ai se apertavam no final do ano.

Aí nesse momento que eu já estava lecionando sem saber, eu sou filha de professores... meu pai é professor, seguiu carreira, até foi dirigente quando se aposentou. Chegou a ser secretário adjunto de Educação. Minha mãe vai se aposentar esse ano como diretora de escola. O irmão do meu pai, irmã, enfim... Cresci numa família de professores.

E aí, na faculdade de Veterinária, eu gostei da ideia, curti muito. Tive também umas frustrações com a própria Veterinária, de matar os animais e tal... e acabei desistindo. No dia que desisti eu percebi que era professora, gosto de bicho, mas sou professora. Aí eu já fiz a faculdade de História e já dei aula logo no primeiro ano de faculdade. Me encontrei.

Eu não sei em que momento, só foi acontecendo e vi que que seria professora.

Você achou que a docência pudesse te colocar em um lugar útil?

Pode ser. Financeiramente eu já tinha plena consciência, porque meus pais tiveram uma possibilidade diferente da que eu estou encontrando agora. Meu pai era de uma época que ele deu aula numa escola Famosa da Cidade, e que hoje é uma das que mais tem dificuldade. Na época, o professor ganhava bem, na época subir de carreira dava uma boa condição financeira. E meu pai é um dos poucos que conseguiu subir de carreira, que agora quem vier não chega mais ao patamar salarial dele.

Minha mãe que é dez anos mais nova que ele, se ela quisesse agora ela não conseguiria.

Então seu pai pegou uma janela que lhe permitiu alcançar uma melhor condição salarial, que você não consegue hoje como professora...

Hoje não, nem como supervisor. Por que ele já passou por todas as etapas, foi diretor, vice-diretor, até dirigente ele foi. Em Guarulhos.

Esse meio que eu vivi de professores, e o encanto que os meus pais tem, se você conversar com eles... eles falam da sala de aula com brilho nos olhos e muitas vezes botam a culpa no Professor...

Então, teve algo que a fez escolher a docência como uma carreira. E você acha que as condições que você encontra hoje, no emprego de professor Estadual condiz com as razões que te fizeram escolher ser professora?

Nem um pouco, O governo do Estado não atende o professor para que ele consiga trabalhar com dignidade na sala de aula.

Na sua visão, o que seria ideal para que o professor pudesse desenvolver o seu trabalho?

Acho que primeiro tem que gostar de estar ali, independente das dificuldades. Não pode ser por uma questão de a faculdade ser mais barata, as vezes acontece. Não pode ser porque é um emprego fácil. Você até pode conseguir entrar, mas não é fácil. Você está lidando com crianças, com pessoas, então elas, no futuro serão resultado do que fizermos na sala de aula.

E eu acho que uma das coisas principais além disso é a necessidade de estar se reciclando. Eu acho que falta muito para alguns professores é exatamente buscar novas técnicas, independente dos problemas. Por que determinadas escolas os problemas são maiores, as dificuldades são maiores, então o professor precisa se habituar com aquilo e trazer técnicas pra conseguir transformar, né.

A Gente não consegue ter uma sala de aula de alunos prontos. Por mais difícil que seja, a gente tem que entender aquela comunidade. O que eu acho que é difícil numa sala de 40 alunos. Mas se aproximar do aluno é muito importante, principalmente aqueles que... eu costumo falar que inclusão não é só aquele que é cego, surdo, mudo. Aquele que é agressivo também é uma inclusão. Ele não tá ali agredindo atoa, alguma coisa aconteceu. Eas vezes o professor precisa ter um pouco de sensibilidade com isso.

Na sua visão o papel do professor, primeiro passa pelo perfil, tem que estar apaixonado pelo que faz, e tem que ser um profissional extremamente maleável pra se inovar e acompanhar as mudanças que acontecem nas diferentes gerações.

Sim, eu já dou aula pra filhos de ex-alunos, e já é diferente. É uma transformação.

Você tem uma trajetória e um percurso de 14 anos que te permite afirmar que você é uma pessoa extremamente adaptável.

Sim, eu acho que sim.

Não existe uma receita pronta pro seu trabalho e a cada ano, acho que por conta das condições que você encontrou no contrato há sempre uma certa

incerteza. Talvez isso tenha colocado pra você a necessidade de estar sempre se inovando.

Eu acredito que isso não ajuda muito pra gente se renovar. Muitas vezes desanima, porque a gente tenta fazer um trabalho, você fica um tempo naquela escola, faz um bom trabalho ou tá começando dar resultado o teu trabalho e de repente alguém te tira de lá e te coloca num outro lugar. Isso eu acho um pouco complicado, tanto pro professor quanto pra sala de aula.

Agora isso que eu disse do professor ter que se renovar tem que acontecer independente da função dele. Ele tem que fazer por uma questão social.

Até numa escola particular, você tem que acompanhar o meio. Quando comecei a dar aula não tinha celular, não tinha. Eu dava aula sem o “problema celular”. Quando veio o celular, todo mundo ficava: tira o Celular. Lei do Celular, e aí a gente caiu naquela: “poxa mas vai tirar uma tecnologia que tá todo o mundo usando?” É melhor aderir e utilizar pra sala de aula. Entao eu também fui vendo, por que eu achava um absurdo o celular na sala de aula. Aí você vai fazendo cursos, lendo livros, uma coisa ou outra e vai entendendo que aquilo pode ser usado também.

Por isso que um professor as vezes não consegue acompanhar, por isso que tem que gostar de ser.

Você colocou umas coisas que eu queria puxar um gancho. Você colocou uns elementos de que você tem uma visão do teu papel como professora. Essa visão do teu trabalho como professora é afinada com a visão que o Estado tem do professor? Como você imagina que o Estado enxerga o teu trabalho?

Então... Existe a questão do Oficial, que tá no papel, que se a gente for ler é lindo, dos PCN's, da LDB. A parte do papel, a ideia é muito boa. Eu gosto muito do projeto do Estado pro Ensino. Inclusive, eu uso muito em sala de aula... esse negócio de Habilidade e Competência é interessante. Não sou contra a progressão continuada, acho brilhante a ideia mas ela não é posta como se deve, até mesmo porque do jeito que é passado pra gente é diferente do que ela é de verdade. Mal compreendida e mal colocada pelo Estado.

Vamos supor, Como que eu vou fazer um trabalho de progressão continuada, que eu tenho que ficar quatro anos com aquele aluno, se o professor é tirado e posto em outro lugar. E vai trocando. Então eu vejo que tem muitas falhas que vem do próprio Estado. Por exemplo eu acho que o Estado não atende a necessidade da população mesmo. No papel tá bonito, gosto, acho a ideia boa. Mas junto com o papel tem que

ver a necessidade da população. A nossa população é muito carente de cultura mesmo. É muita defasagem pra um plano brilhante. O plano brilhante do papel não consegue atingir uma população que é muito humilde e já vem com muita defasagem. Aí o que que a gente faz de resultado? Alunos muitas vezes com diploma de ensino médio, analfabetos. Isso não é raro, é frequente.

Então eu acho que o Estado falha na fiscalização desses resultados, por que esses resultados são vistos no SARESP, no ENEM. São resultados de verificação. Não de avaliação, o que é bem diferente uma coisa da outra. E na verificação você só verifica algumas quantidades de informações decoradas. Quem vai entender da avaliação mesmo é o professor que está ali todo dia.

Você acha que falta uma avaliação mais qualitativa?

Eu acho. É um pouco de sonho, mas sonho nunca é pouco. No Estado o nosso patrão é longe, está longe. Ele não tem acesso a essa informação, então vai passando de um pro outro. E nos temos o mais próximo que é o Diretor de escola. O diretor da escola muitas vezes é a pessoa que consegue transformar a escola. O Diretor possibilita porque ele é o fiscalizador de tudo. Ele que vai fiscalizar se o professor deu boa aula porque ele vai ver com coordenador, ele pode entrar na sala e verificar. Ele pode questionar. Ele pode pedir pro professor mediador ou coordenador comunicar a comunidade do que tá acontecendo sobre os filhos.

Então eu acho que falha muito do Diretor. Existe uma falha do diretor, existe uma falha da Diretoria de Ensino que até chegar no governo do Estado é muito distante.

Então alguns pontos da educação do Estado é falha exatamente por isso. Claro, dividir isso... municipalizar a educação é uma ideia que eu acho interessante, mas dificilmente isso vai acontecer. Mas eu acho que pelo fato do patrão estar longe. O Efetivo tem o emprego garantido, então não tem obrigação com a qualidade, isso passa pela mentalidade. Aí eu acredito que as coisas muitas vezes não funcionem.

Você acha que a estabilidade pode ser um fator que prejudique a melhoria constante do processo?

Sim, ser efetivo complica um pouco. Se o professor não tem gosto, não tem apego em dar aula, não está ali com compromisso, ele não precisa dar uma boa aula. Por que ninguém vai bater na porta da sala e falar: “Professor, dá aula!”.

Então você acha que o Efetivo corre o risco de se acomodar?

Corre, temos muitos professores assim. Muitos.

O que a gente questiona, né. Como que um professor, só por que ele está na sala, dormindo... alguns aluninhos meus que moram até aqui na rua, me questionam:

“Prô, mas aquela professora só dorme!!”

Porque eu dei aula durante dois anos seguidos pra eles e eles tavam curtindo! E aí agora chega uma professora que por ter pontos a mais, pelo fato de ser efetiva, também não quer dizer que ela tenha qualidade. Então também não tem uma verificação do professor.

Então vamos voltar nessa coisa da qualidade e quantidade. Por que o Estado como você disse é bem competente na produção de avaliações quantitativas do resultado. Ele tem métodos muito sofisticados de quantificar os resultados. O que o aluno aprende, o que ele não aprende, como que ele tá respondendo a determinados métodos, e tal. Mas quando esse elemento as avaliação tem que ser uma coisa mais pessoal, quando entra num espectro mais qualitativo de você olhar outros elementos além da estatística, isso se reflete não só no resultado do aluno, mas também no trabalho do professor. Então você, com base nas experiencia eu você me contou, tem professores que são acomodados por conta da estabilidade e deixam de lado a busca pela qualidade no ensino.

Você acha que no Espaço da Escola, na esfera da Educação Estadual, você tem um ambiente que produz conflitos? nesse aspecto? Porque você criticou a visão do Estado, criticou também a forma como alguns professores se portam, você acha que esse ambiente da educação, pode gerar conflitos?

Depende da Escola, tem escolas que ocorrem muitos conflitos, entre professores inclusive.

Nesses quatorze anos eu trabalhei em 16 escolas, 17 agora. Em 17 escolas esse conflito com professores é um bocado, é frequente, é diário. Principalmente pela questão assim, de ideias: um professor gosta de tal ideia e outro é diferente aí já começa o conflito e se estende pra sala de aula. Existem professores inclusive que o diretor não faz o favor que ele quis, e aí ele desabafa pros alunos, coloca a direção contra os alunos, né. É frequente, não é pontual.

O Próprio grupo de alunos, muitas vezes acaba desrespeitando o profissional sem saber o motivo. Apenas porque gosta daquele professor aí acaba tomando partido. Então eu acho que o professor, muitas vezes não faz o trabalho que tem que fazer, atrapalha o convívio escolar e reflete na sala de aula.

Então, não acho que seja só uma questão de governo. Acredito sim que o governo tem muito a ver com isso e falha muito, mas acho que a sala de aula, o professor é o ponto principal da escola. Claro que o diretor é o cara que vai verificar tudo, mas o professor é o cara que é capaz de transformar.

É impossível que um professor que discute com o outro por razões religiosas, quer catequizar aluno, diz pro aluno : “olha aquele professor é do demônio”... coisas desse tipo a gente escuta numa escola.

Então eu acho que o professor também tem uma parcela de responsabilidade com isso. Se o professor não mudar, não vai mudar a escola. Independente do governo que vier.

E pra mudar esse professor, o que precisa acontecer?

Aí eu volto no começo. O professor tem que gostar de estar ali, reciclar as ideias, ler. São poucos os que conheço que lêem, vão pelo menos uma vez por ano numa palestra e o professor não tem afeto pelas crianças. Eu conheço professores que sim, mas muitos acham que tem que entrar na sala, passar matéria e sair andando. Ele não tem um afeto.

A primeira aprendizagem da social do aluno é na escola. Ele está fora da casa dele, aprendendo o que é sociedade, na escola. Então o aluno não tem aquele afeto com o professor, ele não entende.

Mas ele vai refletir isso. É uma das funções do professor também, esse relacionamento com o aluno. Ele não precisa ir na casa dele. Não precisa ficar batendo papo mas precisa ter a relação com o aluno. E ele valorizar a aula dele, é um momento único, nunca mais vai voltar, cada dia é uma aula diferente, cada dia um momento diferente. Porém, aquilo vai ficar pro resto da vida daquele aluno.

Primeiro o professor precisa gostar sim de estar ali, segundo, se renovar, se reciclar, estudar... o professor não pode parar de estudar, fiz uma pós, acabou. Tem que ser sempre, é uma área que não tem saída. E se comprometer com o papel dele.

É aquela coisa, não se discute salário de professor em sala de aula. Tá insatisfeito com o salário, tem outros veículos. E agente vê com muita frequência: “não ganho bem pra isso, para que fazer um projeto?” tem essa questão, professor insatisfeito deve buscar os veículos corretos pra isso. Então respeitar também os ambientes escolares.

Como você avalia a relação de trabalho que você estabelece com o Governo do Estado de São Paulo, você tocou no assunto do salário, você considera que é uma relação de emprego satisfatória?

Questões de salário do professor no Brasil já não é bom. No Estado de São Paulo, não é um dos piores, temos prefeituras bem piores em questão de salário.

Diria que sou uma privilegiada porque eu consigo quinquênio. A cada cinco anos eu tenho um aumento de 10%. E tenho evolução funcional também, categoria F tem essa possibilidade. Com o passar do tempo, vai melhorando o salário, mas é aquela coisa, não é grande coisa. Eu não sei quanto que tá a hora-aula no Estado, mas se eu der aula como eventual, já cai. Não ganha bem não. Vou ver com a GOE da escola.

Eu vejo que não é um salário que dá pra confiar se a gente tiver que sustentar uma família, se a gente não tiver outras opções, eu dou aula há 14 anos, mas há 14 anos eu tenho outro emprego junto, eu nunca fiquei só no Estado. Porque se eu ficar eu não me mantenho.

Então não é possível você manter um nível de vida digno apenas com o salário do Estado.

Não, pra você ver, se eu ficar só na permanência, as 9 aulas mais 2 ATPC's, porque eu tenho quinquênio, dá uns 900 e pouco. Quem não tem quinquênio, nada, ganha 720, algo assim.

Se você for ver, não é um salário digno pra você confiar. Você não sabe se no ano seguinte vai ter aula, aí você vai ficar com 700, 900 de salário, entende?

É, com esse nível de salário fica difícil até o professor conseguir se aprimorar, né.

Não consegue também, apesar do estado oferecer cursos na plataforma. Nem todos os professores fazem.

Existe algum tipo de rejeição, talvez ao que o Estado propõe nesse aspecto?

Os professores estão cansados mesmo. Os professores antigos que já estão a beira de aposentar, não vão querer renovar nada mesmo. Os que são novos, com garantias estão desiludidos também. Eu acho que tem um pouco de cansaço. Sem perspectiva de melhora, a pessoa acaba se acomodando. Mas se o curso der evolução funcional, o professor faz, recebe o certificado, mas se for apenas pelo conhecimento, não faz. Então por uma questão assim... é os profissionais estão cansados, mas não pode arrumar desculpa pra isso.

Considerando que você tem uma carreira de 14 anos, você acompanhou muita coisa, muita coisa mudou, na forma como o Estado contrata e emprega os professores. Você considera que houve um processo de melhoria ou de piora nesses 14 anos?

Pergunta difícil essa. Eu diria que é mais difícil ter aula hoje, antes era mais fácil, você como eventual. Ah, bastava você estar na escola, fazer uma inscrição no começo do ano na diretoria e acabou. Era mais fácil ter a aula.

Mas uma melhora que teve... burocracia eu não gosto, mas alguns meios de colocar aquela... professor tem que trabalhar. Tem resultados, tem que bater metas, não acho errado.

E tem a questão do Bônus. Todo ano tem a bonificação se a escola atingir aquela média. Até hoje eu não sei como funciona, os critérios. Todo ano eu estou ganhando um bônus razoável, tenho dado sorte, nas escolas que estou passando.

Você acha justa essa política de Bonificação?

Acho interessante, mas ela não pode ser a única política e propaganda do governo, né? Eu acho que o salário deveria ser melhor, a bonificação é interessante, acho que dá até um estímulo.

Aquela coisa, “pessoal, temos que fazer, dar resultado, tem que seguir a cartilha do Estado”, as apostilas. Que falam que é uma porcaria... Eu não vejo como uma porcaria, aquilo é só um veículo que o professor vai usar pra dar a aula. Ele não é obrigado a folha por folha. Ele vai pegar aquilo e vai planejar a aula em cima daquilo. É uma questão até de conseguir atingir os resultados.

E eu acho que o bônus é interessante, vale a pena. O cálculo é da escola com a escola mesmo, não é tão injusto. Acho que é necessário.

Você falou das cartilhas do Estado, você aplica o currículo do estado de forma integral?

sim, inclusive quando entro como eventual eu procuro... tem professor que não usa mesmo. Se é uma matéria que eu não domino, tipo Matemática eu acabo puxando pra temas transversais.

Você tem autonomia de escolher aplicar ou não..

Sim, posso usar outros textos. De Iluminismo, se um texto é muito complexo, trago outra coisa mais simples ou com alguns exercícios... O interessante de usar é que cai no SARESP, no ENEM então a gente trabalha as Habilidades daquelas questões.

Pensando no conjunto, a aplicação da cartilha pode favorecer o processo de avaliação do seu trabalho. Se você segue, tem mais chances de atingir o resultado.

sim, as escolas que obtém os melhores resultados são as que seguem a cartilha do Estado.

Existe um tipo de amarração entre a política do bônus e as cartilhas

Exatamente.

Você percebe algum tipo de cobrança das instancias superiores, por exemplo a direção da escola?

Mais os coordenadores. Mas nunca vi um coordenador entrar na sala e verificar. Acho que deveria, é função do coordenador, cobrar. É chato alguém cobrar, mas só dá resultado se tiver alguém cobrando. A única coordenadora que pegou no meu pé, foi minha mãe. Ela cobrava, fazia, discutia. Gostando ou não está na lei.

E também tem essa questão, quando a gente entra numa empresa, a gente tem que seguir as normas. O mesmo pro Estado, gostando ou não. Então a cartilha faz parte da nossa função, do nosso contrato, mas temos essa liberdade de trabalhar com outros veículos, mas entrando por esse caminho, não pode fugir desse caminho.

Você trouxe uma visão bem interessante de como o Estado administra e controla a Educação Pública.

Voce participa de alguma entidade de classe?

Não, não participo. Inclusive não sou muito a favor disso. Eu sou a favor da greve. Quando tem eu participo, acho que vale a pena a união dos professores, mas as políticas são muito voltadas a questões políticas e alguns candidatos. Vejo diretamente essas coisas acontecendo. Não gosto dessa coisa, acho errado. Não Sou filiada a partido.

Mas participa da greve quando ela acontece?

Sim, por uma questão de participar do coletivo dos professores, da necessidade da mudança.

Você acha que a greve é instrumento viável de luta? Já teve alguma conquista vinda da greve?

É, o problema é que os professores não fazem. Parece que vai ter um aumento aí. Mas acredito que esse já estava planejado, não é algo que veio assim da greve.

Você disse que não participa do Sindicato por razões políticas. Na sua visão qual deveria ser o real papel do sindicato?

Olha, eu acho que deveria atender aos interesses do Professor, o profissional professor. Atender os direitos, e não ter vínculo com partidos políticos.

Deveria ver a questão salarial, discutir, ir atrás, buscar leis. Tem o advogado, que se você precisar pode usar. Nunca usei.

Por alguns colegas que conversei, se frustraram.

Mas eu não vejo o retorno do professor, o interesse do professor. Vamos supor, uma sala de 40 alunos, vamos pra luta pra diminuir? Eu nunca vi resultado nisso. Tiveram varias greves pra diminuir aluno em sala de aula e o sindicato não apresenta propostas estudadas. Eles não fazem um projeto pra colocar a importância.

O Sindicato faz assim, vamos gritar no MASP e aí os resultados que derem são usados em propaganda.

De certa forma, você é contra o aparelhamento político do sindicato e você acha que a escola acaba se tornando um objeto de aparelhamento político?

Acho que sim, viu. Na cidade que a gente está é menorzinha, mas as grandes escolas, as que dão resultados, que são brilhantes, são propaganda política. Eu acho que não deveria, é público, não pode ser usado como político.

“Ah mas o Estado que fez”, não, é obrigação dele, não tem que usar... foto de criança na escola... isso eu sou Radicalmente contra, porque fere o direito da criança até. Ela ainda é criança. Não interessa se a mãe autorizou.

Eu sou radicalmente contra, políticos usar resultados de escola pra campanha política. Acho que ele não deveria usar.

Então, acho que temos um ponto de discordância aqui...

Você acha que tem que usar?

Não, não. Um ponto que você me disse que o estado usa os resultados dessa forma política. E você se colocou contraria a política..

Ah não, o politico particular, na campanha dele. O Estado para questões Estaduais, sem problemas. Agora o político, que vai se candidatar a deputado, vai usar alguns resultados do partido dele em determinado momento. Aquilo eu não sou a favor. Mas se você é prefeito de uma cidade e precisa saber dos resultados e vai divulgar, aí tudo bem. É Necessário.

Bacana, pois uma das questões que quero discutir é analisar a Escola como um ambiente de conflitos e disputas no ponto de vista de ideias políticas. Por isso comparar as visões é uma coisa que queria fazer. Você trouxe muita coisa, pra que possa pensar. Gostei muito, das coisas que você me falou...

Bacana!

Mas apesar de eu achar que os professores brigam muito, acho necessário também ideias diferentes na escola. Só acho que não é democratizada a discussão.

Então, a escola tem um papel..

Social

De discutir, de colocar aspectos...

Sim, estão discutindo sobre a escola sem partido, acho estranho isso acontecer. Por que a gente está formando cidadão. Se eu não consigo fazer com que esse aluno raciocine as coisas... o que eu não posso é falar assim: "olha, eu gosto do Karl Marx, por isso e aquilo" e não usar outras ideias... eu tenho que jogar as ideias e ele que vai ter as ideias dele. Não me impede de falar minha opinião, mas ele tem que saber que ele pode tranquilamente mudar a opinião dele e seguir a dele. Eu acho que alguns professores tem um pouco de dificuldade nisso.

Você acha que o Estado dá a liberdade pra que você crie um Ambiente plural?

Com uma pluralidade de ideias e de ações...

Isso eu adoro no Estado, é possível.

Eu vou dar um exemplo. Em muitas escolas que trabalhei, tem alunos de varias religiões. Tem escolas que ate tem conflito entre as familias por que as religiões são diferentes, são extremistas, né? E eu por um tempo dei aula de ensino religioso, há anos atrás. Numa comunidade que tem desde umbandista radical, evangélico fervoroso e os filhos estão na mesma sala. O que Fazer? Tranquilo, falei de várias religiões com eles.

E como chegar na religião? Eu não cheguei diretamente no assunto, cheguei em contextos sociais, até chegar na religião. Achei que fosse apanhar na escola, por que os pais são bem agressivos... mas foi tudo tão tranquilo. Porque eu não puxei sardinha pra um lado só. Todos os alunos se identificaram, se sentiram seguros. Porque quem é espirita, umbandista tem medo de falar. E ai no final ficaram a vontade de divulgar a própria religião. Então, acho que essa é a ideia do professor, é fazer aquele aluno se sentir importante, se valorizar, valorizar a comunidade dele, conseguir transformar.

Acho que era nova no começo, tive algumas falhas, inclusive foi ate minha primeira turma. Eles trabalharam muito legal, foram em cemitério, foram falar com representantes religiosos... e era uma comunidade onde achei que seria impossível disso acontecer. Pelos próprios pais. E eles tranquilamente... foram informados...

tive que fazer projeto, perdi tempo pra caramba, não tinha mediador na época...mas deu certo. E eu era iniciante, era uma professora que não sabia de nada. Queria fazer aquilo, eu conversei com pessoas que já fizeram coisas, eu fui atrás de apostilas de como dar aula de ensino religioso.

Pra mim foi até fácil porque não tenho uma religião, e não precisei colocar como regra isso pra eles.

Acho que é possível, todo mundo com ideias diferentes discutindo aquele assunto. Pode ser na política, na culinária, qualquer coisa.

Então dá pra fazer um trabalho plural e democrático?

Dá, nunca tive problema. E olha que sou professora de história, as vezes joga uns assuntos polêmicos. Claro que a gente faz um trabalho pra chegar nisso. Mas normalmente se sai com várias ideias diferentes.

Você havia comentado comigo que está pensando em sair do Estado. Queria que você colocasse, quais são as razões que te levam a sair. Pois pelo que percebi, você é uma professora que gosta do que faz. Que se sente a vontade trabalhando.

Na verdade eu não consigo estar presente, nessa escola que atribuíram aula pra mim, e por que eu to numa escola particular. Eu já abandonei uma escola particular por causa do Estado.

E eu não vi frutos, não vi uma evolução bacana na minha vida, apesar de gostar muito. Então eu não vou arriscar fazer a mesma coisa.

O que eu estou fazendo? Eu não assinei nada e não estou indo. E estou esperando o período pra ir na escola assinar e ver o que acontece. Porque eu não sei que resolução saiu esse ano.

Claro que estou com um aperto no coração, eu não sei se vou ficar feliz com a decisão. Mas eu estou cansada desse desrespeito com o professor, de ora você está aqui, ora você vai pra lá. Você pode estar em várias escolas... isso me cansou. Até aquelas comunidades mais difíceis... já apanhei em sala de aula, já fui atropelada... tudo...

Mas o que me machuca muito assim, de sofrimento, é esse desrespeito, de joga de um lado, joga pro outro.

Esse desrespeito vem de onde?

Acho que das resoluções estaduais, aí já é das políticas do Estado que eu acho que num... a pessoa tá lá em cima, tá longe e não tá em sala de aula. E esse cara quer

decidir ações pra resultar na sala de aula. Eu acho que já tá errado aí. Acho que todos na escola... acho que diretor deveria ter uma aulinha, coordenador também, pra ficar na sala e entender o que está acontecendo.

Imagina um cara que tá governando, nunca entrou numa sala, se entrou, foi há anos. Ele quer decidir a vida do professor. Acho que ele nunca vai alcançar uma qualidade dessa forma.

Esse distanciamento então compromete a constituição de uma política efetiva e que seja favorável pra você que está na sala de aula.

Não é favorável nem pra eu ser uma boa professora em sala de aula, não consigo estar lá.

Não te dá condições de ser uma boa professora, Você é por insistência...

Exatamente, quando a gente quer muito, a gente acaba sendo. Mas por exemplo, essa escola eu estou prejudicando. Não é algo que eu gostaria, mas é uma condição que já não tem como.

E muitos professores estão assim...

Professora Gisele (efetiva)

Então, eu estou aqui com a professora Gisele, ela é professora de matemática.

Há quanto tempo você é professora da rede pública estadual?

Há 17 anos.

Você ingressou na rede pública estadual como professora efetiva?

Não, eu ingressei como professora eventual em 2001 e me efetivei em 2005.

E você ficou 4 anos como professora eventual, aí prestou concurso?

Sim.

Na época em que você era eventual já era categoria O?

Não.

Então hoje você é uma professora efetiva?

Sim.

A antiga categoria não existe mais. Qual a sua jornada de trabalho semanal?

30 horas/aula.

E tem os ATPs?

Sim, 3, então são 33 horas semanais.

Além do Estado, você acumula cargos em outras funções? Como coordenação.

Não.

Então você é só professora do Estado?

No momento sim, já tive uma vasta experiência na coordenação, fiquei uns 8 anos na coordenação e 1 ano na vice direção. Mas nunca acumulei.

Então você sempre foi professora do Estado nesse período todo. Não trabalhou em rede municipal?

Não. Só no Estado.

Qual foi a razão que te levou a escolher a carreira de professora?

Bom, é bacana. Sempre quis, a gente desde pequena tinha essa ideia de ser professor. Aí fiz o magistério para trabalhar com PEB I na época, e por fim acabei sendo incentivada por um colega professor de matemática que disse que era um desperdício pois eu tinha bastante talento para ser apenas dona de casa e mãe, que eu deveria estudar pois tinha capacidade pra isso. E acabei a partir desse incentivo de um amigo, e realmente é uma área que eu gosto muito e era a profissão que eu sempre quis. Casei, tive filhos e acabava deixando de lado um pouco essa vontade, formação e já que deu esse start, e realmente é o que eu quero, vamos lá.

Então você sempre se viu como professora?

Sim, sempre me vi como professora. E o bacana de tudo isso é que eu fiz magistério e fiz a faculdade 7 anos após ter feito o magistério, ou seja não tinha nenhuma bagagem curricular do Ensino Médio no magistério, a não ser a formação específica para e aí eu fui buscar, fui estudar sozinha e fui atrás.

E aí você buscou a matemática como a sua disciplina de escolha?

Sim, como a minha área.

Uma disciplina importante, bem pesada, para os alunos deve ser né uma coisa ... E você acha que você escolheu ser professora por uma razão, você diz que parece ser uma coisa meio de “eu sempre quis ser”, sempre enxergou dessa maneira. As condições que você encontra como professora do Estado hoje, elas condizem com as razões que te levaram a ser professor?

Olha, a gente quando pensa de início, lógico que você só pensa em coisas boas. Você pensa em ajudar os alunos, melhorar a condição social das pessoas através do meu trabalho, pensa muito no lado social, de fazer com que o aluno de escola pública tivesse um lugar ao sol, tanto quanto as outras, essa é minha ideia. Só que quando a gente se depara na prática com esse, você vê que não depende só de você não. Então a sua boa vontade é muito grande, se você quer o melhor para o outro através do seu trabalho, isso já é um grande começo, já é uma boa parte da carga, porém a gente percebe que essas possibilidades, esse ensino, ele é muito diferente, não é igual pra todo mundo. Um exemplo mesmo, é uma coisa que aprendi muito bem na sala de aula, a gente tem muitos graus de saberes ali, então pra gente se deparar com alunos de inclusão, alunos que dependem não só da minha boa vontade, mas da minha formação, que eu não tenho para atuar com aquele aluno, isso meio que me deixa um pouco insatisfeita. Geralmente são pessoas que não tem oportunidade, pessoas que não tiveram oportunidades num outro ensino e que acaba ficando meio aquém na sala de aula.

O que percebi, assim, quando na sua fala você apontou que a função do professor é tentar melhorar, principalmente o professor de escola pública, é tentar melhorar a condição do seu aluno. Essa é a visão que você tem do seu papel. O seu papel na sociedade é esse?

É. Melhorar as condições do aluno da rede pública. De oportunizar pra eles alguma coisa melhor do que aquilo ele poderia sozinho. Acho que o professor precisa muito

ter isso claro. Que não é só dar aula, não é o meu salário, não é a minha vontade, mas sim melhorar a vida e a formação de um cidadão.

Você acha que as políticas públicas do Estado compartilham dessa visão que você tem da Educação?

Não.

Então você como professora, Gislaine, como você enxerga as intenções do Estado pro seu trabalho?

Essa é bem interessante, acabei de falar pelo meio político já, assim, eu acho que o Estado dá a Educação que ele é obrigado a dar. Tem uma lei que protege, que diz que todos tem que estar na escola dos 6 aos 17 anos na Educação Básica. Só que não é esse o olhar que eu vejo, que é apenas oferecer o raso, então ele não busca, o Estado não busca a melhor qualidade, a melhor formação, melhor leque profissional, busca apenas cumprir o papel dele que está ali, eu tenho uma escola, tem um professor e eu tenho um aluno. Eu vejo que falta muita qualidade, na formação do professor, na formação dentro da escola, formação via diretoria de ensino que é o que nos norteia, acho que falta muito, tem que ter muito tempo pra pensar nisso, o meu foco não é, o que eu tento fazer com meus alunos é trazer academicidade e auto estima mesmo, por que eles podem ser melhores, eles podem ter o melhor se eles estudarem, então eu valorizo sempre que a gente pode ser diferente naquilo que a gente faz, então pode estar todo mundo fazendo a mesma coisa, mas se eu consigo me sobressair eu vou ser o melhor naquilo, então é isso que eu tento mostrar, ah mas matemática, matemática é um problema muito grande, porque o aluno já vem com uma negativa, que não gosta, porque é chato, então eu tenho que fazer das minhas aulas motivação, aulas diferenciadas, trago sabe... que nem eles não tem muito acesso aqui na escola à internet, mas eles tem celular, então muitos deles tem celular, mas não tem internet, não tem computador, então o que eu faço, um desafio, eu uso o facebook que eu criei só pra matemática e incentivo, olha o que eu vou colocar lá não é pra nota não, não quero que vocês entreguem por nota eu quero que vocês entreguem por curiosidade, aí eu vou jogar um probleminha lá, uma situação problema, quem vai conseguir responder, e acaba tendo essa “ai prô, tô gostando mais de matemática porque você está incentivando a gente a pensar de outra forma”, porque na matemática todo problema é raciocínio lógico, se o aluno não conseguir ter raciocínio lógico não consegue acompanhar a matéria, então o que eu consegui fazer com os sextos agora esse ano, eles estão

gostando mais da matéria por conta dos meus desafios, “ai prô você não colocou desafio hoje”, **{ daí rola uma cobrança}** isso aí a gente já combinou, isso aí não é obrigatório, o dia que a prô colocar desafio eu vou lá ver e comentar um por um, então aqueles até que não gostavam da matemática começaram a partir daí ver com outros olhos, que é onde eu quero que eles percebam, e assim, a matemática não é uma matemática da escola, é uma matemática do dia a dia, do cotidiano, então ele vai aprender matemática aqui pra usar na vida. Não adianta ele saber fazer fórmulas, vários cálculos, sendo que ele não sabe ir na padaria comprar um pão e não sabe ter o troco de volta, então é nisso que eu bato muito com eles, que é isso que eles precisam saber, se está caro o pão, se está com o preço justo, se o troco foi dado certo, então tudo isso ele tem que saber, então essa é a minha linha, que eu acho que é serviço de formiguinha, e depende que é aquilo que eu falei no começo, depende da boa vontade do professor e do olhar do professor. Se o professor achar que é isso que o governo quer, ele quer criar um monte de aluno sem saber nada, passar sem saber nada pra poder manipular lá na frente é assim que eu vou deixar, só que não é assim que eu penso.

Parece que no fim das contas, existe uma visão que é sua, o processo como você trabalha, essa visão não é a mesma visão que o Estado põe ou que o Estado fornece condições par que você trabalhe. Então você acha que entre a sua forma de trabalhar e a proposta que vem da rede estadual do governo do Estado existe uma disputa do processo educativo nas suas escolhas e no que é proposto pelo Estado? Você percebe que existe um descompasso entre o que você faz e pensa como professora e o que o Estado propõe?

Sim, que nem eu trabalho dentro da proposta que o governo impõe, lógico que tem coisas que eu acredito que eu acho que é bacana, que tem que ser por ali e tem coisas que eu não acredito. Então o que que eu enquanto professora quando dá esses atritos a fim de trabalho mesmo, eu tento substituir por uma coisa que eu acho que vai enriquecer mais o aluno do que ficar ali repetindo uma situação de ensino aprendizagem que não vai levar ele a nada. Então meu olhar crítico faz muito com que eu perceba, me coloque no lugar do aluno, eu vim de escola pública, estudei em escola pública e tento transportar aquilo que faltou e que eu possa acrescentar agora na minha visão pro aluno.

Você percebe que existe uma discrepância entre a sua visão, como você realiza seu trabalho e a visão que o Estado propõe, e aí você tocou no

currículo e é justamente nesse ponto que eu queria chegar, pois você diz pra mim que usa as propostas, mas faz adaptações nela.

Sim, pois 100% não dá pra seguir. Na matemática não.

Por que?

Porque assim, a base que eles esperam que o aluno tenha é muito diferente do que o que eles propõem lá. Vai uma sequência didática lá que quer que o aluno aprenda a desenvolver por exemplo uma expressão numérica e em geral o aluno não sabe a divisão e a multiplicação, então pra ele resolver a equação numérica ele precisa ter uma base, um tempo maior, um trabalho mais dirigido com aquele que tem mais dificuldade pra continuar. Se eu seguir a proposta do jeitinho que ela está, eu não posso levar em consideração quem aprendeu e quem não aprendeu, eu tenho que seguir a linha que eles querem, só que aí que se perde, que o tempo que eles propõem lá numa sequência de aprendizagem pra um bimestre, aquilo que ele propôs lá não é suficiente pra que o aluno que tem dificuldade maior, ele consiga acompanhar, então o que me preocupa é o aluno aprender e não apenas dar o conteúdo, aí que eu acho um pouco discrepante que acaba as vezes cobrando muito conteúdo em formas de desenvolver habilidade e que o aluno ainda tem a habilidade primordial lá atrás que ficou pra trás, se a principal não desenvolve as que estão à frente não vai. Se não tiver uma base, uma bagagem boa daquilo e quanto mais você tem um olhar de ver as dificuldades, que são várias, em sala de aula, você tem que saber que grupo utilizar, quem vai sentar com quem pra ajudar, quem precisa ser puxado, quem precisa mais reforço pra casa, então tudo isso requer muito tempo. Não é só o conteúdo a seguir, mas o olhar pra dificuldade mesmo, que ao meu ver, no Estado é muito grande.

Existe uma realidade muito diversa entre o que o aluno...a bagagem do aluno, tem aluno que sabe muita coisa, tem aluno que precisa resgatar conteúdo. E o que será que produziu essa discrepância tão grande em alunos dentro da mesma sala, dentro do mesmo ano por exemplo? Tem alunos que conseguem realizar por exemplo a multiplicação e alunos que não conseguem.

É. Bom, o que eu vejo, vou focar no sexto ano, que é o ano de transição que vem do ciclo I pro II que é o meu laboratório ali, que eu mais busco entender. Então, o que eu acho, vendo por aqui nesta escola, a gente teve ano passado aqui na escola, no quinto ano, ele separaram um professor de língua portuguesa pros três 5º anos e um de matemática pros três 5º anos e eu percebi que a professora de matemática, ela

só trabalha com matemática, ela é PEB I e só trabalhou com matemática. As salas que ela trabalhava só matemática teve um rendimento muito maior, as salas que o especialista “professor de sala” que trabalhou só língua portuguesa, você percebe que o de matemática deu uma puxada maior, então tem um outro olhar, tem um trabalho mais nesse foco na base, nas operações que é requisito pra continuar. Esse ano não fizeram assim, já fizeram cada uma com uma sala e a gente até discutiu até que é diferente, que o professor que é PEB I, a formação dele é apenas para ensinar o aluno da primeira à quarta série, com a visão de ensinar a ler e escrever e fazer contas, esse é o objetivo. Esse professor, se ele tem a formação em matemática ele vai fazer o que, vai puxar esse aluno pra desenvolver mais o raciocínio lógico e outras áreas, que o professor que não tem essa formação não vai focar, até em questão que eu acho que entra em políticas públicas, eu acho que deveria o especialista mesmo de matemática trabalhar com esses alunos no ciclo ano, já teria um outro olhar, uma outra coisa. Em relação a essa diferença de alunos, de dificuldades, tem também a ver com família, se o pai, se a família não incentiva o aluno a estudar, não acha importante que a escola é referencial pra ele, ele não vai cobrar do filho e ele não vai ser um melhor aluno, o peso familiar é muito importante dentro da estrutura escolar. Eu venho de escola pública, de família pobre, eu valorizo cada degrauzinho, eu vejo também os alunos na sala de aula sem objetivo nenhum, estão na escola por obrigação senão não recebe o bolsa família, ouço muito isso, pergunto aos alunos o que faremos com o tempo que ele está aqui, não seria legal estar aqui pra aprender, pra alguma coisa melhor, pra você lá na frente ver que você cresceu, é o que tento fazer pra buscar, mas não é fácil não.

Você acaba tendo que lidar com responsabilidades que não são suas. A responsabilidade do professor em sala de aula, lida com vários elementos que o aluno traz de fora, isso deixa nosso trabalho muito mais complexo. Você não é só uma professora de matemática.

Não, tem que ser psicóloga, tem que aconselhar, tem que ouvir, tem que ajudar com situação que acontece em casa que eles vêm te contar que você não pode ser alheio também, acaba fazendo outras funções. Mas acho que o Estado deixa muito na mão do professor, o professor é muito sozinho, que eu vejo que... [tocou o sinal], pode estar quem for orientado a escola, conduzindo, mas fechou aquela porta é você e o seu aluno, acaba você tendo que se virar pra ensinar ou pra não ensinar se não for o seu pensamento, no fim das contas é o professor e o aluno.

No fim das contas acho que você fica numa situação um pouco vulnerável, como você mesma disse, o Estado dá as condições mínimas.

Ele dá o que a Lei exige né.

[sinal toca]

E você disse que aplica a proposta curricular, você tem liberdade ou autonomia pra fugir dessa proposta ou pra buscar conteúdos fora dela se você quiser?

Tenho.

Então do ponto de vista da proposta curricular do Estado ela é uma proposta que é flexível, você pode flexibilizar ela conforme a necessidade do aluno?

Sim. É assim, a gente tem o currículo, eu tenho conteúdos mínimos que eu tenho que trabalhar com os alunos em cada bimestre, então isso não pode fugir, mas eu posso, dependendo da turma que eu tenho, acrescentar, eu não posso tirar, porque como diz já é o mínimo, mas posso sim de acordo com a turma que eu tiver.

Você deu elementos pra mim que comentou assim, que algumas coisas que o Estado faz não agradam muito a sua visão. Como você avalia a forma como o Estado administra a Educação Pública? Se você fosse avaliar a forma como o Governo do Estado trata, investe e faz suas políticas educacionais, você concorda com essas políticas?

Não. Eu acho assim, eu acho que a forma como é tratada a Educação é muito superficial, a educação deveria ser, na minha concepção, ser o primeiro veio de qualquer propaganda política, porque se você não investe na Educação como prioridade, você vê o que está acontecendo hoje, você vê situações absurdas, acontecendo por falta de informação, por falta de formação, por falta de muita coisa. O Estado ele administra a Educação com um olhar meio de “fiz minha parte”, é o que eu sinto deles nesses 17 anos no Estado e uma parte deles na gestão que eu vejo assim que é feita muita coisa, tem investimento sim, tem dinheiro pra investir sim, só que não é empregado, um exemplo, você faz uma reforma na tua escola, o mínimo que a gente pode esperar é um prédio adequado pra receber os alunos que a gente tem, tem uma reforma aqui dentro da escola, investiu 500 milhões dentro da escola e o que eu vejo é que isso não é feito de maneira adequada, não é o dinheiro em si, mas a forma como ele é aplicado. Um exemplo, eu trabalhei numa escola ano passado essa escola se você for lá você vai falar que essa escola tem que implodir e construir novamente, então 700 mil reais com a reforma de um prédio que devia ser

demolido não é nada, perto da, é um dinheiro razoável, mas uma escola que deveria ser demolida não é nada, então o que você gastar ali, investir ali, você não vê. Tem uma parece que está caindo, uma porta que está caindo o batente. Você vê, são situações de um prédio velho de mais de 40 anos que não é só “não faz mais reforma lá, tapeia que está tudo certo”, são coisas estruturais que ao meu ver não tem um acompanhamento adequado, acho que é um dinheiro gasto sem a fiscalização, mas tem dinheiro pra escola que está lá pra isso, mas se tem um valor X, você não tem autonomia pra falar eu tenho que demolir essa parede, pois ela vai cair, eles vão lá e interditam, mandam esperar 1 ano pra depois chegar lá e dizer a gente vai consertar essa parede pois não podemos demolir.

Falta diálogo? Por exemplo, você como professora, acha que você tem caminhos de comunicação pra ser ouvida pelo Estado? Por exemplo, você identifica um problema físico numa escola, como que você faz um contato?

Não, pela experiência de gestão que eu tive é tudo via Diretoria de Ensino, mas aí é questão de visão, as vezes pra mim a prioridade é a parede que vai cair que é o mais perigoso dentro de uma sala de aula que você tem uma aluna ali, pra eles a prioridade é mandar carteira pro aluno sentar. A prioridade é, que nem aconteceu ano passado ou retrasado foi a mídia fazer uma reportagem sobre falta de papel higiênico na escola, então o que acontece, o Governo do Estado ficou muito bravo porque isso não pode acontecer, não pode ter propaganda negativa porque não tem papel higiênico na escola, então veio um montante pra diretoria de ensino de uma verba X que não pode faltar papel higiênico nas escolas, faltou, então tem que comunicar então. É uma maquiagem que eu não acho bacana, falta papel higiênico nas escolas? Falta sim. Como falta copo descartável, como falta um monte, como falta giz, as vezes nem giz pra trabalhar, então falta. Então a política onde o dinheiro é investido é pra maquiar os erros que aparecem, assim o pouco que eu fiquei na gestão você vê, não tem uma ação pra melhorar o problema, vamos melhorar as condições da escola, para que a escola seja melhor, então não é esse o olhar, não quer a escola melhor, quer a escola funcionando.

É como se o Estado não planejasse, ele reagisse ao que aparece, ele não planeja o que ele vai fazer, os investimentos que ele precisa fazer, não existe um plano, os problemas vão aparecendo e eles vão tentando...

Não. O que eu percebo de verdade é assim, “eu tenho que investir um tanto, tanto, de verba no Estado, onde está precisando mais?”. E esse levantamento fica muito

falho, a comunicação do Estado com a Educação é muito vaga, cada um vai em busca dos seus interesses.

Eu ouvi de uma professora daqui mesmo, que o patrão é bem distante, são muitos níveis até que você consiga chegar...

Sim, as vezes quando sai uma reportagem na televisão do Governador ou do Secretário da Educação falando, não consigo me ver fazendo parte daquela fala, é diferente, ele não está falando da realidade. Estávamos conversando esses dias com os alunos, apliquei a AP e estava um item da prova lá “proibido uso de calculadoras, celulares, de *pen drive*”, os alunos riram, “Poxa prô, *pen drive*?”, mas existem escolas públicas que trabalham com tablet e com notebook na carteira de cada aluno aí eles “caraca, vou pra lá”, mas aqui na região nossa a gente não tem, isso acontece lá em São Paulo em uma ou outra escola, quer dizer, olha que diferença, que distante essa fala numa prova falando que não pode usar *pen drive*, pode parecer besteira, mas é uma coisa que te faz refletir, quando que um aluno nosso aqui vai ter condição de sentar na sua carteira com um tablet ou um notebook, não que isso seja importante, não acho que esse é o foco, mas quando que ele vai ter essa oportunidade, então é nesse sentido que eu falo, a realidade é muito diferente do que eles pensam e do que a gente tem na ponta.

Existe uma discrepância entre a fala e a prática?

Muito grande.

Eu queria entrar agora com você num eixo de perguntas que avaliam um pouco as relações de trabalho. Considerando a relação de emprego, de salário, tempo livre, cobranças. Como você avalia essa relação de trabalho que você estabelece com o Governo de Estado de São Paulo, ela é positiva pra você como profissional?

Como positiva não, porque eu acho que o valor salarial deveria ser... pelo dispêndio que a gente tem em sala de aula, pelo trabalho, por tudo que a gente desenvolve, acho que o salário é muito baixo. Vou te dar um exemplo da minha vida do ano passado pra cá. Eu estava numa outra escola, estava na vice direção, fiquei 6 anos na coordenação e mais 1 na vice direção, tinha 40 horas de trabalho semanal, aí vim pra cá com 33 horas de trabalho. Tive queda de salário, voltei a ser professora e saí da gestão, só que em termos de responsabilidade essa diferença de salario foi quase nada, pois eu tinha uma responsabilidade tão grande com a escola, tinha que gerir a escola, tinha que cobrar o professor a fazer o melhor trabalho, tinha que

acompanhar toda a parte de infraestrutura da escola, de todo o funcionamento, lógico que pra mim que já tinha uma experiência em sala de aula é muito mais tranquilo, ministrar o conteúdo em sala de aula é muito mais tranquilo do que ter fazer tudo isso, acompanhar a aprendizagem pedagógica e ainda administrar a escola, então a diferença salarial foi irrisória, por toda a responsabilidade que eu tinha na outra função, que a Educação ganha pouco, isso é fato. Deveria ter uma remuneração melhor sim, maior.

O salário é insuficiente?

Sim.

Desses 17 anos que você trabalha como professora do Estado, você percebe que houve uma melhora nas condições de trabalho do professor? Ou houve uma piora?

Olha, pra falar a verdade eu acho que as condições são as mesmas, acho que não teve muita mudança. Porque o que acontece é que a política que vem do governo do PSDB há 20 anos não houve diferença, não tive outro gestor de outro partido político pra poder comparar se houve melhora ou não, mas dentro desses anos não vi melhora não.

Talvez a continuidade dos governos do PSDB não te deu um padrão de comparação.

Não, foi tudo muito igual.

Mas mesmo assim você considera...

Só esse fato de ter unificado o currículo foi um ganho, porque você tem uma base, sabe de onde partir, cada um fazia o que queria, ensinava do jeito que queria, o que queria, o que achava pertinente, o que achava mais interessante. Se você tem um mínimo a seguir, saber que a escola daqui vai aprender o mesmo que a escola do outro lado está aprendendo.

A centralização de um currículo é um ponto positivo dessas políticas do PSDB. Um currículo único mas que te dê flexibilidade. É interessante.

Se você fosse colocar pra mim o maior problema com relação ao seu trabalho como professora hoje, qual é a maior dificuldade que você enfrenta como professora hoje na escola?

A maior dificuldade é a diversidade de saberes em sala de aula, essa heterogeneidade que tem dos alunos, de um conseguir te entender, ir na sua linha, o

outro você ter que voltar lá atrás, isso é difícil. Você tem que preparar aula não pra uma turma, mas pra vários.

Agora queria mudar um pouco de eixo. Porque eu também vou estudar a relação dos professores com o sindicato APEOESP. Escolhi a APEOESP por razões que é o sindicato maior, mais expressivo. Você é sindicalizada?

Sou. Da APEOESP.

CPP também?

Não.

Você buscou por lá e se sindicalizou?

Na verdade, assim, eu acho que o sindicato hoje não tem a função que ele deveria ter, que é defender uma categoria. Então eu já penso assim, um sindicato que já tem um posicionamento dele, já não é uma coisa muito certa, a APEOESP tem isso, tem dois lados, tem a oposição e tem a situação **{tem chapas e linhas}**, então já acho ela totalmente fora da casinha por aí. Eu quando procurei sindicato foi pra assessoria jurídica, porque a assessoria jurídica da APEOESP é a melhor que tem, então se eu precisar de alguma assessoria jurídica eu sei que eu posso contar com os advogados da APEOESP, mas com essa intenção.

Então você acha que o sindicato atende as suas demandas trabalhistas?

Não.

Qual dessas demandas você acha que deveria ser atendida, qual deveria ser a bandeira que o sindicato deveria levantar por você?

O meu salário e a outra que acaba sendo até bandeira da APEOESP, mas eu vejo que não com foco principal, que é a diminuição de alunos por sala de aula, mas não diminuição igual eles propõem, eles querem não sei quantos alunos por sala de aula pelo trabalho, mas pela qualidade de ensino mesmo, tem que pensar na administração de alunos por sala de aula, que nem tem o 6º ano tem 35 alunos. Quando você trabalha com uma sala de 35 alunos, sendo que desses 35 alunos, a metade aí tem uma dificuldade bem alta.

Aí entra naquele ponto que você falou de uma sala heterogenia demais com muito aluno, fica difícil.

Fica difícil, então nesse sentido. E outra, eu acho que o sindicato da APEOESP está muito ligada à parte política, acho que você tem que levantar a bandeira da classe trabalhadora enquanto professor e não defender partidos políticos que não é essa a função, e o sindicato ao meu ver se tornou isso.

Um ambiente de disputas...

Exatamente, se tornou uma excursão da CUT.

Você participou de greves nessa sua carreira de 17 anos?

Já participei.

Você considera que a greve é um instrumento válido de luta pros professores?

Creio que sim, desde que haja uma clareza do que o que você quer buscar e que haja uma união da categoria.

Essa união da categoria pra você, ela existe?

Não.

Por que?

Porque eu vou te dar um exemplo, a última greve que eu fiz, foi até com sua mãe, nós fizemos aqui e estava na época que queriam acabar com a categoria F, acho que era F na época, e aí todo mundo parou, ... todos falaram vamos parar, isso está errado, a gente tem que ter condições, todo mundo tem que ter seu trabalho garantido e aí chegou um colega "eu não vou parar, sou da categoria mas não vou parar, porque eu não posso ficar sem salário", e a gente falou poxa, mas a gente também vai ficar sem salário tanto quanto você se a gente fizer uma greve, só que a gente está lutando não por nós hoje, hoje é com você amanhã pode ser com outro, estamos lutando já pra que não chegue pra gente. Então cada um pensa apenas no seu problema, ninguém pensa no problema no geral, quer resolver só o dela, então ela não pode parar, ela era mais da minha sala da situação e eu não vou parar porque eu não posso fazer greve, não posso ficar sem salário. Aí a gente falou pera aí, então tem alguma coisa errada, se a gente está lutando por uma categoria, por todos, e ela ficou sentada aqui ganhando dia e todo mundo teve a falta enquanto estava lá. Então quando eu falo categoria, todo mundo está no mesmo barco, estamos num barco só, o problema é de todo mundo, então não adianta, não é só hoje, hoje eu posso ficar sem meu salário, mas amanhã eu posso garantir ele, então essa é a visão que você tem que ter e não ficar pensando no hoje, hoje eu tenho salário e amanhã, amanhã eu passo fome? Então não dá pra garantir o hoje, tenho que garantir o meu hoje e pensar no de amanhã. É disso que eu falo, eu não vejo muito isso, vejo cada um pensando em si, ah porque eu vou aposentar ano que vem eu não posso fazer greve, ah porque vai vencer minha licença prêmio, então é um monte de coisa que você vai colocando empecilho que acaba não fazendo. Vamos fazer greve? Vamos, mas cada um vai arcar com seu prejuízo.

Você acha que essa característica de ser difícil mobilizar o professor, talvez isso tenha sido um elemento importante pra que o Estado...

Ele já fez toda essas categorias e separação de categoria toda já pra isso mesmo, já com essa intenção, pra segregar e dificultar a união e mobilização da classe, com certeza.

Interessante essa constatação, porque conversando com professores de várias categorias diferentes, todos eles entendem o sindicato com instrumento importante, mas sempre com uma ressalva. O principal receio que eu tenho percebido é justamente esse, a participação em greve muitas vezes é dificultada por conta de elementos que não vem do Estado, mas do próprio professorado. Na sua visão qual que deve ser o papel do sindicato então, você tinha colocado pra mim aqui que não concordava com a entrada ou com a participação ou até com a presença de bandeiras e partidos políticos dentro do sindicato. Na sua visão, qual deveria ser então o papel dessa organização?

Olha é aquilo que eu te falei no início, eu não consigo entender já a quebra dentro do sindicato, como que alguém pode se dizer contrária, se está dentro do sindicato se dizendo contrária a ele, isso eu não consigo entender por mais que eu pense. Se o sindicato ele é único pra representar ali aquela categoria e dentro dele a gente já vê brigas de lideranças eu acho que já por aí já começa a desunir muita coisa, acho que tem que ter uma unificação, tem que ter um engajamento por parte de todos, mas quando vai ter assembleias em São Paulo, tem pautas que são votadas ali que não faz parte da realidade de quem está dentro da sala de aula, que você vê que é mais pelo veio político da coisa pra chamar atenção. Então é unificar, uma unificação mesmo com a ideia de lutar pela profissão e não por egos, que eu vejo muita luta por ego.

Falta unidade nos professores, uma questão...

O exemplo vivo disso é agora a última greve da prefeitura de São Paulo, acho que é SINPEC o sindicato deles, eles conseguiram tudo que eles queriam e todo mundo parou, houve 100% de paralisação. Por que a gente não consegue ter essa paralisação dentro do Estado sendo que a prefeitura consegue.

Isso é um mistério...

Por que dá certo no município de São Paulo e não dá certo no Estado de São Paulo, o que está faltando? É uma boa indagação né.

Talvez essa seja uma pergunta que a gente está tentando responder, você há 17 anos pensando nisso e eu em tempo menor ...

Lá houve uma mobilização tão grande em pouco tempo e todo mundo parou, fecharam 100% de escolas, como conseguem? O sindicato é forte, tem um diferencial nesse sindicato. Algo que tem em um e não tem no outro. Quando você descobrir você me conta...

A ideia é dar uma devolutiva pra vocês. Então acho que a gente conseguiu conversar sobre os pontos que eu precisava, queria agradecer a sua atenção. Agora eu preciso sentar, digerir a nossa conversa, transcrever o que você falou e assim que a gente tiver um...

Espero ter ajudado

Professora Lurdes e Professor Nilton (Efetivos)

Essa entrevista foi feita na sala dos Professores da Escola e em certos pontos, conta com a participação de um segundo professor, que estava presente no local, esperando o horário de entrar em sala. A ideia é de aproveitar as contribuições de ambos os professores. Para diferenciar a fala dos entrevistados, usaremos diferentes fontes. Para a Professora Lurdes, usaremos fonte comum. Para o Professor Nilson usaremos fonte em *itálico*. Estou aqui com a professora Lurdes, de geografia. Professora, queria que você respondesse o seguinte: Há quanto tempo você é professora da rede Pública do Estado de São Paulo?

26 anos

Nesse tempo de serviço, você sempre foi Efetiva?

Não...

Conta pra mim, um pouco da sua trajetória?

Eu entrei em (19)86, trabalhei até 1993, depois fiquei 4 anos afastada e voltei em 1997, até o dia atual.

E nesse período você era concursada?

Não, passei a ser concursada em 2006.

Então você ingressou como Efetiva do Estado em 2006. Antes desse período como Efetiva, você lembra qual era a categoria que você era
OFA, antigo OFA.

Como era a condição de trabalho nesse período?

Olha, era bem melhor, porque tanto essas aulas de Geografia, de História, tinha muitas aulas, né. Geralmente você pegava a carga completa, a Escola, os alunos, você tinha um pouco mais de autonomia com eles. Porque você poderia reprovar. Eu era de uma época que você reprovava. Hoje já não pode mais, e trabalhei muito a noite também, minha maior parte foi no noturno e as mudanças foram essas de comportamento, as novas leis, que acabam atrapalhando muito nosso trabalho.

Então, antigamente, quando você era OFA, você diz que era mais tranquilo trabalhar como Professor Temporário, do que hoje como Professora Efetiva?

Ah sim, bem melhor, os tempos eram outros... hoje além de você ter a preocupação de ter que pegar aula, o que já é uma preocupação, porque está diminuindo salas de aula, na minha época não... escolas tinham muitas salas de aulas, funcionava em três períodos, e tinha horário diferente... tinha um turno que começava as 15:00hs... houve uma mudança muito grande. Tanto no Horário como em leis. Nós também... você poderia dar mais de uma falta médica por mês, algo que hoje já não pode mais. Então assim, a tendência é de que piorou e nós estamos ficando cada vez mais doentes.

Você aponta, então que houve um processo de piora?

Ah, um Retrocesso, eu acho... em todos os sentidos viu? Na escola...

Hoje como Professora Efetiva, qual a sua carga horária?

32 aulas.

Você está como professora de Geografia, apenas nessa escola?

Não. Eu completo, sempre completo fora. Aqui só funciona um período pra mim...

Então, em quantas escolas você trabalha?

Duas, aqui e no Mário Leandro.

Aqui você tem quantas aulas?

28.

Então você tem que buscar quatro aulas em outro lugar pra completar a carga...

Isso. Já estive até por 8 aulas... fora.

Isso aconteceu por conta da redução do número de Salas?

Isso. E tinha umas salas de manhã, depois passou a ser somente no período da tarde.

E você sempre teve essa jornada? Sempre teve jornada completa?

Sim, sim

Além de ser professora no Estado, você também é Professora em algum outro Sistema ou rede de Ensino?

Só no Estado...

Então você tem uma trajetória bem longa, de 26 anos. Acredito que tenha bastante elementos pra demonstrar como piorou, como houve esse retrocesso.

As mudanças na LDB, porque teve varias mudanças.

Por exemplo o currículo mais novo do Estado de São Paulo, esse que faz parte do projeto São Paulo Faz Escola. Você teve contato com esse material? Antes de ser aplicado nas salas?

Eu me lembro de um ano, não me lembro quando. Começou com um Jornal. Onde você trabalhava Geografia com Matemática. Mostrava plantas de casas de prédios, que você tinha que fazer as contas pra saber a metragem dos quartos, da cozinha, então começou com esse Jornal, depois que veio esse livro.

Porque esse livro, ele, por exemplo, na minha área, não é um livro completo. Muitos exercícios que deixam a desejar. Até mesmo o professor, as vezes tem dificuldade de saber o quê o livro está querendo. Eu acho assim, não é bom. Teria que melhorar.

Esse livro, como é, tem que ter. mas deveria ser reformulado.

A forma como ele é aplicado é como uma espécie de sugestão?

É como se o aluno já tivesse um pré-conhecimento daquilo que você vai explicar.... isso as vezes, né...

Você acha que esse livro te permite, te dá uma margem para que você acrescente coisas, ou que você escolha não trabalhar com ele em algum momento?

Você até pode sim, utilizar o livro didático, mas só que tem outra coisa: o livro didático não bate com aquilo que está no livro do Estado. O ideal seria isso, reformular, junto o livro didático pra que você complete.

Claro, que quando você vai falar sobre determinado assunto, você vai esmiuçando, colocando questões a parte pra ver se eles conseguem entender. Mas eu acho isso meio complicado, porque o aluno precisa já ter visto antes aquilo que você está aplicando.

Você como professora há 26 anos, considera que a aplicação desse tipo de material atrapalha sua liberdade de escolher os conteúdos que você vai trabalhar em sala? Ele afeta o seu planejamento?

Pra mim, não. Tem um Flexibilidade porque você pode pegar um assunto que está falando... por exemplo, sobre a Revolução Industrial, que tem nesse livrinho, pouca coisa, mas tem. E você pode pegar alguma coisa sobre a Revolução Industrial para complementar.

Só que você tem sim, que utilizar o livro, porque no Saesp o que cai é esse conteúdo que você aplicou, né... desse livro do aluno.

Então ele é uma sugestão, mas esse tipo de material vai ser cobrado no SARESP.

Sim, por que nós temos que trabalhar, é como numa escola particular... eles te dão um material, de acordo, e você vai trabalhar com aquilo. Lógico, não tem como, você sempre vai colocar alguma coisinha a mais... até mesmo pra nós a proposta não é suficiente.

Então, esse currículo, como é proposto, você aplica?

Sim, eu aplico. Em todas as escolas que eu dou aula. Inclusive, as avaliações eu monto em cima desse livro.

Então esse currículo, você considera mais uma sugestão, ou uma exigência do Estado?

É uma exigência, é uma exigência.

E como ele (o Estado) garante que você vai cumprir essa exigência? Como ele garante que você vai aplicar?

Através das provas do Saesp. Pelo Resultado do Saesp, porque quando olhamos, é realmente as coisas da apostila que cai...

Você considera essa política positiva, uma política proveitosa nesse sentido?

Até que em partes sim, em outras não... porque o professor tem que liberdade, como era antes desse livro...

Você escolhia, dentro do currículo, você poderia escolher o que trabalhar... ou Unificando. Por que segundo eles, se um aluno viesse de uma escola do interior, não teria problemas em acompanhar a matéria aqui em Maua.

Em alguns aspectos, esse Currículo pode ser interpretado como uma retirada de autonomia.

Sim, por que se você não está utilizando o coordenador vai vir falar com você. Então é obrigatório...

Essa forma de aplicação do currículo é uma forma que você concorda e discorda parcialmente, existe algum elemento que você diz que, antigamente era melhor. O que piorou, nesses 26 anos?

Ah... primeiro o comportamento dos alunos. Primeiro que, se não houver comportamento dentro da sala de aula, dificilmente vai ocorrer aprendizagem. Então isso mudou muito, o comportamento, as leis a favor do aluno, né...

A tal da progressão continuada, que atrapalha um pouco nisso.... o aluno as vezes não tem conhecimento adequado pra poder seguir as series... isso é complicado...

A progressão continuada, né. É algo imposto. Isso eu acho muito negativo...

Influencia até no comportamento, né prô? Porque eles sabem que lá na frente não serão prejudicados nem nada...

O que antes nós não tínhamos né... isso que eu falo, é que antes era mais livre mesmo.

Então, o que mais mudou pra pior, na escola, foi...

Essa progressão... a imposição do governo né... parece que ele resolveu tomar medidas pra que ele mesmo possa controlar, né...

Houve uma centralização então?

Sim, do que é dado dentro das escolas...

Você sente que, como professor, você possa participar das escolhas? De alguma decisão, ou você tem algum mecanismo pra se comunicar com o empregador, no caso, o Estado, pra colocar essas discordâncias que você tem? Existe algum mecanismo?

Ah, tem o site né? Da Secretaria da Educação, você pode mandar mensagens lá... mas não tem efeito né...

E tem os ATPC's, que a gente ou conversa uns com os outros, né... e assim, a gente reclama pra quem? A diretora? Ela também está cumprindo ordens...

A única possibilidade a que temos direito é na escolha dos livros... mas, entre aspas... por que até vem livros bons, com uma concordância com a apostila... mas "ah... esse não, esse não vai, é só pra Português..."

Então, assim... eu conversei com uma outra professora outro dia e ela me disse que o patrão era muito distante, como que se chega no Governo do Estado, né?

O nosso canal, muitas vezes é o Sindicato, né... mas muitas coisas a gente não concorda...

Vou tocar nesse ponto... mais pra frente... mas como você avalia a relação de Trabalho agora? Como é relação de emprego? É um emprego que te dá condições de ter uma vida digna? O Salário é condizente?

Não, porque, como você se estressa muito, você fica doente com muita facilidade. E você ganha muito pouco com isso... o pouco que você ganha, acaba gastando em remédio... e em relação a indústria, ganhamos menos mesmo...

Então com relação a salário, você não está satisfeita?

Não... é muito pouco, muita responsabilidade... não dá. Com esse salário você não vive, você sobrevive. E viver bem não...

Nesses 26 anos, você percebeu se houve uma retração no poder de compra do Professor? Seu poder de compra diminuiu?

Sim, com certeza... está cada vez pior... com a crise que estamos vivendo no país.... seu salário não sobe e aí você não consegue acompanhar....

Sim, o ideal seria que tivéssemos condições de sair daqui e buscar aperfeiçoamento até em outros países... e com o nosso salário não conseguimos nem sair do nosso Estado (de São Paulo), pra melhorar como professor. É muito complicado, não ter nem as condições financeiras pra se aprimorar como professor...

Então, do ponto de vista empregatício, é um emprego que não é viável...

Ganha pouco, não é valorizado, é criticado pela Sociedade... porque tudo o que acontece na sala de aula é culpa nossa....r

Na sua visão então, já que você tocou na questão da Sociedade, qual seria o papel do Professor?

Primeiro, conseguir ensinar os conteúdos, e dentro desses conteúdos, tem trabalhos a parte que tratam de elementos diversos... de vários assuntos... só que pais são ausentes, de repente os pais trabalham o dia inteiro ...

(rompante de gritos na Escola – Acabou a luz no Prédio)

Hoje está assim... os pais não tem tempo de acompanhar, de cuidar... a criança se sente solta, abandonada.

Você acha que hoje em dia recai sobre o professor uma responsabilidade que vai além de ensinar conteúdos?

Ah, com certeza... mas isso não é nosso papel... muita coisa tem que vir de casa né.... muitas coisas o pai tem que preparar... e hoje não acontece isso. Daí que dá conflito, né... dentro da sala de aula....

Esses conflitos que você mencionou agora, são conflitos entre quem?

Professor e aluno... aluno e colega... brigas, agressão e palavrões...

Tem muita falta de respeito nesse ambiente nosso. Entre nós professores, entre professores e alunos e entre eles mesmos... é um ambiente propenso a conflitos, e a gente fica no meio disso tudo...

Entendi, vou ler uma pergunta pra vocês... justamente por que surgiu essa coisa em torno dos conflitos... “você considera que a escola pública, e seu funcionamento se tornou um ambiente de disputas? Entre quais elementos da escola?”

Você fala a respeito da sala de aula?

Não apenas, mas de forma geral, quais são os conflitos que aparecem pra você? Com os alunos, colegas, Estado...

Acho que sim, os que comandam nem sempre estão de acordo...

E as vezes isso ocorre com muitos colegas também, né.... graças a Deus, não é uma regra, mas acontece...

É por que você sabe que dentro da Escola existe... uma hierarquia... e essa hierarquia muitas vezes falha muito... quem está acima do professor, e deveria olhar o professor de forma mais humanizada, ter um olhar mais humanizado...

Eu já presenciei casos de discussão em que os superiores encerravam uma discussão assim: “você ponha-se no seu lugar!”. Não foi pra mim, mas me constrangeu demais ouvir isso no meio de uma reunião pedagógica... e foi uma discussão entre pessoas que trabalham com educação... foi muito estranho.

Entendi, falta muitas vezes, uma visão menos...

Uma visão menos corporativa... mais humanizada, porque outra coisa, acho que a população deveria participar mais da Escola. Por que acho assim, se o Diretor falta, tem aula, se a Secretaria Falta, tem aula...

Nós somos o operário, dessa fábrica que é a Escola.

Acho que falta um olhar humano, e trabalhar em conjunto com os pais, mas eles não estão preparados... acho que a única forma de mudar a escola também passa pelo interesse da comunidade...

A situação que a gente vive é de abandono... pela comunidade, as vezes tem uma reunião e as pessoas não vem por que não acham que vão entender...

Se a escola é da comunidade, temos que trabalhar com a Comunidade...

A comunidade se sente convidada a participar das decisões da Escola?

Sim, mas sinto uma resistência, ou um desinteresse...

Penso que eles tenham um certo receio de se inserir.... a mudança talvez viesse se a comunidade viesse, não pra nos vigiar ou nos pressionar, mas pra fazer parcerias...

Falta uma parceira, entre a escola e a comunidade, pra que eles vejam e conheçam o nosso trabalho. Porque as vezes eles tem uma visão equivocada da gente... de que a gente tem muitas férias, de que o professor ganha bem...

Já ouvi de alguns pais que nós ganhamos um bônus Extraordinário... que não é condizente com as duas férias... é muito desconhecimento da realidade da Escola...

E tem essa competição que surge, em torno do bônus e do Mérito...

Como assim? Como ocorre essa competição?

É justamente uma competição, veja bem: uma escola de uma comunidade mais pobre, sem condições de trabalho, não atinge as metas e não ganha bônus. Aí numa escola mais bem localizada, com uma clientela mais abastada o trabalho tem melhores condições de se realizar. Aí os professores ganham melhores bonificações.

Isso é injusto...

Como é definido então, quem ganha em quem não ganha o Bônus?

Ah, isso é pelos dados da prova, do SARESP. Todo ano tem um conjunto de dados, um mapeamento de quem conseguiu atingir metas, quem não conseguiu. Ai por essa visão, você já sabe se tem ou não o bônus...

É um gráfico...

Tem uma meta todo ano... depende da escola e das notas anteriores. Se você atingir aquela meta, maravilha. Se você passou, melhor ainda... você tem um bônus razoável, vai... só que assim a medida que vai passando, as metas vão subindo... tipo, um funil. Uma chaminé....

Então, existe um plano de metas que vocês devem cumprir ano a ano. E vocês acham que esse plano cria esse ambiente de competição?

Ah eu creio que sim. As vezes os colegas ficam perguntando e comparando os resultados em busca de um parâmetro...

Eu vejo que nosso ponto fraco é o bolso, todos nós precisamos do dinheiro... então vem esse clima de cobrança, as vezes de esperança de receber o bônus... todos precisam...

Você considera que essa politica do bônus é uma politica positiva?

Não, eu não acho... porque, como já falei, se muitas vezes nós não atingimos a meta, isso não é culpa só do professor. Eu penso que com isso, o que se quer mostrar? Que o professor que não tem competência, e aí vira um discurso de que, já que o professor é incompetente, o Estado vai tomando as rédeas...

Você vai perdendo a sua liberdade.

Pode ser considerado uma forma de controle? Uma estratégia de controle?

Sim!!!

É até uma forma de dividir a nossa categoria, por que causa um desconforto entre nós...

Isso que ele falou... divide mesmo a categoria... porque aquele que ganha vai acabar defendendo, e os coitados que não ganham se sentem injustiçados...

Até chega a criticar os que foram contemplados, é muito chato isso...

Um dos problemas, uma das lutas é de incorporar o bônus ao salário...

Sim, se incorporar, vai ser interessante... mais solidário, acho. Acabava com as injustiças. Sou contra essa politica de Bonificação...

O Governo quer fazer da Escola um ambiente de empresa... essa lógica eu já vi muito em empresa. Você dá um prêmio, uma viagem... mas a escola é algo diferente, não sei se encaixa... o governo pensa como um empresário...

Verdade, é como se tivéssemos a Participação nos Lucros

Agora, uma coisa é se lidar com maquinas... outra é trabalhar com seres humanos... por exemplo, com dor de cabeça eu posso operar uma máquina. Agora, vai enfrentar uma sala de 40 alunos com dor de cabeça... é inviável, você não rende...

É, o professor lida com o material humano.. isso traz uma outra dimensão ao trabalho escolar. Você acha que a Escola Pública ela pode ser administrada como uma Empresa?

Se isso acontecesse, seria muito pior pra nós... imagina só, termos um salário arrojado devido a isso...

Será que isso já não acontece?

É mas a cada ano, ocorrem mudanças... todo ano temos uma surpresa, ruim, que nos surpreende.

Posso dar um exemplo? Tem a questão das faltas médicas. Começou a um tempo já. O Professor não pode ficar doente duas vezes no mês, não pode usar a falta médica duas vezes no mês. Aquela coisa do Atestado Médico. Se você fica doente, e falta três vezes ou mais, ou você justifica a falta, ou vai ficar com injustificada... Aí se você pega um período de dois ou três dias direto é considerado como licença médica....

E outra coisa, você chega das férias e fica quebrando a cabeça, se vai ter aula, se ainda tem o mesmo número de salas na escola. Ai se não tem você tem que ir completar a carga em outro lugar. Aí mexe horário, bate com outros colegas... vai ficando uma situação em que mesmo como Efetivo, você tem uma certa insegurança que cresce a cada ano...

Vou fazer umas perguntas agora com relação ao Sindicato. Você tocou nisso antes e eu queria saber. Você é Sindicalizada?

Sou da Apeoesp e do CPP. Quando eu me filiei, os planos de Saúde eram bons... aí o que aconteceu os planos de saúde foram subindo e não dá pra manter. Eles não observaram isso... o professor não tem condições de pagar planos de 700, 800 reais...

Ainda assim você se manteve filiada?

Sim, porque quando quero me informar sobre as leis, as coisas que afetam a nossa vida, eu busco o Sindicato. Pra isso é bem útil... e funciona. Tem a assistência jurídica que funciona também.

Você participa das reuniões e das assembleias que o Sindicato realiza?

Não, até a última que fui, foi em 2005... eu era ativa, fui pra São Paulo e tudo. No começo da minha carreira eu fiz muita Greve. Até atrasou o calculo da aposentadoria por conta disso.

Me atrapalhou demais. Na escola que eu trabalhava, o Sindicato fechava a escola com corrente! Eu vim de uma época em que a Greve durava meses...

A greve é um instrumento válido? As suas reivindicações estão representadas?

Olha, vou te falar a verdade. Atualmente não. Por que assim, todos deveriam ter consciência de que a nossa situação é grave! Se todos, por um dia parassem, deixassem de entrar nas salas, de entregar notas... isso poderia surtir efeito...

Infelizmente, a nossa classe é muito dividida. Cada um olha seu próprio interesse.

Já ouvi essa frase antes, de outros professores. O que causou essa desunião, na sua opinião?

Penso que vem até mesmo da APEOESP. Não adianta esperar o problema se apresentar e depois se mobilizar. Tem que ser antes... e o Professor é punido na greve, isso desanima a gente.

Quem faz a greve não tem suporte pra se manter na greve, por que um mês parado, é um mês sem salário...

E eles sabem que a gente precisa do dinheiro, né... já ganhamos tão pouco... e eles se aproveitam disso, pra fazer e desfazer sobre nós... o Estado digo...

é um instrumento que pode funcionar, mas depende da colaboração de todos nós...

O Professor tem que se conscientizar, por que o que parece é que vai piorar... mas infelizmente...

Eu vou me aposentar em breve.

Você aconselharia alguém a entrar nessa carreira?

Não. Porque é muito duro, você fica muito doente. Poucos são os que saem com uma boa saúde. Tem sequelas. A palavra é essa, você sai com sequelas. Não é um ambiente que te favorece. Teria que melhorar muito.

O ideal seria que você tivesse menos aulas, mais salario, pra se cuidar melhor....

Acabou? Vou ter que subir pra sala agora....

Sim, sim, podemos encerrar aqui...